

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ANA CAROLINE SALVALAJO DECHICHE

ADESÃO À DEMOCRACIA E LEGITIMIDADE DO REGIME NO BRASIL

Maringá

2021

ANA CAROLINE SALVALAJO DECHICHE

ADESÃO À DEMOCRACIA E LEGITIMIDADE DO REGIME NO BRASIL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá como requisito para obtenção de título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Éder Rodrigo Gimenes.

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Renata Andrade de Oliveira

Maringá

2021

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

D293a

Dechiche, Ana Caroline Salvalajo

Adesão à democracia e legitimidade do regime no Brasil / Ana Caroline Salvalajo
Dechiche. -- Maringá, PR, 2021.
91 f.: il., figs., tabs.

Orientador: Prof. Dr. Éder Rodrigo Gimenes.

Coorientadora: Profa. Dra. Renata Andrade de Oliveira.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2021.

1. Democracia. 2. Cultura política. 3. Instituições políticas. I. Gimenes, Éder Rodrigo, orient. II. Oliveira, Renata Andrade de, coorient. III. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. IV. Título.

CDD 23.ed. 321.8

ANA CAROLINE SALVALAJO DECHICHE

Adesão à democracia e legitimidade do regime no Brasil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

COMISSÃO JULGADORA



Prof. Dr. Eder Rodrigo Gimenes
Universidade Estadual de Maringá – UEM
Presidente



Prof.^a Dr.^a Renata Andrade de Oliveira
Centro Universitário de Maringá – UniCesumar
Coorientadora



Prof.^a Dr.^a Carla Cecília Rodrigues Almeida
Universidade Estadual de Maringá – UEM



Prof. Dr. Gabriel Ávila Casalecchi
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

Aprovada em 18 de outubro de 2021

Realizada por videoconferência conforme Resolução nº 026/2020 – PGC

Dedico este trabalho à minha família, mãe, pai e irmã. Minha essência e bem mais precioso. À
Emilly e à Nina, nossos anjos disfarçados.
Em memória, dedico ao meu padrinho de batizado, Ademir Solvalagem, minha avó paterna,
Apparecida Henrique Dechiche, e ao meu tio, Laércio Lidineis Dechiche.

AGRADECIMENTOS

Desde o início da pandemia causada pelo novo coronavírus, os atravessamentos enfrentados por todos nós foram inúmeros. Por isso, gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos àqueles que, por vezes, me ampararam nesta trajetória acadêmica e me encorajaram a realizar mais um sonho.

Primeiramente, agradeço a Deus e a Nossa Senhora da Aparecida, pela benção da vida e milagres diários.

Agradeço à minha amada família. Minha mãe Irene Salvalagio, meu pai Aparecido Albino Dechiche e minha irmã Ana Paula Salvalajo Dechiche, por todo amor e carinho dedicados, todos os colos, conselhos, ensinamentos e profundos incentivos durante esta jornada e no decorrer da vida. Vocês são a minha riqueza.

Meu querido primo, Luiz Felipe da Rocha Salvalagio, obrigada pelo riso fácil e cumplicidade nos obstáculos mais difíceis, principalmente, nos últimos dois anos e meio.

Meus amigos de longa data, Clayton Cabral Teixeira e Leonardo Henrique Ribeiro, sou grata por seu altruísmo, paciência e conversas profundamente encorajadoras. Obrigada por estarem sempre presentes.

Agradeço, imensamente, ao meu orientador, professor Dr. Éder Rodrigo Gimenes, por tornar possível a conclusão desta trajetória acadêmica. Obrigada pelos profundos ensinamentos, trocas de conhecimento, momentos de acolhimento e admirável respeito e dedicação à ciência. Sobretudo, por ter acreditado nesta pesquisa e depositado sua confiança em mim.

Agradeço, também, à minha coorientadora, professora Dr^a. Renata Andrade de Oliveira, pelas contribuições realizadas enquanto membro da comissão julgadora da banca de qualificação e por aceitar o convite para coorientar este trabalho. A sua disponibilidade e os seus ensinamentos foram imprescindíveis para o desenvolvimento desta pesquisa. Obrigada por compartilhar os seus conhecimentos com excelência e sempre me atender quando a procurei.

Agradeço à professora Dr^a. Carla Almeida Cecília Rodrigues Almeida. Em especial, por ter sido tão solícita em aceitar participar da comissão julgadora da banca de qualificação desta pesquisa. Sou grata pelo respeito que transmite em seus ensinamentos e por suas contribuições importantíssimas, as quais oportunizaram a conclusão desta dissertação. Agradeço, também, por aceitar o convite e participar da comissão julgadora da banca final deste trabalho.

Agradeço, também, ao nobre professor Dr. Gabriel Àvila Casalecchi, por aceitar o convite e participar da comissão julgadora da banca final deste trabalho.

Também quero expressar agradecimentos às amizades que fiz durante a trajetória do mestrado, como a Júlia, a Carol, o Daniel e o Filipe. Obrigada pela cumplicidade, pelos sorrisos e por serem tão solícitos.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá e a todos os seus membros, por sempre estarem disponíveis e por fomentarem o apoio à pesquisa científica. Em especial, agradeço aos professores membros do departamento que, neste programa, lecionaram em disciplinas indispensáveis à nossa turma: Dr^a Zuleika Bueno; Dr. Ednaldo Ribeiro; Dr^a Meire Mathias; e Dr^a Celene Tonella.

A vida tem duas faces:
Positiva e negativa
O passado foi duro
mas deixou o seu legado
Saber viver é a grande sabedoria
Que eu possa dignificar
Minha condição de mulher,
Aceitar suas limitações
E me fazer pedra de segurança
dos valores que vão desmoronando.
Nasci em tempos rudes
Aceitei contradições
lutas e pedras
como lições de vida
e delas me sirvo
Aprendi a viver.

Assim eu vejo a vida
Cora Coralina, 2001

Folha de São Paulo, caderno "Folha Ilustrada", edição de 04/07/2001

ADESÃO À DEMOCRACIA E LEGITIMIDADE DO REGIME NO BRASIL

Resumo

Os estudos sobre a relação dos brasileiros com a democracia são bastante explorados no campo das ciências humanas, com o propósito de compreender a orientação do indivíduo em relação à estabilidade, bem como à qualidade e à satisfação com regime democrático. Ao considerarmos os recentes acontecimentos políticos e as teorias que permeiam o campo da cultura política verificamos a necessidade de compreensão e continuação dos estudos que tratam sobre a adesão à democracia, principalmente sobre a adesão à democracia no Brasil. Assim, diante do contexto sociopolítico brasileiro, marcado por expressivos protestos iniciados em 2013 e que tiveram como desfecho a vitória eleitoral de um candidato com fortes inclinações autoritárias, buscamos investigar o quanto os brasileiros apoiam o regime democrático. Com base nos dados coletados pela quinta onda do *survey* Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB 2018) referentes às questões que tratam do apoio ao regime democrático, realizamos uma análise com a finalidade de captar a adesão às dimensões normativas e procedimentais da democracia e como oscilaram, em termos de perfil e percentual, aqueles que manifestam uma preferência pelo regime mesmo diante de outras opções e situações-problema, bem como a noção de democracia no imaginário da população brasileira. Após essas baterias de análises, como resultado de nossa pesquisa, não verificamos sinais de fortalecimento do apoio ao regime e constatamos um altíssimo percentual de brasileiros que não atribuíram significados ao regime democrático, caminhando na contramão dos achados empíricos dos anos anteriores. Além disso, verificamos que o contingente de eleitores que atribuíram significados ao regime democrático em termos normativos, é consideravelmente superior à dimensão procedimental proposta. Nesse sentido, intencionamos apresentar contribuições para o debate atual sobre a qualidade e legitimidade da democracia no Brasil.

Palavras-chave: Confiança. Cultura Política. Democracia. Instituições Políticas. Legitimidade.

ADHESION TO DEMOCRACY AND LEGITIMACY OF THE REGIME IN BRAZIL

Abstract

Studies about Brazilian relationship with democracy are quite exploited in the field of human sciences, in order to understand the orientation of the individual about the stability, as well as the quality and their contentment with the democratic regime. When considering recent political events and theories that pervade political culture arena, we observe a continuous demand for these studies to comprehend the admission to democracy, especially about the admission to democracy in Brazil. Accordingly, based in the Brazilian sociopolitical context, marked by significant protests commenced in 2013 that led to the election of a candidate with notorious autocratic tendency, we aim to examine how Brazilian support democratic regime. Based in data collected by the fifth surge of survey Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB, 2018) with questions that handle the support of the democratic regime, we went through an analysis, with the purpose of understanding normative and procedural dimensions of democracy. Also, in this scenario, we sought to recognize how these dimensions have fluctuated in terms of profile and percentage, with those who expressed preference for the regime in face of other options and problems, as well as we aimed to comprehend the democracy perception in collective imaginary of Brazilian population. After these batteries of analyses, as a result of our research, we found no signs of strengthening support for the regime and we found a very high percentage of Brazilians who did not attribute meanings to the democratic regime, going against the empirical findings of previous years. Furthermore, we found that the number of voters who attributed meanings to the democratic regime in normative terms is considerably higher than the proposed procedural dimension. In this sense, we intend to present contributions to the current debate on the quality and legitimacy of democracy in Brazil.

Keywords: Reliability. Political Culture. Democracy. Political Institutions. Legitimacy.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 A DEMOCRACIA COMO QUESTÃO	14
2.1 DEBATE EM CURSO SOBRE OS RISCOS À DEMOCRACIA.....	15
2.2 DEMOCRACIA E CULTURA POLÍTICA.....	24
2.3 A ADESÃO À DEMOCRACIA COMO OBJETO ANALÍTICO	31
3 OS BRASILEIROS E O APOIO À DEMOCRACIA	37
3.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA DEMOCRACIA BRASILEIRA	37
3.2 PANORAMA GERAL DA DEMOCRACIA PÓS-2013 NO BRASIL.....	42
3.3 A ESTUDOS SOBRE A ADESÃO À DEMOCRACIA ENTRE OS BRASILEIROS	49
4 DO CONTEÚDO AO APOIO DOS CIDADÃOS, A DEMOCRACIA NO BRASIL ...	58
4.1 OS SIGNIFICADOS DA DEMOCRACIA.....	59
4.2 PREDITORES SOCIODEMOGRÁFICOS DOS SIGNIFICADOS DA DEMOCRACIA .	66
4.3 DIMENSÕES DA ADESÃO À DEMOCRACIA	70
4.4 DETERMINANTES DA ADESÃO À DEMOCRACIA.....	75
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
REFERÊNCIAS	85

1 INTRODUÇÃO

Os protestos de junho de 2013 representam um marco para a retomada da população às ruas no Brasil. Se em um primeiro instante, as pautas do Movimento Passe Livre uniram diferentes grupos sociais, em um segundo momento, bandeiras e pautas se tornaram múltiplas, como as contestações aos grandes eventos esportivos (Copa das Confederações em 2013, Copa do Mundo em 2014 e Olimpíadas no Rio de Janeiro em 2016), polarização entre aqueles favoráveis e os contrários à reeleição de Dilma Rousseff, em 2014 (BORBA; RIBEIRO; AYRES, 2016; ALONSO, 2017), manifestações de repulsa aos partidos, aos políticos, às instituições e, até mesmo, à própria democracia em alguns casos (MARICATO *et al*, 2013; SINGER, 2013; TATAGIBA, 2014).

Chama atenção que os desdobramentos a partir do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, até a eleição do presidente Jair Messias Bolsonaro (atualmente sem partido) em 2018, foram marcados por clamores de parcela da população para tomada do governo pelos militares e fechamento do Supremo Tribunal Federal (STF). Diante deste contexto, a relação recente dos brasileiros com o regime democrático tornou-se uma preocupação entre os analistas, uma vez que tais ações são expostas como sendo parte da própria democracia, o que leva ao questionamento: o que os brasileiros entendem por democracia?

A importância de responder a esta pergunta, está atrelada ao debate em curso na Ciência Política nesta década sobre o que a literatura internacional tem classificado como morte das democracias (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018), desconsolidação (FOA; MOUNK, 2017) ou de enfraquecimento do regime junto à população (MOUNK, 2019).

Em relação ao contexto nacional, desde o estudo de Moisés (1995), há autores que se dedicam a compreender como e em que medida os cidadãos apoiam o referido regime, de modo que são recorrentes os diagnósticos de que a adesão à democracia é ambivalente (MOISÉS, 2008) ou parcial (FUKS *et al*, 2016), a depender da maneira como é mensurada nos bancos de dados de opinião pública. Por esta razão também, autores brasileiros destacam pontos de atenção ao funcionamento do regime democrático brasileiro ou mesmo à sua persistência na atualidade (AVRITZER, 2016; MIGUEL, 2016; SANTOS, 2017). Apoiado nisso, o objetivo desta dissertação é explorar o relacionamento recente dos brasileiros com a democracia, de modo a identificar o quanto os cidadãos apoiam o regime, quem são aqueles que escolhem a manutenção da democracia diante de diferentes situações-problema e qual a noção que os brasileiros possuem acerca do que seja a democracia. Para tanto, utilizamos o *survey* Estudo

Brasileiro Eleitoral (ESEB) de 2018.

Diante do exposto, além desta introdução e de considerações finais, a dissertação é composta por três capítulos. No segundo capítulo, estabelecemos um quadro teórico sobre o debate contemporâneo a respeito da democracia. Na primeira seção destacamos os processos de desconsolidação das democracias, com a exposição de argumentos que tratam de temas como crise, erosão, enfraquecimento ou morte da democracia. Nossa atenção voltou-se ao posicionamento geral da literatura sobre o fenômeno sociopolítico em discussão, a origem da sua conceituação, seus principais indicadores e determinantes. Na segunda seção, exploramos as relações dos aspectos determinantes na construção das orientações subjetivas e avaliativas dos indivíduos sobre o regime democrático, apontado como um dos principais elementos de crise democrática. Dessa forma, utilizamos as teorias da Cultura Política sobre os fundamentos da relação indivíduo-instituições no apoio dos cidadãos à democracia, enquanto regime, ideia e valores.

No terceiro capítulo, dedicamos atenção ao caso nacional. Iniciamos com a explanação do contexto sociopolítico da conformação da república no que se refere à participação social e estabelecimento de características democráticas, ainda que incipientes, conduzindo o debate até o período militar e redemocratização. Na segunda seção focamos nossa atenção da conjuntura pós-2013, que foi marcada por protestos, pela politização do judiciário, pelos clamores de parcela da população por alternativas autoritárias, por expressivos repertórios políticos e aberturas para a condução não democrática da conjuntura política brasileira desde a confirmação do terceiro mandato consecutivo, decorrente de vitória eleitoral nas urnas, do Partido dos Trabalhadores (PT) até 2018, quando da vitória de um candidato com uma postura e propostas conservadoras. Por fim, expomos o cenário da legitimidade democrática no Brasil a fim de identificar a evolução da adesão ao regime democrático brasileiro nas últimas três décadas e os perfis daqueles que manifestam a preferência pela democracia mesmo diante de outras opções ou de situações-problema.

No quarto capítulo apresentamos o *survey* Estudo Brasileiro Eleitoral (ESEB), especificamente a pesquisa de 2018. Nos concentramos sobre os resultados da questão discursiva sobre os significados da democracia para os brasileiros, cujos conjuntos sistematizados de respostas nos permitiram explorar as recorrências com relação a argumentos teóricos que, por exemplo, reforçam as noções de representação e participação e como manifestações não democráticas operam de modo contrário ao funcionamento da democracia. Na sequência, identificamos os preditores sociodemográficos desses significados e sua

capacidade preditiva sobre as dimensões procedimental e valorativa do regime entre os brasileiros.

2 A DEMOCRACIA COMO QUESTÃO

O movimento de questionamentos sobre os processos de crises ou de desconsolidação das democracias vem se manifestando como um fenômeno sociopolítico mundial e mobilizando cientistas políticos a investigarem profundamente a temática, principalmente no que diz respeito aos seus fatores determinantes. Na literatura internacional, destacam-se os textos que tratam da “morte” das democracias (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018), ou de sua “desconsolidação” (FOA; MOUNK, 2017a), ou “enfraquecimento” junto à população (MOUNK, 2019).

O termo “desconsolidação” tornou-se mais utilizado após a publicação da edição celebrativa dos 25 anos do *Journal of Democracy*, que, com exceção de algumas dissonâncias de Levitsky e Way (2015) e Schmitter (2015), apresentou trabalhos de autores como Diamond (2015), Fukuyama (2015), Kagan (2015) e Plattner (2015), os quais exploravam aspectos e evidências que apontavam para o acentuado declínio em número, desempenho, predomínio geopolítico e, sobretudo, atratividade dos regimes democráticos em diversas localidades do mundo. Sob este prisma, os estudos de Foa e Mounk (2016; 2017a) identificaram possíveis riscos aos regimes democráticos, referindo-se a esse fenômeno sociopolítico como desconsolidação das democracias.

Por essa razão, independentemente dos autores utilizarem termos diferentes para se referirem a esse processo, como erosão, morte, declínio, desdemocratização e até mesmo retrocesso democrático, nesta dissertação, inseridos nesta tradição como pesquisadores de um processo único, os reunimos sob a terminologia “desconsolidação” dos regimes democráticos, adotando a terminologia proposta por Foa e Mounk (2016; 2017a), a qual contempla a amplitude deste fenômeno em curso nas democracias já consolidadas. Ademais, vale ressaltar que a escolha é didática e não tem o condão de excluir as demais terminologias atribuídas por outros pesquisadores.

Sendo assim, no presente capítulo, apresentaremos a definição desse fenômeno por meio da exposição do arcabouço teórico utilizado para mapear seus fatores determinantes e os sinais do processo de deterioração da democracia.

No que tange à realidade nacional, notamos que o país vivenciou diversos acontecimentos políticos, sociais e econômicos entre os anos 2010 e 2018, sobretudo, expressivas manifestações sociais, o *impeachment* de Dilma Rousseff, a iniciativa de combate à corrupção com a operação Lava Jato, em 2014, e a vitória de Jair Messias Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018. Nesse sentido, o recente contexto brasileiro tornou-se um

universo analítico importante e gerou reflexões sobre a adesão ao regime, sobre o significado de democracia entre os brasileiros, bem como sobre eventuais impactos na relação da população com o regime democrático.

Dessa forma, no que se refere ao reconhecimento da natureza multidimensional da democracia, adotamos o posicionamento majoritário da literatura. De modo que consideramos que o fenômeno democrático decorre, tanto de fatores conjunturais e institucionais, como as eleições livres, competitivas e periódicas, quanto de normativos como a promoção da igualdade, liberdade e dos direitos e garantias individuais (PITKIN, 1967; PATEMAN, 1992; MOISÉS, 2008; 2010). Tão relevante quanto as análises empíricas é a construção do arcabouço teórico (CASALECCHI, 2016). Desse modo, a tarefa intelectual para responder a tais questionamentos aponta, em um primeiro momento, para a necessidade de uma revisão teórica sobre os principais aspectos da Ciência Política que atravessam a temática da desconsolidação democrática e do apoio ao regime.

Por essa razão, este capítulo é composto por três seções. Primeiramente, nos concentramos nas importantes e recentes contribuições teórico-metodológicas sobre o fenômeno sociopolítico da desconsolidação das democracias, abordando seus principais elementos, como o conceito, a origem, os contextos favoráveis à promoção de questionamentos sobre o regime democrático e os indicadores centrais do movimento de desconsolidação das democracias. Na sequência, nos remetemos às bases da cultura política na relação indivíduo-instituições e à relevância do apoio desse indivíduo para a manutenção do regime, aprofundando o nosso olhar sobre os valores, atitudes e comportamentos políticos dos cidadãos a partir de pesquisas expoentes, as quais dedicaram-se a compreender como e em que medida esses sujeitos apoiam a democracia enquanto aspectos fundamentais que dialogam diretamente com a manutenção do regime democrático. Por fim, e em aprofundamento ao debate sobre a cultura política e a democracia, nos concentramos no debate acerca da questão da adesão ao regime entre a população e seus efeitos à persistência da democracia.

2.1 DEBATE EM CURSO SOBRE OS RISCOS À DEMOCRACIA

A partir da Segunda Guerra Mundial, a democracia ganhou legitimidade universal a ponto de ser vista como único regime político capaz de garantir a aceitação dos governados no Ocidente (MIGUEL, 2014). Tradicionalmente, o caminho da democratização de um país traz a ideia de um processo linear, no qual os regimes saem da etapa de desenvolvimento para a

consolidação e, assim, ficam permanentemente (INGLEHART, 2016). No entanto, essa concepção enfrenta alguns tensionamentos desde o final do século XX, por meio dos quais observamos que, mesmo asseguradas algumas condições imprescindíveis à democracia, ela não está a salvo de retrocessos ou crises (LINZ, 1990; STEPAN; SKACH, 1993; INGLEHART, 2016; FOA; MOUNK, 2017a). Assim, nas últimas três décadas, tanto na América do Norte, quanto na Europa Ocidental, pudemos notar um aumento da preferência por “líderes fortes” coexistente com o decréscimo da confiança nas instituições políticas, parlamentos e nas cortes. (INGLEHART, 2016; FOA; MOUNK, 2017a).

As rupturas democráticas são comumente conhecidas como fenômenos rápidos e militarizados, com a participação das Forças Armadas na tomada do poder por Pinochet, por exemplo, após o bombardeio ao palácio presidencial no Chile, ou os episódios ocorridos na Argentina, Grécia, Gana, Guatemala, Nigéria, Paquistão, Peru, República Dominicana, Tailândia, Turquia, Uruguai (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018) e, em 1964, no Brasil. Apesar disso, há também formas menos dramáticas que contribuem para a corrosão desse regime, por exemplo, os eventos ocorridos em países como a Alemanha, os quais tiveram Hitler como protagonista, ou na Venezuela, com Hugo Chávez, nos quais os próprios mecanismos democráticos foram utilizados e, após suas vitórias nos processos eleitorais, os mandatários minaram gradualmente o funcionamento das instituições políticas em etapas quase imperceptíveis para parcelas da população.

A visão recorrente de rompimento do regime democrático, consolidou-se no imaginário da população como um processo abrupto e que conta com o uso da força, independente da relação da população com o próprio regime. Entretanto, em alguns casos, temos as próprias instituições políticas sendo utilizadas como portal para essas rupturas. Em suma, tais aspectos demonstram que as instituições *per se* são insuficientes para conter os autocratas eleitos, sendo imperioso que os partidos políticos, juntamente com os cidadãos organizados, atuem em prol das normas e dos princípios democráticos, em momentos nos quais haja o aparelhamento de agências neutras e tribunais, os quais podem ser utilizados como instrumentos antidemocráticos, pois os freios e contrapesos constitucionais, de forma isolada, não servem como baluartes da democracia (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

Nesse sentido, no decorrer dos últimos anos, novas características demarcam o processo de corrosão da democracia. Apesar de políticos demagogos surgirem de tempos em tempos, até mesmo nas democracias consideradas estáveis, quando um candidato com inclinação populista e aspirante a ditador consegue chegar ao poder, havendo inúmeras possibilidades de subversão

do líder às instituições, cria-se um ambiente de instabilidade democrática. Contudo, a presença de líderes populistas e inclinados a regimes ditatoriais não é algo novo na história política. O que difere o contexto atual de desconsolidação dos períodos anteriores, é que ele foi iniciado nas urnas, como no caso de Jair Messias Bolsonaro, no Brasil, e Donald Trump, nos Estados Unidos. Este fato, portanto, gera um paradoxo: o autoritarismo se utiliza da via eleitoral e dos próprios aparatos democráticos e legais para, sucessivamente, enfraquecer a democracia, sendo os regimes desconsolidados a partir de líderes que subvertem as instituições políticas. Em muitos casos, o discurso que elege tais candidatos é fundamentado no aperfeiçoamento da democracia e pautado na ideia de desconfiança do regime na maneira como ele se apresenta.

Assim, como não há um momento único dessa crise, os cidadãos são envolvidos pelo discurso e não captam os riscos que tais candidatos apresentam à democracia. Dessa forma, os denunciadores dos abusos de poder podem ser vistos como alarmistas e, assim, podem ser descartados. Essa dinâmica torna a ameaça à democracia quase imperceptível, já que não se trata de um golpe imediato, mas sim de um processo realizado paulatinamente no interior das instituições democráticas (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

Em razão desses novos aspectos, pesquisadores de diversos países dedicam-se à análise da desconsolidação democrática nas democracias modernas, mapeando seus principais indicadores. Entre eles, destacamos Foa e Mounk (2016; 2017a; 2017b), que investigam profundamente a possibilidade de desconsolidação a partir de uma perspectiva comparada. Apontam que, entre os elementos que impactam o processo de desconsolidação, a relação dos indivíduos com o próprio regime tem papel fundamental. No ponto de vista dos autores, a perda do apoio à democracia é o principal indicativo do início de um processo de desconsolidação dos regimes democráticos, o que teria ocorrido, por exemplo, em países como a Venezuela, Polônia e Hungria, que seguiram o caminho inverso à consolidação democrática no início deste século, regressando a condições autoritárias

Embora o principal parâmetro seja o regime estadunidense, esses pesquisadores utilizam dados coletados na Venezuela e em países europeus (Alemanha, Espanha, Polônia e Rússia) e na Turquia. Apesar disso, com base na combinação de dois bancos de dados, o *European Values Survey* e o *World Values Survey*, Foa e Mounk (2017a) indicam que os movimentos de questionamento à consolidação dos regimes democráticos fazem parte de uma tendência global mais ampla, posto que os cidadãos encontram-se cada vez mais críticos ou insatisfeitos com o desempenho das instituições democráticas, havendo um padrão similar na redução do apoio ao regime entre os anos 2005 e 2010 em todas as democracias consolidadas, até mesmo entre

países tão distintos entre si quanto o Reino Unido, os Países Baixos, a Suécia, a Nova Zelândia e a Austrália.

Além disso, entre os anos de 1995 e 2014, embasados nos dados do *World Values Survey*, os pesquisadores verificaram uma gradativa abertura às interpretações autoritárias sobre o regime e um aumento da insatisfação com os partidos políticos tradicionais, as instituições representativas e os direitos das minorias em países como a Alemanha, os Estados Unidos, a Espanha, Turquia e Rússia. (FOA; MOUNK, 2017a). Nesse sentido, a perda do apoio ao regime entre o final do século XX e o início do século XXI, se dá, principalmente, entre os mais jovens, os chamados *millenials*, uma vez que as medidas de apoio ao regime, com base nos dados do *World Values Survey*, demonstram que as pessoas nascidas antes da segunda guerra mundial expressavam maior preferência pelo regime democrático.

Esses acontecimentos criaram um clima de questionamento sobre a estabilidade das democracias ditas como já consolidadas em países como os Estados Unidos e na Europa Ocidental (FOA; MOUNK, 2017a). Os autores argumentam que, por ser um processo que ocorre ao longo do tempo, a desconsolidação democrática dificilmente seria detectada nos índices tradicionais de medidas de nível de democracia de um país, como o *Polity Project*¹ e o *Freedom House*², pois são classificações que desenham somente um ponto determinado no espaço temporal. Por isso, chamam a atenção para as análises longitudinais sobre a confiança popular nas instituições, a preferência às alternativas autoritárias e o descrédito da legitimidade do regime perante os indivíduos enquanto sinais importantes para a detecção precoce deste fenômeno.

Ademais, Foa e Mounk (2016; 2017a; 2017b) levantam preocupações com relação à cultura política da população, haja vista que a estabilidade democrática é observada quando a maioria dos indivíduos se identifica e possui valores democráticos, rejeita alternativas autoritárias e apoia candidatos ou partidos que se encontram profundamente comprometidos com os valores e as instituições democráticas. Por outro lado, quando temos, entre os cidadãos, alguns descontentes, uma parcela dos desconfiados com o regime são atraídos por alternativas autoritárias e, quando surgem líderes demagogos e candidatos antissistema, verificamos, em

1 O índice *Polity Project*, desenvolvido pelo Center for Systemic Peace (CSP) em 1997, também criado nos EUA, em Viena, consiste em avaliações relativas à competição política e traços autoritários (PROJECT POLITY) Disponível em: <<http://www.systemicpeace.org/mission.html>>. Acesso em: 24 de agosto de 2021.

2 O índice *Freedom House*, criado em 1941 em Nova York, nos Estados Unidos da América (EUA), composto por 195 países e desde 1973 publica o relatório *Freedom in the World*, avaliando níveis referentes às liberdades civis e direitos políticos (FREEDOM HOUSE). Disponível em: <<https://freedomhouse.org/about-us#.U90GEvldWWw>>. Acesso em: 24 de agosto de 2021.

alguma medida, sinais de desconsolidação.

Nessa mesma esteira, Levitsky e Ziblatt (2018), em “Como as democracias morrem” - uma das obras de maior destaque na Ciência Política nos últimos anos, analisaram a desconsolidação dos regimes democráticos. Os autores vão um pouco além de Foa e Mounk (2016; 2017a; 2017b), pois ao examinarem historicamente a política dos Estados Unidos, destacam o comportamento político e o modo de agir dos autocratas do *establishment* e da própria sociedade no caminho para a estabilidade ou para a ruptura com o regime democrático. Um dos pontos mais impactantes da obra, refere-se à constatação de que até mesmo as democracias estáveis e de longa duração podem morrer, o que desmistifica a ideia de que a consolidação da democracia como regime preferencial seria um caminho de sentido único.

A partir disso, Levitsky e Ziblatt (2018) apresentam duas perspectivas que podem levar à morte das democracias. A primeira, através de conflitos armados, golpes de Estado clássicos, rápidos e facilmente visíveis que acarretam mudanças drásticas no regime político, como o que ocorreu no Brasil na década de 1960. A segunda e mais pertinente ao nosso problema de pesquisa, de forma sutil e sistemática, com a chegada de líderes autoritários ao poder por intermédio de meios e espaços legalmente legítimos, como as eleições. São exemplos dessa perspectiva, Hitler e Mussolini, candidatos *outsiders*, com discursos ultranacionalistas, de viés autoritário, que contavam com grande popularidade entre seu eleitorado, o qual era composto, em sua maioria, por apoiadores descontentes com os rumos da política do país, o que favoreceu a manipulação da lei aos próprios interesses e a contínua ampliação de seus poderes, enfraquecendo cada vez mais o funcionamento das instituições democráticas e, conseqüentemente, da própria democracia.

Com isso, na tentativa de traçar o perfil desses autocratas que representam riscos ao regime democrático, tomando a figura de Donald Trump e o cenário estadunidense de 2016 como referência, os autores elaboraram quatro indicadores de comportamentos autoritários, os quais podem, em alguma medida, inserir o regime no processo sociopolítico de desconsolidação lenta da democracia: [1] Rejeição às regras democráticas ou um compromisso débil para com elas, contrapondo-se a aspectos procedimentais da democracia, como as eleições livres, diretas e multipartidárias; [2] Tolerância ou encorajamento da violência, enaltecendo eventos, grupos, líderes políticos nacionais ou estrangeiros responsáveis por grandes violações aos direitos humanos, conexão com paramilitares (cidadãos armados não pertencentes às forças armadas), milícias e gangues; [3] Negação da legitimidade dos oponentes políticos, acusando-os de serem criminosos, subversivos, antipatriotas, defensores de governos estrangeiros pobres e

autoritários; e [4] Restrição da liberdade civil de seus opositores ou minorias através da mídia, de grupos políticos ou de segmentos da sociedade civil.

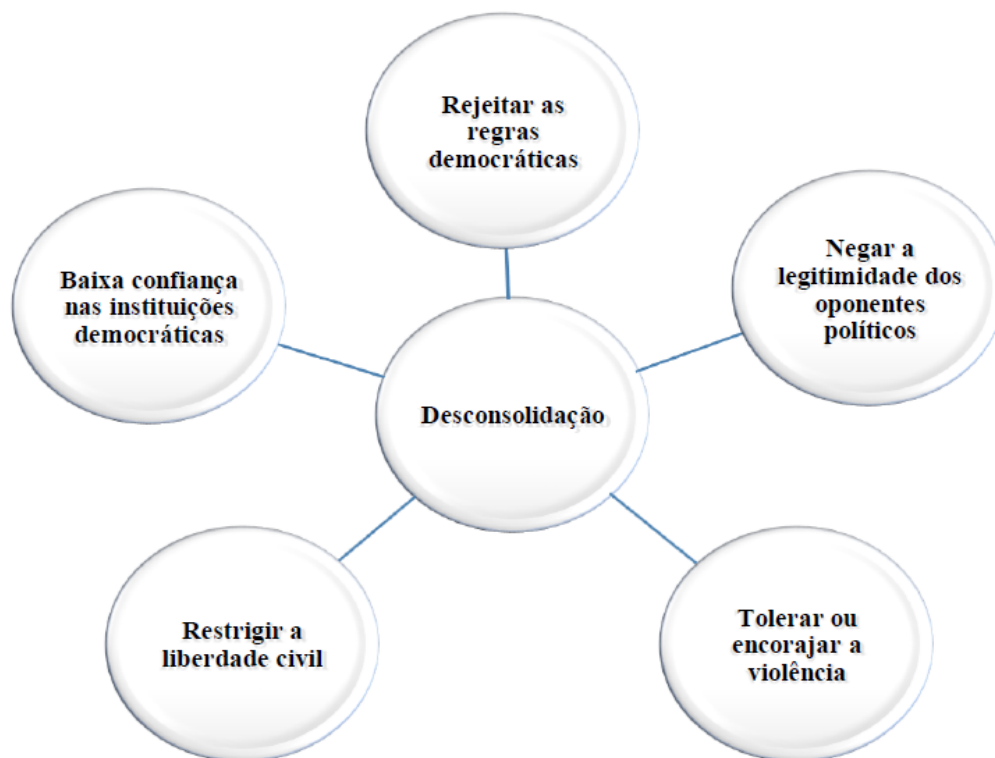
Ademais, em consonância com Foa e Mounk (2017a; 2017b), Levitsky e Ziblatt (2018) argumentam que a baixa confiança da população nas instituições democráticas, em períodos temporais isolados, não significa, desde logo, ameaça ao regime. Todavia, se há a persistência desse aspecto com o passar do tempo, bem como uma ascensão populista e um ceticismo dos indivíduos sobre os governos, então, estes se constituem indícios de um processo de desconsolidação democrática.

Para além de investigações sobre a desconsolidação ou crise das democracias nos Estados Unidos e países da Europa, Botelho, Okado e Bonifácio (2020) transferem seu foco para o declínio democrático na América Latina, a partir do mapeamento da literatura e da análise dos dados disponíveis nas rodadas do *Latinobarómetro* de 2002, 2009, 2016 e 2018 e no projeto *Varieties of Democracy (V-DEM)*, que mensuram aspectos da democracia a partir dos princípios eleitoral, liberal, participativo, deliberativo e igualitário. Os resultados obtidos demonstraram que, após 45 anos da terceira onda de democratização e ao menos três décadas desde as transições para a democracia em muitos países latino-americanos, indicadores como apoio ao regime e confiança nas instituições representativas alcançaram ou corresponderam aos piores resultados já encontrados desde a década de 1990. Além destas conclusões, os autores também identificaram uma ascensão ininterrupta de forças políticas e líderes autoritários entre os anos 2009 e 2018, bem como o perfil de seus apoiadores, que são, majoritariamente, pessoas jovens, com baixa escolaridade, desconfiadas e insatisfeitas com o regime e suas instituições.

Desse modo, os achados desse quadro teórico recente de pesquisas que se debruçaram sobre a temática da desconsolidação são de grande importância para explicar a tendência e as causas desse fenômeno sociopolítico, o qual é composto por: perfis autoritários ou ambivalentes; um progressivo fortalecimento das forças políticas e de líderes com discursos autoritários que ameaçam as liberdades individuais; queda da confiança da população nas instituições democráticas – desde as câmaras legislativas até os partidos e políticos –; apoio às alternativas autoritárias.

Nesse sentido, considerando a construção teórica apresentada, elaboramos um panorama (Figura 1) com os principais indicadores que caracterizariam o fenômeno sociopolítico da desconsolidação das democracias modernas, estabelecendo um diálogo entre as suas perspectivas teóricas.

Figura 1. Elementos da desconsolidação



Fonte: Elaboração própria com base em: Foa e Mounk (2016-2017a-2017b); Levitsky e Ziblatt (2018); Botelho, Okado e Bonifácio (2020).

Como vimos anteriormente, os autores apontam diferentes elementos e comportamentos políticos como possíveis indícios de um processo de desconsolidação democrática, os quais encontram-se demonstrados na Figura 1, quais sejam: [1] Rejeição às regras democráticas; [2] Negação da legitimidade dos oponentes políticos; [3] Tolerância ou encorajamento da violência; [4] Restrição da liberdade civil de opositores; e [5] Baixa confiança nas instituições democráticas.

O primeiro elemento destacado refere-se à rejeição ou ao compromisso instável com as regras do jogo democrático. Esse aspecto é frequentemente manifestado por candidatos antissistema que rejeitam a Constituição ou expressam desinteresse em seu cumprimento, os quais recorrem a discursos mascarados sob o combate à corrupção e mais segurança aos cidadãos, o que os leva a serem apoiados por indivíduos que estão cada vez mais descrentes no regime democrático. As estratégias utilizadas por tais candidatos, lideranças ou partidos políticos, manifestam-se em prol de medidas antidemocráticas, como a suspensão da Constituição, cancelamento das eleições, restrição de direitos civis e políticos básicos, endosso a golpes militares e insurreições violentas ou protestos de massa destinados a forçar mudanças

no governo. Além disso, tentam constantemente minar a legitimidade das eleições sob falsas acusações de fraude no processo eleitoral.

O segundo indicador corresponde à negação da legitimidade dos oponentes políticos, marcada por grupos políticos ou lideranças que encaram seus adversários como subversivos e violadores da ordem constitucional vigente. Em seus discursos, tais candidatos afirmam que seus opositores são uma ameaça à segurança nacional ou ao modo de vida predominante e, que, ao chegarem ao poder, governarão em prol dos próprios interesses e em detrimento da sociedade ou das minorias. Tal aspecto promove ou intensifica o sentimento de desconfiança dos indivíduos em relação ao regime democrático, com a preferência por líderes fortes diante da baixa confiança nos políticos opositores como intermediadores dos interesses entre sociedade e Estado. Esta estratégia ameaça as competições multipartidárias, pois é praticada por líderes políticos que não respeitam e não dialogam com os seus opositores, optando por representar somente uma parcela específica da sociedade, excluindo as minorias.

Um terceiro aspecto que compromete a manutenção da democracia e corrobora à sua erosão é tolerar ou encorajar a violência. Esse posicionamento, normalmente perpetrado por candidatos *outsiders*, pode se manifestar de distintas maneiras, por exemplo, por meio de candidatos que apoiam chacinas cometidas pelas forças militares do país, por laços explícitos com gangues armadas, forças paramilitares, milícias ou guerrilhas, pelo estímulo aos seus apoiadores na promoção de invasões ou por atacarem seus oponentes ou, por outro lado, se recusarem a puni-los e, ainda, através de apologia a atos de violência política, tanto no próprio país, quanto em outros lugares do mundo.

O quarto ponto de atenção trata da propensão a restringir a liberdade civil de oponentes ou críticos. A intenção é suprimir as manifestações contrárias ao governo, seja silenciando-as na mídia, atacando jornalistas ou emissoras de televisão e até mesmo grupos políticos ou segmentos da sociedade civil, utilizando formas não-tradicionais de fazer política. O objetivo desses líderes populistas é a segregação entre “nós” e “eles”, por intermédio da restrição daqueles que buscam representar, excluindo grupos étnicos e religiosos minoritários em termos de acesso a direitos, se opondo à visão pluralista da democracia.

Por fim, deve-se considerar a baixa confiança nas instituições democráticas representativas e a insatisfação com a democracia, com os direitos de minorias e os partidos políticos tradicionais. Para este caso específico, ressaltamos a importância de observar esse cenário no decorrer dos anos, e não de forma pontual, pois perpassa aspectos que são sensíveis aos contextos. Por exemplo, pode ser resultado do agravamento da situação social do país ou

de uma onda generalizada de corrupção. Assim, é necessário que a baixa confiança trate de um cenário mais persistente, no qual candidatos demagogos populistas se aproveitem do clima de insatisfação constante, normalmente gerado por tensões econômicas ou conflitos sociais, para angariar a confiança dos indivíduos desafetos à democracia e abertos a alternativas autoritárias no poder.

De modo geral, a desconsolidação apresenta-se como um processo que pode atingir qualquer regime democrático, pois a democracia não tem uma etapa final, é o resultado de um processo constante de manutenção de seus fundamentos e instituições. Portanto, a persistência da insatisfação popular, a queda da participação política e o declínio da confiança política podem resultar em políticas instáveis que abram caminho ao populismo, cenário que se verifica em democracias liberais com apoio popular aos governos autoritários (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018; BOTELHO; OKADO; BONIFÁCIO, 2020).

Ademais, vale ressaltar aspectos teóricos referentes aos estudos que tratam da qualidade das democracias, sobretudo as contribuições de O'Donnell (2011)³ no que tange às características fundamentais da democracia contemporânea, sobre a real existência das liberdades e direitos políticos nas democracias, sob um prisma mais substantivo do que normativo. Com efeito, a avaliação da qualidade da democracia consiste, para além dos aspectos procedimentais, qualidade do conteúdo e dos resultados.

Desse modo, os procedimentos referem-se à realização de eleições regulares e competitivas, com a presença de organizações partidárias e fiscalização sobre a eficácia do ordenamento jurídico e decisões dos governos, enquanto o conteúdo diz respeito à garantia da igualdade política, liberdades civis e políticas e, por último, a capacidade dos regimes democráticos em oferecerem respaldo às demandas sociais (O'DONNELL, 2011). Nesse sentido, a eficiência das instituições encontra-se intimamente ligada com a qualidade e confiança no regime democrático, sendo potencializada com a existência de uma rede sólida de associações civis e comportamentos baseados em regras de cooperação e confiança, pois tanto a tradição da cultura política dos cidadãos, quanto a valorização do desempenho e desenho das instituições públicas, influenciam na relação entre o indivíduo e o regime democrático (MOISÉS, 2010; TONELLA, 2015).

Com isso, somente o desempenho formal das instituições democráticas não basta, é necessário compreender como o desempenho das instituições é captado pela sociedade, tendo

³A este respeito, destaca-se a seguinte referência para aprofundamento da temática: O'DONNELL, Guillermo. Democracia, agência e estado: teoria com intenção comparativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

em vista que as atitudes, crenças, valores políticos, confiança interpessoal e institucional, respeito à lei e tolerância afetam a relação dos cidadãos com a política e também os desenhos das instituições (TONELLA, 2015).

Diante disso, a cultura política dos indivíduos está diretamente relacionada com o fenômeno sociopolítico da desconsolidação democrática, já que as visões, atitudes e comportamentos políticos dos cidadãos impactam diretamente na manutenção ou na corrosão de um regime democrático (ALMOND; VERBA, 1963; EASTON, 1975; PUTNAM, 1995; MOISÉS; MENEGUELLO, 2013). Sendo assim, é imprescindível discorrer sobre o conceito de cultura política e seus principais componentes, de modo a compreender como os indivíduos assimilam e/ou modificam a cultura da sociedade a que pertencem e, conseqüentemente, a própria conjuntura política, elementos alvos da próxima seção.

2.2 DEMOCRACIA E CULTURA POLÍTICA

Tradicionalmente, a definição de cultura política remete ao conjunto de orientações subjetivas em uma determinada população, ou seja, preocupa-se em como valores, crenças, sentimentos e conhecimentos estão relacionados com os comportamentos políticos dos indivíduos (ALMOND; VERBA, 1963). Assim, a perspectiva culturalista analisa os efeitos da história de vida do agente, como a socialização na infância, educação, exposição aos meios de comunicação e experiências adultas com o governo, sociedade e economia do país e de que modo esses fatores influenciam em seu posicionamento subjetivo sobre os elementos que compõem a política.

Dentro das considerações sobre a relação subjetiva dos indivíduos com a democracia, temos a chamada legitimidade democrática, que é uma espécie de “reservatório” de apoio à democracia, o qual a população possui e que pode contribuir para superar as insatisfações e desconfianças a respeito do regime no próprio jogo democrático com a alternância de poder (SELIGSON; MULLER, 1987; CASALECCHI, 2016). Diante disso, o entendimento individual sobre o que é democracia é pressuposto para a forma que o cidadão se posicionará sobre o regime.

Apesar do pressuposto de um consenso universal sobre o significado do termo, as realidades entre os países e as teorias contemporâneas evidenciam a ausência de um único conceito sobre democracia, demonstrando o seu caráter polissêmico (OLIVEIRA, 2017). A literatura política, de maneira geral, reconhece a democracia como um fenômeno de natureza

multidimensional (PITKIN, 1967; PATEMAN, 1992; MOISÉS, 2008; 2010). Desse modo, destacamos que os fenômenos políticos são complexos e os processos de democratização não ocorrem de maneira linear, de modo que não se encerram após a transição dos regimes autoritários para os democráticos. Na multidimensionalidade do fenômeno democrático, portanto, a noção de que o processo de democratização não tem um fim após a passagem dos regimes autoritários para democráticos é englobada (RIBEIRO, 2008).

Com efeito, a pluralidade de conteúdos relacionados às manifestações empíricas do termo democracia mobilizou teóricos expoentes a desenvolverem revisões teóricas sobre o regime democrático. Se levamos essa perspectiva em consideração, ao nos remetermos a uma definição minimalista sobre o regime, estaremos desconsiderando um conjunto de variáveis culturais explicativas sobre a democracia (RIBEIRO, 2008)

A tese da democracia minimalista, elaborada por Schumpeter (1942), refuta a máxima clássica da democracia, ou seja, alcançar o bem comum através do regime democrático. Dessa forma, problematiza a conceituação de bem comum e aduz que, para cada indivíduo, o bem comum poderia significar algo diferente e, assim, defende a impossibilidade da construção da sociedade com base nas vontades coletivas. Nessa perspectiva, o processo democrático seria indicado, pois as pessoas não saberiam como determinar o que é melhor para elas quando se trata de assuntos públicos e seriam incapazes de governar.

Diante da literatura da teoria elitista da democracia, encontramos autores que posteriormente concordaram com a teoria schumpeteriana. Para eles, quanto menor a participação política, maior a aprovação do regime democrático. Entre estes autores, podemos citar o caso de Lipset (1960), Huntington (1968) e Sartori (1994). Por outro lado, Dahl (1997) relativiza a visão schumpeteriana ao postular que os cidadãos podem se mobilizar quando um de seus interesses é colocado em pauta.

Portanto, se nos remetemos apenas a uma definição minimalista sobre o regime, estaremos desconsiderando um conjunto de variáveis culturais explicativas sobre a democracia, negando qualquer possibilidade da soberania popular ao reduzir a participação do cidadão ao mínimo, isto é, ao ato de votar. O modelo eleitoral seria então a democracia em si e não um meio para realização do governo do povo (RIBEIRO, 2008).

Além disso, atualmente, presenciamos transformações em realidades democráticas que não condizem com a ideia minimalista de democracia. Assim, pensar a democracia como um fenômeno com diversas facetas, o qual é caracterizado por fatores de cunho processual, institucional e cultural, permite que a análise esteja mais próxima da realidade política de

muitos países (RIBEIRO, 2008).

Nesse sentido, apesar de diversos países adotarem modelos distintos de governos democráticos em razão das suas características particulares, é necessário garantir critérios mínimos que justifiquem essa classificação. Para Dahl (2005), os aspectos fundamentais da democracia referem-se à participação efetiva, ao sufrágio universal, à educação política da população, ao controle da agenda política institucional e à inclusividade política. Autores como Pitkin (1967) e Pateman (1992) chamam a atenção para as competições eleitorais, participação, liberdade de contestação e autonomia de valores. Tão importantes quanto esses aspectos, como apontado anteriormente, o regime também deve prezar pelas eleições regulares, livres, competitivas e abertas, além de garantir as liberdades de expressão, de reunião e de organização especialmente para os partidos políticos para competirem pelo poder, bem como o acesso à fonte alternativa de informação política. (DAHL, 2001; 2005).

Em suma, é fundamental que o regime assegure garantias de manutenção das liberdades individuais e o direito de organização e associação da sociedade civil, em especial, dos partidos políticos (PITKIN, 1967; PATEMAN, 1992; DAHL, 2005). Por fim, conforme Dahl (2005; 2012), é salutar considerar a dimensão da responsividade dos governos às preferências de seus cidadãos, ou *accountability* vertical, como a grande chave da democracia, no sentido de que os governos respondam adequadamente às demandas dos cidadãos.

Held (1987), por exemplo, que realizou uma extensa análise teórica e temporal, destacando inúmeras classificações sobre o regime desde a antiguidade clássica até as suas correlações com os regimes mais contemporâneos. Miguel (2007), no que lhe concerne, em ampla revisão teórica sobre a teoria democrática, explorou cinco vertentes democráticas contemporâneas, quais sejam: o liberal-plurarismo, o deliberacionismo, o republicanismo, o participacionismo e o multiculturalismo. Por existirem diferentes classificações e correntes sobre o termo e o sentido da democracia, nesta dissertação, o foco está nas contribuições das teorias contemporâneas, as quais, evidenciam o caráter multidimensional da democracia, por contemplarem os três eixos fundamentais (representação, participação e deliberação) e também, associarem o regime democrático à igualdade política, que é um pensamento herdado das teorias clássicas (ALBRECHT, 2019).

Como justificativa para esta escolha, nos pautamos nas observações de Oliveira (2017), que aponta que não devemos lidar com as medidas da democracia sem considerar a complexidade do conceito. Nesse sentido, a autora ressalta a necessidade de adaptação das medidas empíricas unidimensionais e de reestruturação dos conceitos hegemônicos de

democracia, para que as análises possam superar as complexidades dos contextos atuais e, assim, refletirem cenários analíticos mais próximos à realidade. Esta visão foi fundamental para os aspectos metodológicos da presente pesquisa, que serão explorados mais a frente.

Alicerçados nisso, no que tange ao caráter plural da democracia, além dos princípios acima apontados, as modernas democracias exigem, para o seu funcionamento, ao menos, eleições livres, justas e frequentes, para alcançar o requisito de igualdade política, segundo o qual devem ser oportunizadas condições a todos os cidadãos para votarem e serem votados (DAHL, 2005). Assim, com relação ao primeiro eixo, embora o único governo capaz de atender plenamente todas as demandas de um Estado Social seja aquele que conta com a participação de todo o povo (BOBBIO, 1986; DAHL, 2001), em uma comunidade ou Estado que venha a exceder o tamanho de uma pequena cidade não é possível que todos participem pessoalmente, o que torna o governo representativo um tipo ideal (MILL, 1861 *apud* DAHL, 2001). Mas, como poderiam os cidadãos exercer efetiva participação política quando o número de pessoas do Estado ou comunidade se torna muito grande ou geograficamente disperso? Diante disso, surge a necessidade de que os cidadãos elejam seus representantes por meio das eleições livres e competitivas, havendo a possibilidade, em tese, de descartá-los nas eleições seguintes caso se percebam insatisfeitos com o exercício dos eleitos (ALBRECHT, 2019).

Albrecht (2019) ainda apresenta dois entendimentos predominantes sobre a representação: a de inspiração liberal e a de inspiração republicana. Por um lado, a representação pode ser compreendida como uma forma de selecionar os “melhores”, determinando que o papel dos indivíduos se limita a votar e obedecer as leis, por outro, a representação é um fenômeno primário, fundante da própria política, já que nas disputas políticas as pessoas buscam falar em nome de terceiros, criando uma relação entre representantes e representados. Há autores que definiram a democracia representativa como competição (SCHUMPETER, 1975), participação (PATEMAN, 1992), liberdade de contestação e autonomia relativa dos atores (DAHL, 2005). Desse modo, para o estabelecimento de um regime democrático, seria necessário assegurar, minimamente, o direito dos cidadãos de escolherem seus governantes, por meio de eleições regulares e livres, competitivas e abertas. Além de liberdades de expressão, de reunião e de organização, especialmente de partidos políticos para competirem pelo poder, enquanto mediadores das vontades coletivas e, por último, acesso às fontes alternativas de informações sobre as ações dos governos e da política em geral. Contudo, tais condições não são constantes, de modo que Fuks *et al* (2016) destacam a relevância central das garantias de manutenção das liberdades

individuais e também o direito de organização e associação da sociedade civil e dos partidos políticos, sendo por meio destas organizações que a pluralidade de concepções dos interesses em disputa é expressa nas arenas decisórias do Estado.

A representação política não está a salvo de críticas, desde a antiguidade até o século XVIII, as instituições eleitorais foram consideradas opostas ao ordenamento democrático frente ao princípio de isonomia entre os cidadãos e a realização de sorteios para a escolha dos governantes (MIGUEL, 2014). Nesse sentido, Miguel (2014) denota aspectos problemáticos relativos à representação, na medida em que, se, por um lado, a representação é totalmente coextensiva à política, ou seja, como se qualquer ação política, obrigatoriamente, trouxesse uma reivindicação de representação, por outro, assume-se que toda representação política possui fundamento democrático, o que mascararia, em alguma medida, inúmeras possibilidades de representações políticas distantes das dimensões valorativas e procedimentais da democracia, como as eleições de representantes que discursam ou agem em favor do enfraquecimento do regime democrático e/ou que estimulam movimentos autoritários.

Em relação ao eixo da participação, apesar de a literatura participacionista considerar como um governo ideal aquele capaz de atender plenamente todas as demandas sociais, destaca-se que as democracias representativas, atualmente, não concentram a tomada de decisões somente no parlamento, havendo a possibilidade de deliberações também por outros agentes eleitos ocupantes do Poder Executivo, com destaque para a Presidência da República (BOBBIO, 1986). Ademais, no caso brasileiro, por exemplo, temos instituídos diversos instrumentos que permitem a participação da população nas discussões públicas e, em alguns casos, na deliberação acerca de pautas públicas, como os plebiscitos, os referendos, os projetos de leis de iniciativa popular, a atuação por meio de ações coletivas (como movimentos sociais, o associativismo e as organizações da sociedade civil) e de instituições participativas (como conselhos e conferências de políticas públicas, reuniões de orçamentos participativos e audiências públicas), bem como por meios tidos como tradicionais ou contestatórios, como a filiação a partidos políticos, o voto e as manifestações e protestos (GIMENES, 2019).

Ao relacionar os aspectos da igualdade de acesso à política em termos de ocupação de espaços de poder e de acesso a direitos e conquistas sociais, Cheibub e Przeworski (1997) e Dahl (1997) defendem que os avanços no funcionamento de uma democracia são possíveis desde que se perfaça, pelo menos, a condição de manutenção das eleições livres e competitivas para os cargos de liderança, as quais são consideradas elementares ao regime. Nesse sentido, Fuks *et al* (2016) afirmam a necessidade do apoio da população às eleições livres e

competitivas, denominando tal dimensão democrática como “adesão aos procedimentos de escolha”.

Todavia, a mera igualdade formal de acesso às decisões é insuficiente para a solução dos problemas colocados pelas desigualdades reais, podendo ocorrer a apropriação dos espaços de participação política e a consequente manipulação de determinada vontade coletiva, impossibilitando a vontade coletiva real (MIGUEL, 2014). Além disso, Miguel (2014) destaca atenção à conformação e tomada de decisão das elites políticas que, em diversos momentos, distanciam-se das preferências políticas dos seus representados. A isso a Ciência Política tem chamado de falta de congruência política através de estudos que buscam investigar a relação entre as decisões tomadas pelos representantes e as preferências manifestadas pela população representada (CARREIRÃO, 2015).

Em geral, as vertentes teóricas contemporâneas julgam a democracia como melhor forma de governo e tentam, substancialmente, associar tal regime com a igualdade política e a participação popular (ALBRECHT, 2019). Apesar das divergências, a igualdade política fornece certa orientação sobre o regime democrático, pois a democracia não consiste somente em um governo da maioria (ou de majorias), mas da sociedade como um todo, a qual é entendida como um agente coletivo, composto por um conjunto de identidades individuais, inclusive, de grupos historicamente segregados (ALBRECHT, 2019).

Nesse sentido, nos filiamos ao argumento de Albrecht (2016). Conforme a autora, a democracia não se caracteriza a partir da escolha excludente entre deliberação, participação e representação, mas por como essas formulações se comunicam com a igualdade política. Por conta da complexidade que o conceito de democracia possui, a maneira como os indivíduos a compreendem, tanto em termos de valores, quanto em termos procedimentais, constitui um ponto fundamental para a construção das bases da legitimidade democrática.

Nessa direção, diversos aspectos individuais e subjetivos se refletem em como e quanto os indivíduos apoiam a democracia. Um deles é o desenvolvimento de cidadãos críticos, cuja avaliação negativa sobre o desempenho institucional e também o afastamento das instituições políticas tradicionais estariam relacionados à sofisticação política dos cidadãos (NORRIS, 2007). Além disso, cabe destacar a relevância da diferença geracional, no que tange às experiências com regimes antidemocráticos ou autoritários. Nesse sentido, os jovens, em termos de faixa etária, seriam a maioria dos cidadãos críticos, enquanto os mais velhos manifestariam maior apoio ao regime.

Todavia, o ponto questionável, apontado por pesquisas recentes (RENNÓ, 1998;

INGLEHART, 2016; FOA; MOUNK, 2017b), é o crescente afastamento dos jovens em relação às instituições democráticas e às formas de participação tradicional, não por fatores relativos à cidadania crítica, mas por não se sentirem contemplados pelas decisões e políticas públicas. As pesquisas realizadas entre estadunidenses e europeus, considerando os cidadãos nascidos após os anos 2000, indicam que a adesão normativa manifestada à democracia é mais baixa na geração dos *baby boomers* em comparação às gerações anteriores, as quais experimentaram regimes autoritários ou, ao menos, suas consequências mais diretas (RENNÓ, 1998; INGLEHART, 2016; FOA; MOUNK, 2017b).

Embora tais fatores em tese colaborem com a formação de indivíduos alienados ou alheios ao funcionamento do regime, uma vez que a participação política e as instituições são determinantes importantes para a educação política dos cidadãos, ao mesmo tempo que a cultura política também influencia as instituições democráticas (GIMENES, 2017), não nos aprofundaremos nos aspectos teóricos e empíricos relativos à cidadania crítica e aos ciclos de vida ou gerações. Em nosso trabalho, o que importa é destacar a sua relevância diante da temática abordada, pois nosso estudo não pretende - e nem poderia - esgotar a totalidade das análises e teorias que dialogam com as nossas propostas.

Diante da revisão bibliográfica exposta, a forma que os indivíduos se relacionam com a democracia, subjetivamente ou objetivamente, possui grande relevância para o fenômeno sociopolítico que estamos chamando de desconsolidação democrática. Fatores inerentes à cultura política, como socialização na infância, educação, experiências adultas com o governo, sociedade e economia refletem-se nas crenças, valores, sentimentos e conhecimentos dos indivíduos em relação à democracia e, conseqüentemente, à sua manutenção. Nesse sentido, os contextos vivenciados pelos indivíduos podem, em alguma medida, ecoar no crescimento do cinismo dos cidadãos com relação aos valores democráticos, resultando na redução tanto do apoio difuso quanto do apoio específico. Este efeito é evidenciado, especialmente, na redução do entendimento sobre a essencialidade dos direitos civis, políticos e sociais, liberdade e igualdade para o regime, bem como no aumento das avaliações negativas sobre o funcionamento da democracia (FOA; MOUNK, 2017b).

Tendo isso em vista, diversos caminhos de pesquisa são possíveis, mas há também a impossibilidade de explorá-los em sua totalidade. Portanto, na próxima seção, nos dedicaremos ao estudo da legitimidade democrática e da adesão à democracia por parte dos cidadãos, bem como a noções gerais sobre a natureza complexa e multidimensional do apoio ao regime em seus aspectos normativos e procedimentais.

2.3 A ADESÃO À DEMOCRACIA COMO OBJETO ANALÍTICO

Um debate acerca das percepções e relações estabelecidas por uma população com o regime democrático carece, inicialmente, da elaboração de um quadro teórico que permita, em momento posterior, analisar as respostas decorrentes dos dados de opinião pública referentes ao caso brasileiro. Nesse sentido, antes de passarmos ao exame da adesão à democracia no Brasil, faremos a exposição, na presente seção, de um balanço teórico que abarca diferentes maneiras de compreender a democracia na contemporaneidade, sem, no entanto, ter a pretensão de esgotar o debate ou mapear a totalidade dos escritos, conceitos e interpretações referentes a essa temática.

Diante disso, o entendimento individual sobre o que é democracia está intimamente relacionado com o apoio ao regime democrático proferido pelo cidadão. Nas seções anteriores, apontamos que a fragilidade da legitimidade democrática pode corroborar com os processos de desconsolidação. O ponto de partida é que se trata de uma característica da democracia relacionada aos processos de socialização política e cultural, os quais refletem na percepção dos indivíduos sobre o regime político. Dentro desse escopo, podemos encontrar os conceitos de “apoio à democracia” e “efetividade democrática”. No que tange ao apoio, esse pode ser identificado com o amplo conjunto de atitudes e valores democráticos, tais como tolerância, confiança interpessoal e institucional, orgulho nacional, respeito mútuo, participação e interesse por política. Já a efetividade, refere-se ao desempenho real do sistema político, ao lado da satisfação de seus expectadores com os encaminhamentos de suas demandas (PUTNAM, 1995; CASALECCHI, 2016).

Posto isso, pensando na adesão democrática, a literatura recorre aos conceitos de legitimidade e confiança. No que concerne à legitimidade, sua compreensão perpassa um conceito mais amplo que “apoio à democracia”, ela é definida a partir das expressões de apoio ou rejeição dos indivíduos em relação ao regime, sendo um fenômeno subjetivo em decorrência das experiências pessoais com as instituições políticas (RIBEIRO, 2007). Frequentemente associada à confiança⁵ dos cidadãos no desempenho institucional, a legitimidade do sistema

⁵ Com relação à confiança, ela decorre do sentimento dos cidadãos de pertencimento à comunidade política, bem como da crença de que seus interesses serão outorgados pelas instituições (EASTON, 1975). A premissa da confiança é a recepção e o encaminhamento das demandas dos indivíduos em seu grau de importância. Desse modo, os cidadãos confiam ou não nas instituições a partir das suas experiências com elas, enquanto analisam a

político emana da convenção entre aspectos racionais-legais, princípios próprios das instituições democráticas – impessoalidade, imparcialidade, equidade e justiça – e a percepção dos indivíduos sobre a execução dessas normas e princípios, promovendo a confiança medular para um desempenho institucional satisfatório.

Nesse sentido, endossamos aqui as contribuições de Lipset (1967), as quais denotam que a legitimidade do regime democrático, depende da própria capacidade do sistema político em desenvolver e manter a convicção dos indivíduos em relação às instituições políticas como alicerces para a resolução dos conflitos da sociedade. Dentro das considerações sobre a relação subjetiva dos indivíduos com a democracia, temos a chamada legitimidade democrática, que é uma espécie de “reservatório” de apoio à democracia, o qual a população possui e que pode contribuir para superar as insatisfações e desconfianças a respeito do regime no próprio jogo democrático com a alternância de poder (SELIGSON; MULLER, 1987; CASALECCHI, 2016).

Por esta razão, a adesão da população à democracia depende de aspectos relacionados ao entendimento dos indivíduos sobre o que é e como funciona o regime. Nesse sentido, o apoio político possui um caráter multidimensional, sendo relacionado aos valores, crenças e atributos sociais individuais que, comumente, se refletem no regime político (PUTNAM, 2000; NORRIS, 2001; INGLEHART; WELZEL, 2009 *apud* HOFFMANN; SANTOS, 2016).

Assim, existem autores que exploram essas dimensões, por exemplo, Norris (2011) elenca cinco níveis de adesão ao sistema: sentimento de identidade e orgulho nacional, adesão ao regime enquanto princípios e valores, avaliações e satisfação com seu desempenho, confiança em suas instituições e confiança em líderes políticos. Todavia, nos valem das contribuições tradicionais de Easton (1975) sobre o apoio político, por conta das nossas pretensões analíticas voltadas ao Brasil a partir dos estudos de opinião pública.

De acordo com o autor, os indivíduos apoiam a democracia sob duas perspectivas: apoio normativo e apoio específico (EASTON, 1975). O primeiro, também chamado de apoio difuso, refere-se à percepção abstrata dos indivíduos sobre a importância do regime e de sua persistência, independentemente de falhas ou problemas. Assim, seria a mais longa e consistente forma de relação do indivíduo com a democracia, moldado pelas experiências dos cidadãos, responsável pela existência de um “estoque” de legitimidade, isto é, atitudes, valores e comportamentos políticos alinhados com a defesa da democracia e de sua manutenção a despeito do desempenho recente de suas instituições e atores em postos de poder. Enquanto o

consistência e a coerência das suas normas, sobrepondo avaliações estritas do comportamento individual dos seus administradores (MOISÉS, 2005).

apoio específico reporta-se ao desempenho das instituições e seus mandatários (EASTON, 1975), ou seja, trata aspectos conjunturais e dependeria das percepções dos indivíduos sobre o funcionamento das instituições e a performance das autoridades.

Dentro da teoria estoniana, há o pressuposto de que os atores políticos compreendem racionalmente as instituições democráticas e as lideranças políticas, com base no modelo difuso ou abstrato, contando com a presença de valores básicos e princípios fundamentais do regime democrático. Como também, considera o aspecto concreto e íntimo das avaliações acerca do funcionamento das instituições e ao desempenho dos operadores que compõem o regime político em questão.

Desse modo, o estoque de legitimidade seria, então, a diferença entre o quanto os indivíduos valorizam a democracia como regime político e suas avaliações pontuais sobre o seu funcionamento. Nesse sentido, se o saldo do apoio abstrato é positivo, ou seja, se os indivíduos manifestam apoio às instituições democráticas e aderem aos valores e princípios democráticos, mesmo em momentos de crises políticas, sociais e econômicas, o regime pode se manter legítimo por um período mais longo de tempo, apesar das avaliações negativas. Todavia, quando há um baixo apoio específico por um período prolongado, isto é, uma baixa adesão aos princípios e aos valores democráticos, independente da causa, e esse fato gera avaliações negativas relativas às instituições políticas, a relação dos indivíduos com as bases valorativas e subjetivas da democracia se rompe e o regime passa a estar exposto a riscos em sua persistência (EASTON, 1975).

Nesse sentido, a teoria eastoniana (EASTON, 1975), com a inserção dos modelos de apoio normativo e específico, ampliou os horizontes teóricos sobre as bases da legitimidade democrática, proporcionando debates teóricos-metodológicos para a construção de medidas e análises empíricas multidimensionais sob os prismas procedimentais e valorativos do regime.

Os avanços empíricos referentes à legitimidade do sistema político, em consonância com as afirmações de Easton (1975), denotam que o apoio ao regime é imprescindível para a sua manutenção, sendo necessário, em momentos de acentuado declínio, a providência de mecanismos por parte do Estado, os quais possam, em alguma medida, reestabelecer o apoio à democracia. (EASTON, 1975; HOFFMAN; SANTOS, 2016). Ainda, a avaliação da legitimidade decorre da análise do funcionamento das instituições em consonância com os valores referentes à participação, reciprocidade e universalismo e o quanto um sistema político manifesta e mantém a aquiescência, preferência e confiança dos seus cidadãos (MOISÉS, 2005).

Casalecchi (2016) sistematizou alguns parâmetros para a avaliação da legitimidade democrática, considerando o “apoio à democracia” e o “compromisso democrático”. Com base nisso, argumentou que, nas perguntas sobre a preferência do regime, a única indicação dada ao respondente é a palavra “democracia”, o que poderia, a depender do contexto democrático do país, favorecer respostas positivas. Por isso, a construção da variável “compromisso democrático” é composta por variáveis de preferência pela democracia, bem como a rejeição de alternativas autoritárias em momentos de crise sociopolítica. Deste modo, “apoio à democracia” refere-se ao volume de apoio no regime, enquanto o “compromisso democrático” é desmembrado em preferências e atitudes em consonância aos princípios democráticos, como as eleições livres, sufrágio universal, direitos políticos individuais (CASALECCHI, 2016).

Diante disso, ao aplicar seus parâmetros em pesquisa realizada sobre a América Latina, Casalecchi (2016), com base na análise dos dados disponíveis no Barômetro das Américas de 2006 a 2014, identificou um alto percentual de cidadãos que preferem a democracia como forma de governo, porém menos da metade dos latino-americanos possuem compromisso democrático. Inobstante, Moisés *et al* (2016), com base no banco de dados do Barômetro das Américas, verificaram que boa parte dos cidadãos da América Latina são ambivalentes em relação à democracia, apontando o enfraquecimento do apoio dos cidadãos ao governo, o que não significa, necessariamente, uma atitude de contestação ou oposição, mas uma falta de consistência no regime. Além disso, Casalecchi (2016), com objetivo de investigar o legado democrático na América Latina e seus efeitos sobre o apoio dos cidadãos latino-americanos à democracia, destacou a importância do legado democrático para a legitimidade do regime democrático.

Nesse sentido, em sua laboriosa construção analítica, Casalecchi (2016) conceituou o legado democrático como a junção de fatores relativos à qualidade das experiências democráticas, em termos eleitorais, liberais e participativos, com o acúmulo temporal do regime, baseando-se nos índices de democracia disponíveis no *V-Dem*. De modo que, ao estruturar as medidas dos seus modelos, as experiências democráticas eleitorais referem-se às eleições livres, competitivas e regulares, enquanto as liberais são relativas à proteção dos direitos e garantias individuais, autonomia do governo e mecanismos de freios e contrapesos e, por último, a participação social e política como medida das experiências com a democracia em dimensões participativas. Ademais, considerando o fator do acúmulo temporal do regime democrático enquanto essencial para o conceito de legado democrático, tal medida concentra-se em dados referentes ao período que vai do ano 1900 até 2015.

Em suma, os índices do banco de dados utilizados (*V-Dem*) visam oferecer medidas que se referem a 5 dimensões democráticas (eleitoral, liberal, participativa, deliberativa e igualitária), as quais são criadas a partir de subdimensões para cada um dos países que compõem o alcance geográfico e para cada um dos anos, ou seja, entre 1900 e 2015 (CASALECCHI, 2016). Ainda, três (das cinco) medidas utilizadas pelo autor (eleitoral, liberal e participativa) variam entre “mais autoritários” e “mais democráticos”, matematicamente representadas, resultaram na elaboração de um índice de “experiência democrática” com as mesmas variações utilizadas anteriormente. Por conseguinte, os valores obtidos neste último índice foram tratados estatisticamente, considerando que as experiências democráticas mais recentes possuem maior peso frente às anteriores, para, então, refletirem a pontuação de cada um dos países latino-americanos ao longo dos anos 1900 e 2014 (CASALECCHI, 2016).

A partir de uma série de testes estatísticos e análises empíricas - considerando de fatores macroeconômicos como o PIB per capita, crescimento do PIB e desigualdade, bem como fatores individuais, como a idade, escolaridade, interesse por política, percepção sobre o desempenho econômico e político, corrupção, vitimização, preferências eleitorais, confiança interpessoal e outros correlatos - Casalecchi (2016) confirmou a sua hipótese de que os cidadãos que vivem em países com maior legado democrático tendem a ser mais democráticos em suas atitudes e valores. Nesse sentido, o legado democrático afeta o apoio à democracia, pois “os indivíduos não tomam decisões racionais o tempo todo, nem atuam de forma aleatória. Muito pelo contrário: na maioria das vezes as ações são guiadas por orientações existentes, que foram aprendidas com a experiência. As atitudes são expressões políticas destas orientações” (AQUINO, 2015, *apud* CASALECCHI, 2016).

A despeito disso, o legado democrático tem papel fundamental na experiência dos cidadãos com a democracia, uma vez que molda e modifica o próprio ambiente social em que o indivíduo será socializado, pois a experiência institucional em países nos quais as instituições democráticas operaram de forma constante é mais longa e permanece presente mesmo em momentos de interrupção da democracia (CASALECCHI, 2016). Ademais, na medida em que o legado democrático altera a dinâmica das experiências dos indivíduos com as instituições democráticas, a participação das pessoas no funcionamento do regime é favorecida seja através das vias eleitorais seja por meio de canais de participação social ou somente com a percepção sobre o desempenho institucional. A longo prazo, isso contribui para a manutenção do regime (CASALECCHI, 2016).

Diante do arcabouço teórico apresentado, no próximo capítulo nos debruçaremos sobre

o cenário da legitimidade democrática no Brasil, estabelecendo diálogo entre os elementos teóricos e gerais e as análises empíricas específicas sobre o caso brasileiro. Assim, buscaremos sintetizar os argumentos que permearão as análises desenvolvidas no capítulo 4.

3 OS BRASILEIROS E O APOIO À DEMOCRACIA

No capítulo anterior, buscamos expor aspectos teóricos sobre os fenômenos investigados em nossa dissertação, para, no quarto capítulo, transportá-los às análises empíricas sobre o caso brasileiro. Uma vez feito isso, evidenciamos um posicionamento geral da literatura sobre o movimento de desconstrução das democracias e as suas principais determinantes, a construção teórica relativa à cultura política, o apoio dos cidadãos ao regime com ênfase nas dimensões relativas à legitimidade democrática, bem como a relevância do legado democrático para a manutenção da democracia.

Neste capítulo explanaremos a questão da adesão ao regime democrático no Brasil em três seções. Na primeira, apresentaremos uma exposição das bases históricas e sociais da conformação do Estado nacional e seu governo em distintos períodos históricos: as primeiras décadas do Brasil república, a Era Vargas, o regime militar (com ruptura democrática) e o processo de redemocratização com abertura política e a Constituição Cidadã de 1988. Na sequência, apresentamos uma breve análise conjuntural do contexto sóciopolítico nacional a partir do ano de 2013, marco temporal sinalizado na introdução desta dissertação. Por fim, a última seção do capítulo apresenta resultados de pesquisas que exploraram analiticamente as manifestações de apoio dos brasileiros à democracia.

3.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA DEMOCRACIA BRASILEIRA

Conforme Soares (2001), desde o início da República, podemos destacar algumas situações recorrentes no sistema político brasileiro, como a dominação da política da maior parte dos estados por uma oligarquia, a realização periódica de eleições (muitas delas fraudulentas nas primeiras décadas do século passado) e a existência de constituições estaduais. Não devemos considerar que o fenômeno da dominação oligárquica foi meramente casual, pois esteve atrelado, em certa medida, ao avanço da urbanização e da industrialização, especialmente em relação à dominação da população rural pelos coronéis, combinada com a irrelevância política das classes sociais urbanas (burguesia, pequena burguesia, classe média e trabalhadora) e a inexistência de condições socioeconômicas que conferissem à ideologia um caráter relevante na política.

Nesse sentido, não há uma única causa para o declínio da política oligárquica, mas a

junção de fatores que culminaram nesse resultado, como as mudanças na infraestrutura socioeconômica, a fragmentação da propriedade agrícola, a urbanização e a industrialização. Esses processos minaram a política oligárquica em sua forma tradicional por ocorrerem em paralelo à mobilização e à conscientização política, especialmente pela sindicalização e pela expansão ideológica possibilitada pelos meios de comunicação de massa, os quais foram muito importantes (MELO, 1998; SOARES, 2001). Os trabalhadores, inclusive, se destacam como importantes atores sociais na história política da primeira metade do século passado no Brasil, já que fizeram uso de espaços e ferramentas distintos na luta por seus direitos e demandas, como greves, piquetes, a organização de sindicatos e a tentativa de organização política do grupo em uma articulação social com vistas à fundação de um partido comunista (SOARES, 2001).

Sobre esses períodos, Moisés (1995) afirmou que a base da cultura política dos brasileiros cunhou-se como um conjunto rígido de padrões político-culturais abastecido de uma imensa capacidade de continuidade, com traços que foram herdados das raízes “ibéricas” do país, ou seja, de “um sistema de valores autoritários, hierárquicos e plebiscitários com componentes ‘estatistas’ e antiliberais resultantes do processo de formação do Estado” (MOISÉS, 1995, p. 105). Assim, enquanto a sociedade é vista como um agente incapaz de se organizar, o Estado é visto como a organização política, administrativa e burocrática. O clientelismo, o populismo, a manipulação, a apatia política, a reverência às autoridades, o antipartidarismo e o antiinstitucionalismo são exemplares dessa cultura política.

A Revolução da década de 1930 impactou a infraestrutura econômica e a organização política da República Velha, sendo o período governado por Getúlio Vargas o mais importante para a criação de alternativas políticas novas para o Estado brasileiro, em que pese não tenha dado fim inteiramente às bases políticas da República Velha. Em 1930, os objetivos das classes e setores em expansão eram fundamentalmente políticos: a expansão da cidadania incluindo o direito ao voto livre e secreto e o fim da fraude e de corrupções eleitorais tão presentes na primeira República (SOARES, 2001).

Após a Revolução de 1930 e o fim da concentração do poder político nacional no eixo comandado por políticos de São Paulo e de Minas Gerais, ainda havia muitos traços da política oligárquica, mas o seu declínio continuou se acentuando no governo de Vargas, tendo significativas transformações com a criação de sindicatos (SOARES, 2001). Durante a política de Vargas, eleito indiretamente em 1934, tivemos, em certa medida, a incorporação das massas urbanas às políticas oligárquicas através da construção de uma ordem institucional que permitiu o acesso desses novos atores à arena política, em um contexto de baixa institucionalização

liberal (MELO, 1998).

Nesse sentido, mesmo que a Revolução de 1930 não tenha sido uma revolução social, por seu caráter político, ela foi um importante momento para o período democrático por, de acordo com Soares (2001), pelo menos 4 razões: a primeira é a elevação do nível das aspirações de participação política de uma parcela da minoria de brasileiros, permitindo eleições em 1933/34 e abolindo inúmeras fraudes da República Velha; a segunda é a política de industrialização adotada, acelerada no Brasil durante a crise de 1929 e a II Guerra Mundial; a terceira diz respeito à criação de uma estrutura sindical que, embora fosse controlada, serviu como instrumento para a mobilização da classe trabalhadora, o que refletiu em apoio expressivo nas eleições de 1945 aos partidos políticos ancorados nesta classe, como foi o caso do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); e a quarta foi o fortalecimento político do Estado nacional com a diminuição do poder político nos estados, que facilitou a organização da política em torno dos interesses de classe nacionais, tornando mais estreitos os laços oligárquicos e diminuindo-os, transformando, parcialmente, o espaço da política em um palco para diferentes classes sociais e não somente um domínio da oligarquia.

A Constituição de 1934, nesse sentido, marcou a primeira experiência democrática brasileira, prevendo eleições diretas para 1938, com voto universal e secreto, bem como respeito aos princípios de alternância de poder, extensão da cidadania e dos direitos políticos até 1937, quando o golpe de Estado de Getúlio Vargas iniciou o período do Estado Novo. Nesse momento, a conjuntura política - do ponto de vista global - estava cedendo à grande influência do nazifascismo, marcadamente por sentimentos nacionalistas e pela centralização do poder estatal. O Estado Novo representou um limitador político para os grupos e classes que vinham realizando suas reivindicações desde a República Velha, especialmente para os trabalhadores. Nesse período, a pressão e a articulação populares contribuíram à aprovação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, no entanto, instaurou-se em paralelo à vigência desses direitos, o funcionamento do acesso à população a direitos sociais por meio da cidadania regulada⁷, “cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um

⁷ Eram reconhecidos como cidadãos aqueles indivíduos que encontravam-se em alguma ocupação ou profissão devidamente legislada, estando a cidadania inerente à profissão e, portanto, sendo os direitos do cidadão restritos aos da sua categoria no processo produtivo, pois a carteira assinada passou a ser o comprovante do contrato entre o Estado e esse exercício da cidadania. Como o status da cidadania dependia do reconhecimento formal advindo do Estado diante da profissão exercida pelo indivíduo, todos aqueles que exerciam profissões não reconhecidas por lei, como os trabalhadores rurais ou domésticos, eram denominados “pré-cidadãos”, de modo que o mecanismo de regulação da cidadania teve por finalidade o controle implícito ou indireto da atuação crítica dos sindicatos em relação ao governo (SANTOS, 1979).

sistema de estratificação ocupacional [...] são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas por lei” (SANTOS, 1979, p. 75).

A deposição de Vargas em 1945 marcou o início de nosso primeiro período democrático, de fato, caracterizado, de modo geral, pela ampliação da participação e pela retomada e extensão da cidadania a grupos sociais cada vez mais amplos e também pela submissão das políticas públicas à lógica do mercado. Sobre o último aspecto, Melo (1998) discorre que as políticas públicas eram tratadas como uma moeda de troca, resultante do colapso do corporativismo e a agenda política era controlada por uma elite técnica composta por ideólogos e técnicos “desenvolvimentistas” e pela elite tecnoburocrática do Ministério do Trabalho, a qual era a responsável pelo controle da agenda social do Estado.

Diante de tal contexto, na República Populista (1945-1964), tivemos a evolução do sistema político com a primeira experiência democrática brasileira, que redefiniu o contexto político em contraposição à República Velha, suplantando a política de cúpulas em favor da vivência de política de base elaborada de maneira ampliada e participativa (SOARES, 2001). Nesse sentido, destacamos os questionamentos e as importantes contribuições apresentadas por Lavareda (1991) sobre o sistema partidário brasileiro após a superação do período autoritário Estado Novo (1937-1945) que, a partir de ampla observação empírica sobre os dados coletados referentes à competição eleitoral do período pós Estado Novo até a segunda ruptura democrática brasileira, refutou teses anteriores que afirmavam a existência de partidos dominantes e a desestruturação do sistema partidário brasileiro.

Apesar da ausência de qualquer pretensão de esgotarmos o arcabouço teórico sobre o período e o sistema partidário brasileiro, nos filiamos ao argumento de Lavareda (1991) no que tange ao momento democrático pretérito ao golpe militar de 1964, uma vez que suas análises não demonstraram crescimento de legendas ou organizações partidárias competindo entre si, tampouco exponencial aumento de votos brancos e nulos. Desse modo, somente condições eventuais servem como indicativos para questionar a competição eleitoral do período, como em 1960, que foi o único período em que a disputa presidencial ocorreu em formato bipartidário, enquanto as eleições de 1950 e 1955 seguiram em competições multipartidárias (LAVAREDA, 1991).

Segundo os dados estatísticos analisados pelo autor, verificou-se certa complexidade no enraizamento dos partidos políticos naquele período, bem como obstáculos à institucionalização do sistema partidário brasileiro, como a restrição de partidos ideológicos.

Todavia, sem desconsiderar as fragilidades, aspectos positivos também são observados no panorama político em questão, como as exigências de nacionalização dos partidos políticos, que não ocorria na República Velha. Além disso, sob o prisma temporal, é fato que tal experiência democrática perdurou somente 19 anos até a segunda interrupção do regime democrático brasileiro, com golpe militar de 1964 (LAVAREDA, 1991).

Contudo, sobre esse período, ressaltamos que os pontos de fragilidade atuaram como empecilhos para a estabilidade institucional do sistema partidário. As diferentes lógicas para as disputas presidenciais e para a eleição dos cargos de deputados federais, por exemplo, as quais não ocorriam no mesmo momento, dificultavam a elaboração de projetos políticos de cunho nacional e alianças partidárias (LAVAREDA, 1991).

Segundo Moisés (1995), as interpretações mais usuais da cultura política do Brasil até meados da década de 1970 remetiam à manutenção do legado “varguista” dos anos 30, com destaque à continuidade de um Executivo centralizado, com forte capacidade de intervir na economia e na sociedade, preservação de arranjos institucionais que de fato esvaziavam partidos políticos ao restringirem sua eficácia, conferindo-lhes a mera função de “equilíbrio” entre as oligarquias regionais, como as instituições privadas da sociedade civil, sindicatos ou grupos de pressão. Nos últimos anos da experiência militar vivenciada pelos brasileiros até meados de 1980, essa percepção foi superada, conforme apontaram pesquisas de opinião pública, cujos resultados demonstraram o reconhecimento da importância dos partidos políticos para a manutenção da democracia e o papel das instituições democráticas. Esses resultados demonstram que, em pleno período da ditadura militar, uma parcela dos brasileiros que estabeleceu comparações entre a vida política em diferentes contextos de regimes reconheceu elementos democráticos, assim como os dados sistematizados pelo autor demonstraram a crescente preferência pela retomada do regime democrático, combinada com redução do apoio à manutenção da ditadura militar em curso.

No que concerne à transição democrática do regime brasileiro, sobretudo referente à formação de um consenso mínimo sobre a preferência pelo regime em meados da década de 1970 e início dos anos 1980, Moisés (1995) aponta diferentes explicações. Dentre elas, as experiências de terror provocadas pelo regime militar, como a ausência de liberdade, constrangimentos políticos, perseguições aos atores e partidos políticos, bem como as medidas arbitrárias tomadas pelo Estado, que, por consequência, tornaram a democracia mais atrativa para diversos segmentos da sociedade (MOISÉS, 1995).

Ainda, o regime autoritário conviveu com a sobrevivência de um sistema político

semicompetitivo, no qual foi produzido um longo processo de deslegitimação do autoritarismo, pois as eleições periódicas conseguiram estender o debate ao público e propiciar alternativas, levando a uma abertura política que coincidiu com as crises econômicas internas e externas e com a crescente insatisfação dos brasileiros com o regime autoritário. Esse descontentamento estava relacionado, em alguma medida, à pluralização das pautas dos movimentos e grupos que passaram a encampar a defesa do retorno à democracia junto às suas práticas e lutas por causas específicas (MOISÉS, 1995).

O fim do bipartidarismo, a conseqüente abertura ao multipartidarismo, o reconhecimento da força das lutas sociais e o movimento pelo retorno do voto direto à presidência “Diretas já!” foram alguns dos aspectos que minaram mais exponencialmente a força dos militares, de modo que, em meados da década de 1980, foi determinada a retomada do voto direto para presidente no pleito de 1989 e estabelecida uma Assembleia Nacional Constituinte com vistas à elaboração de uma nova carta constitucional. A transição política brasileira durou mais de uma década (1974-1985), gerando um movimento complexo e amplo de oposição ao regime autoritário, tanto para redefinir o compromisso com parte das elites, quanto para generalizar a democracia em outros setores da sociedade, tendo em vista que a experiência de terror do Estado provocou certa mudança de atitude dos atores políticos brasileiros, denotando os vícios do despotismo e lançando luzes às virtudes da democracia (MOISÉS, 1995).

A Constituição Federal de 1988 (CF/1988) restaurou o Estado democrático de direito no país de maneira formal. Tanto a Constituição quanto outros dispositivos normativos instituíram uma série de mecanismos para o envolvimento dos atores políticos, econômicos e sociais no processo de formulação e gestão de políticas públicas ao ampliar instrumentos de controle, participação e transparência nas decisões políticas, possibilitando a abertura de canais para a participação social no desenvolvimento social e democrático do país (PIRES; GOMIDE, 2014).

3.2 PANORAMA GERAL DA DEMOCRACIA PÓS-2013 NO BRASIL

As grandes manifestações iniciadas em 2013, conhecidas também como Jornadas de Junho, mobilizaram milhões de pessoas em todo o território nacional. Em um primeiro momento, essas mobilizações tinham como pauta principal a tarifa zero para o transporte

público, a qual foi uma bandeira levantada pelo Movimento Passe Livre, logo após os anúncios sobre o aumento das tarifas do transporte coletivo na cidade de São Paulo (TATAGIBA, 2014). Em um segundo momento, os repertórios das mobilizações passaram a contemplar desde conteúdos contestatórios até críticos aos grandes eventos esportivos (Copa das Confederações em 2013, Copa do Mundo em 2014 e Olimpíadas no Rio de Janeiro em 2016). Além disso, apresentavam-se demandas contra o Partido dos Trabalhadores (PT) e, ao mesmo tempo, propostas de militarização, a favor da redução da maioria penal, bem como favoráveis ao retrocesso das políticas públicas alcançadas até então, entre outras (SINGER, 2013; OLIVEIRA *et al*, 2016).

Nos primeiros atos, as mobilizações contavam com uma participação de 2 a 5 mil pessoas na capital paulista (TATAGIBA, 2014; OLIVEIRA *et al*, 2016). Entretanto, novos sentidos foram incorporados aos repertórios políticos em questão, aumentando o alcance das manifestações e evidenciando um cenário de múltiplas pautas e bandeiras e o desejo da população por mais participação e respeito às minorias.

As pautas do Movimento Passe Livre, contudo, foram substituídas pela nacionalização do “desejo por mudança” e “contra tudo o que está aí”. Assim, apresentavam-se diferentes bandeiras e reivindicações contraditórias, as quais dividiam espaço no mesmo protesto e que, desde então, seguiram em disputa entre os autores e os intérpretes dessas manifestações (SINGER, 2013; OLIVEIRA *et al*, 2016; ALONSO, 2017).

Nesse sentido, nos importa destacar que inúmeras pesquisas no campo das Ciências Sociais buscaram compreender a complexidade desse contexto. Diante do vasto universo de análise, nos dedicamos, principalmente, a lapidar cuidadosamente a sua exposição em ordem cronológica, de modo a facilitar a compreensão do período e evitar possíveis entraves teóricos.

Alonso (2017) aponta a construção de performances políticas expressivas entre os anos 2013 e 2016 a partir de três repertórios de confronto. O primeiro, já conhecido pelos manifestantes, denominado como repertório socialista, que retornou em 2013 através das bandeiras vermelhas, com uma organização vertical dos manifestantes, uso megafones e indignação com a baixa qualidade dos serviços públicos prestados. Além deste, um segundo repertório, o qual era composto por movimentos pela justiça global e demandas de igualdade entre os gêneros e que foi chamado de autonomista. Neste, verificaram-se reivindicações por espaços compartilhados, performances diretas, anticapitalistas e antiestatistas, através de uma organização descentralizada e centrada na deliberação por consenso coletivo. Por último, um repertório patriota, com referência às duas grandes mobilizações nacionais, como as “Diretas

já!” (1984), por meio de cores, bandeira e hino nacionais, bem como o “Fora Collor” (1992), com as “caras-pintadas” pelas cores da bandeira do Brasil.

De um ponto de vista mais amplo, Alonso (2017) verificou a presença de duas mudanças conjunturais que contribuíram para a emergência dos ciclos de protestos daquele período: [1] A onda de protestos globais, os quais ocorreram entre 2011 e 2013, bem como os grandes eventos esportivos sediados no Brasil (Copa das Confederações em 2013, Copa do Mundo em 2014 e Olimpíadas em 2016; [2] A ausência de diálogo entre o governo e os movimentos sociais, que abriu caminhos para os protestos e também o fato de Dilma não se ater aos problemas urbanos, à eficiência das políticas públicas e a medidas anticorrupção menos passivas.

Esses acontecimentos somados ao crescimento do acesso à educação superior e ao aumento do poder de consumo durante os governos Lula (2002 e 2010) diminuíram os espaços que separavam as camadas sociais e criaram um cenário que serviu de palco para a retomada e o surgimento de inúmeros repertórios políticos (SINGER, 2013; TATAGIBA, 2014; OLIVEIRA *et al.*, 2016, ALONSO, 2017). De modo geral, as expressivas manifestações contaram com diversas fases de intensidades, diferentes atores e protagonistas, bem como com múltiplas demandas e acentuados conflitos (ALONSO, 2017). Nesse sentido, os massivos movimentos contestatórios podem ser divididos em três ciclos: Ciclo mosaico (junho de 2013); Ciclo patriota (março e abril de 2015); e Ciclo do *impeachment* (dezembro de 2015 até março de 2016).

A respeito da divisão elaborada por Alonso (2017), podemos apontar que o ciclo mosaico tem como referência a sua denominação, isto é, a complexidade de elementos que permearam os atos do mês de junho de 2013. Nesse sentido, o primeiro ciclo inicia-se com a tomada das ruas no dia 6 de junho, por meio do Movimento Passe Livre, o qual demandava tarifa zero no transporte público. A esse respeito, nos importa destacar que as organizações que anteriormente detinham o monopólio das ruas, como os movimentos feministas, estudantis, negros, bem como os sindicatos e os partidos de esquerda, como o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido Socialista dos Trabalhados Unificados (PSTU) e Partido da Causa Operária (PCO) não foram os protagonistas iniciais dos protestos, e aderiram aos atos somente em momento posterior (GOHN, 2014; TATAGIBA, 2014; ALONSO, 2017).

Assim, embora a equipe governista de São Paulo esperasse negociar com as lideranças do movimento, esses protestos não as tinham, pois tratava-se de um movimento autonomista e vertical, com ênfase na tomada coletiva de decisões. Malgrado da impossibilidade de deliberação com o poder executivo municipal, os manifestantes sofreram, logo depois, violenta

repressão policial (TATAGIBA, 2014; ALONSO, 2017).

Esses episódios, por sua vez, mobilizaram a opinião pública e os movimentos ganharam repercussão midiática internacional. O caráter violento das imagens de jornalistas e manifestantes feridos, as quais foram compartilhadas tanto em canais da grande mídia - como a emissora Globo e os jornais Estadão e Folha de São Paulo - quanto em meios alternativos de informação como em redes sociais - Facebook, Instagram e Twitter - geraram solidariedade aos atos e um contingente importante de pessoas foi mobilizado. Assim, um agrupamento significativo de participantes estava nas ruas no ato subsequente em todo território brasileiro (DOWBOR; SZWAKO, 2013; ROLNIK, 2013; TATAGIBA, 2014; ALONSO, 2017).

Ressaltamos ainda que, no entanto, houve uma rápida cooptação e absorção destes repertórios de interação Estado-sociedade, uma vez que o início das manifestações e a repercussão midiática provocaram mudanças no associativismo à direita e uma multiplicidade das pautas da agenda coletiva. Nesse sentido, dentre os inúmeros grupos criados, as organizações que se destacaram na convocação das ações coletivas foram o movimento “Vem Pra Rua”, o “Movimento Brasil Livre (MBL)” e, com menor participação, o “Revoltados *On Line*”, representando um retorno aos movimentos nacionalistas (DOWBOR; SZWAKO, 2013; ROLNIK, 2013; TATAGIBA, 2014; ALONSO, 2017; GOHN, 2014).

O ápice do ciclo de 2013 ocorreu no dia 20 de junho, ultrapassando a marca de um milhão de participantes, em centenas de cidades brasileiras. Os repertórios patriotas e conservadores foram simbolizados por bandeiras e pelo hino nacional, acompanhados de *slogans* nacionalistas, como “verás que um filho teu não foge à luta” e “o gigante acordou”. Por conseguinte, as críticas anteriormente genéricas tornaram-se a canalização da baixa confiança por parte dos cidadãos nas instituições políticas, com campanhas antipetistas (SINGER, 2013; OLIVEIRA *et al*, 2016; ALONSO 2017; TATAGIBA, 2018).

Ademais, os episódios predecessores do ciclo patriota (entre março e abril de 2015) geraram um ambiente de instabilidade política, agravado pela instauração da operação Lava Jato⁸, em meados de 2014, conhecida como a maior operação de combate à corrupção do Brasil (ALONSO, 2017). Neste momento, tivemos a inserção do protagonismo do ex juiz federal Sérgio Moro no combate à corrupção, o qual tornou-se um ídolo nacional naquele período, por

8 A operação Lava Jato, por sua vez, foi instaurada inicialmente no Estado do Paraná, mas logo passou a integrar o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) do Ministério Público Federal (MPF). (BRASIL, Ministério Público Federal. Procuradoria-Geral da República. Ementa Lava Jato). Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato/entenda-o-caso>>. Acesso em: 28 de agosto de 2021.

conta de sua condução dos julgamentos relativos às investigações da operação Lava Jato em primeira instância (ALONSO, 2017).

A incorporação da emblemática operação Lava Jato, conduzida pelo Ministério Público Federal (MPF), expandiu-se em inúmeras fases inquisitórias, procedimentos de busca e apreensão e expedição de diversos mandados de prisão. Assim, um dado interessante, em nossa opinião, é que, considerando a sua complexidade, o MPF veiculou, em seu site oficial, uma linha do tempo sobre o tema⁹.

Ademais, o associativismo patriota protagonizou as expressivas manifestações de 2014, organizando-se em diversos grupos em oposição à corrupção e à reeleição de Dilma Rousseff - nas eleições presidenciais de 2014 -, e direcionando sua intensidade para a contestação da legitimidade do pleito, pela recontagem de votos, por uma repulsa aos partidos, aos políticos, às instituições e até mesmo à própria democracia em alguns casos (MARICATO *et al*, 2013; SINGER, 2013; TATAGIBA, 2014). Nesse cenário, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), nos últimos dias de 2014, protocolizou um pedido de cassação do mandato da presidente, democraticamente eleita, Dilma Rousseff, junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), fundamentando o requerimento com suposições a respeito de uma apuração fraudulenta dos resultados da competição eleitoral daquele ano.

Nesse sentido, os clamores pelo *impeachment* da ex-presidente e a condução coercitiva de Lula para prestar depoimento em juízo foram confrontados pelos partidos de esquerda, setores socialistas, sindicatos e movimentos sociais correlatos, os quais saíram às ruas em defesa do Estado Democrático de Direito, com a campanha “#nãoovaitergolpe”. Esses fatos geraram clivagens entre manifestantes “pacíficos” e “baderneiros”, repercutindo em uma gama de repertórios políticos, como meios de “respostas” entre um polo e outro. (ALONSO, 2017; TATAGIBA, 2018).

Além disso, demais atos dos Poderes Legislativo e Judiciário refletiram positivamente nas campanhas antipetistas e contra a corrupção, por exemplo, mandados de prisão às lideranças petistas em 2015, expedidos pelo Supremo Tribunal Federal (STF), bem como a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigação da Petrobrás (ALONSO, 2017).

Desse modo, os atos subsequentes contaram com suporte logístico e financeiro, tanto dos setores empresariais e patronais, quanto das classes média e alta, solidificando uma retórica moralista em torno dos valores tradicionais da sociedade, como a família, pátria e religião,

9 BRASIL, Ministério Público Federal. Procuradoria-Geral da República. Caso Lava Jato. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato/linha-do-tempo>>. Acesso em: 29 de agosto de 2021.

desafiando de uma forma mais ampla, não somente o governo petista com fortes discursos pró-*impeachment*, antipetistas e antilulistas, mas a esquerda partidária e a cultura dos movimentos esquerdistas (SOUZA, 2016; ALONSO, 2017; TATAGIBA, 2018).

Nesse sentido, Souza (2016, p. 56) apresenta a seguinte observação:

Cabe destacar que, embora se declarassem apartidários, tais movimentos obtiveram apoio de partidos e lideranças de legendas como o PSDB, DEM, PPS. [...] Diversos foram os temas propalados pelos veículos de comunicação e pelos manifestantes, dentre eles estavam o combate à corrupção, por meio de uma reforma política.

Desse modo, à medida em que as crises econômicas e sociais se agravavam, as cúpulas do PMDB e PSDB se articulavam e alicerçavam-se na radicalização da direita e, por sua vez, do próprio STF, com a politização do Poder Judiciário. O período predecessor ao impedimento político de Dilma Rousseff denota um movimento de radicalização do antipetismo e um crescimento da mobilização pró-*impeachment*, favorecendo partidos políticos com estratégias pautadas nos desdobramentos do posicionamento dos três poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário).

As campanhas pela destituição do governo petista foram construídas em diferentes estágios institucionais e extra institucionais. Nesse sentido, aduz Souza (2016, p. 48-49):

[...] No segundo plano, a oposição demonstrou se comportar como se estivesse em um terceiro turno sem refletir sobre os verdadeiros desafios do país. É ingênuo afirmar que “pedalada fiscal” ou “caixa dois” são males petistas ou federais, o que nos leva a crer que o *impeachment* só resolve os interesses imediatos dos que querem chegar (logo) ao poder.

Os desenlaces relativos ao impedimento da ex presidente Dilma e das investigações da operação Lava Jato revelaram supostas manobras ilícitas em diversos partidos políticos em disputa nas arenas decisórias do Estado, explicitando as razões e as engrenagens do golpe jurídico-parlamentar, as quais contemplavam também o poder de controle e imunidade parlamentar face às ações inquisitórias do MPF na operação Lava Jato (TATAGIBA, 2018). O *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 2016, através de um golpe jurídico-parlamentar, aponta, naquele período, para uma ampla utilização de mecanismos democráticos para a defesa e a manifestação de práticas antidemocráticas (TATAGIBA, 2014; TAVARES *et al*, 2016; SANTOS; SZWAKO, 2016).

De modo geral, os protestos de junho de 2013 significaram um marco na retomada da população às ruas, demonstrando também uma grande polarização entre “petistas” e “antipetistas”, materializando o que já vinha ocorrendo, desde 2006, no campo eleitoral

(TAVARES *et al*, 2016; RIBEIRO; SILVA, 2016). Todavia, a “Operação Lava-Jato” atingiu fortemente as lideranças do PT e de suas coalizões, além das sucessivas mobilizações através da reemergência da direita na tomada do poder, as quais reforçaram uma guinada conservadora impulsionada pelo antipetismo e resultaram em grandes manifestações com pedidos de impeachment da presidenta (TAVARES *et al*, 2016; ALONSO, 2017; TATAGIBA, 2018).

Autores como Santos (2017), Avritzer (2019) e Miguel (2019) avaliaram os impactos desses acontecimentos para a legitimidade democrática, considerando a satisfação com o regime enquanto elemento vital para a sua manutenção. Assim, a redução do apoio ao regime entre os brasileiros e o estreitamento de práticas com valores democráticos evidenciam um período de “regressão democrática” vivenciado pelo Brasil pós-2013. Em meio às expressivas mobilizações pró-impeachment, perpretadas pela reemergência da direita na política brasileira, destaca-se o surgimento da figura, até então politicamente inexpressiva, de Jair Messias Bolsonaro (sem partido/RJ). Ao se colocar como opção em um contexto político polarizado e insatisfeito com *establishment*, ele transformou a crise das instituições políticas em potencial eleitoral através de discursos de ódio pautados pela intolerância e por um forte apelo aos militares (MIGUEL, 2019; COUTO, 2020).

No que tange às discussões traçadas nesta pesquisa, as próprias instituições políticas podem favorecer procedimentos antidemocráticos por meio de pleitos legítimos de líderes populistas com aspirações ditatoriais (FOA; MOUNK, 2017a; LEVITSKY; ZIBLATT, 2018). Nesse sentido, a condução não democrática da conjuntura política brasileira abriu espaços para o flerte considerável com desvios autoritários, servindo como terreno fértil para a vitória legítima de um candidato da extrema direita, com um projeto político inflexível e de cunho autoritário nas eleições presidenciais de 2018 (TATAGIBA, 2018; SOLANO, 2019). Por esse motivo, Bolsonaro constantemente tensiona as instituições democráticas e ultrapassa o antipetismo, revelando-se uma onda autoritária no Estado brasileiro, presente em espaços institucionais através das inúmeras propostas que ferem as bases constituintes dos direitos humanos previstos em dispositivos jurídicos da Constituição Federal de 1988 (TATAGIBA, 2018).

No capítulo anterior, pontuamos a cultura política como elementar às bases da legitimidade do regime democrático. Com isso, evidenciamos seus aspectos fundamentais e os estudos que se debruçaram para entender como e em que medida os cidadãos apoiam o regime e avaliam o desempenho institucional, de modo a contribuir, ou não, com os níveis de credibilidade do sistema político (ALMOND; VERBA, 1963; EASTON, 1975;

PUTNAM,1995; MOISÉS; MENEGUELLO, 2013). Moisés (2013), de modo geral, já apontara que a baixa confiança institucional ao longo dos anos poderia resultar em um cenário nacional de tensão para o regime democrático e suas instituições políticas.

3.3 A ESTUDOS SOBRE A ADESÃO À DEMOCRACIA ENTRE OS BRASILEIROS

Em síntese, na primeira metade do século XX, a formação do Estado brasileiro é composta principalmente pela Primeira República, Era Vargas e pela sucessiva experiência democrática. A segunda metade do século XX é marcada pela ruptura democrática e a retomada da democracia no final da década de 1980. Como mencionado, esses fatores são importantes para a compreensão da transição do regime democrático brasileiro, bem como da cultura política dos cidadãos naquele momento.

Feitas essas considerações, no final dos anos de 1980, as pesquisas de opinião pública dedicaram-se a compreender os impactos desses processos no comportamento político da população brasileira. A partir dessas pesquisas, para traçarmos um panorama mais satisfatório sobre a medida do apoio dos brasileiros em relação ao regime democrático e suas nuances ao longo do período, elaboramos uma linha do tempo que expõe a adesão à democracia no Brasil entre os anos de 1989 e 2016, a qual expomos a seguir (Figura 2):

Figura 2. Adesão à democracia no Brasil (1989 a 2016)



Fonte: Elaboração própria com base nos resultados das pesquisas de Moisés (1995-2005-2006-2008), Duarte e Souza (2015), Fuks *et al* (2016) e Couto (2020).

O arcabouço teórico explanado nos sugere, inicialmente, uma adesão democrática um tanto problemática. O fato é que a herança ditatorial presente na transição dos países

democráticos indica um aumento da desconfiança institucional e da insatisfação com o regime, apesar do lúcido aumento da valorização da democracia, expressando uma performance própria da cultura política das democracias em transição e uma adesão problemática, a qual é traduzida em elementos subjetivos e híbridos quanto ao apoio ao regime (MENEGUELLO, 2010; SOUZA, 2016; FUKS *et al*, 2016). Todavia, tão somente a herança ditatorial presente entre os brasileiros, seria incapaz de prover explicações com relação a adesão à democracia de forma problemática anos após a transição do regime, evidenciando o reflexo de outros elementos na relação indivíduo-instituição.

Sobre o caso brasileiro, especificamente no final da década de 1980 e começo dos anos 1990, o cenário refletia, por um lado, uma parcela de brasileiros desconfiados em relação às instituições políticas e, por outro, uma massiva orientação política em direção à preferência democrática (MOISÉS, 1995). Em se tratando de resultados de pesquisa, os *surveys* realizados entre 1989 e 1993 demonstraram que 50% da população preferia a democracia a qualquer outra forma de governo, enquanto 2/3 dos brasileiros não confiavam em Parlamentos, Partidos Políticos, Tribunais de Justiça, Serviços Públicos e demais instituições democráticas, e 15% dos brasileiros tinham preferência por alternativas autoritárias (MOISÉS, 1995). Com base no corpo analítico apresentado, podemos concluir que, em meados de 1993, os brasileiros estavam em fase de adaptação ao que seria um regime democrático. Por essa razão, vemos um quadro de apoio à democracia, mas com desconfiança e resquícios de comportamentos políticos do regime militar.

Por conseguinte, Duarte e Souza (2015), a partir de extensa análise dos dados disponíveis no Latinobarômetro entre os anos de 1995 e 2010, buscaram analisar as medidas de apoio dos brasileiros em relação ao regime democrático, com base em questões referentes à preferência, ou não, dos cidadãos em relação à democracia, confiança no regime e nas instituições políticas e a percepção dos indivíduos sobre as decisões do governo. Assim, constataram que, na década de 1990, especificamente os entre os anos 1995 e 2000, com base nas respostas “A democracia é melhor do que qualquer outra forma de governo”, em 1995, 41% dos cidadãos expressaram preferência ao regime democrático, enquanto em 1996, tal medida aumentou em 9%, para 50%, e apresentou declínio somente nos anos 2000, correspondendo à proporção de 37%. Quanto aos índices de satisfação com a democracia entre os anos 1995 e 2000, de modo geral, menos de 1/3 dos brasileiros demonstravam-se muito insatisfeitos com o regime (DUARTE; SOUZA, 2015).

Todavia, quanto ao início dos anos 2000, Moisés (2008) analisou a continuidade do

percurso de orientação dos cidadãos brasileiros relativo à democracia e às suas instituições, em um estudo comparado entre o Brasil e demais países latino-americanos, utilizando-se das amostras do *survey* Latinobarômetro, condizentes aos anos 2002 e 2004. Moisés (2008) ressaltou dois cenários em seus resultados: uma população que manifestava apoio ao regime democrático enquanto regime político e, ao mesmo tempo, cidadãos desconfiados em relação às instituições democráticas.

Assim, Moisés (2008) inseriu a tipologia brasileiros ambivalentes em sua construção analítica, ou seja, a existência simultânea de sentimentos opostos em relação ao regime democrático. Como pontuado pelo autor, essas atitudes seriam reflexos tanto da cultura política, quanto da percepção sobre o desempenho institucional. Os cidadãos, embora apoiassem a democracia, eram mais moderados em escolhê-la como a melhor forma de governo.

A construção dessa ideia, se deu através da percepção da singularidade do caso brasileiro, uma vez que as situações envolvendo incertezas quanto às mudanças econômicas e políticas podem gerar sentimentos incertos sobre as alternativas democráticas. Pautado nisso, Moisés (2008) preceitua que embora a transição do autoritarismo para um regime democrático tenha respaldo de considerável parcela da população, este é insuficiente para que, em um pequeno lapso temporal, os cidadãos abandonem, em partes ou na totalidade, as orientações autoritárias pregressas para suas escolhas políticas e, por essa razão, apresentam-se de formas contraditórias quando confrontados sobre a melhor forma de governo.

Os fatores estruturais e conjunturais presentes, tanto na transição democrática brasileira, quanto nos primeiros 20 anos do regime, poderiam originar atitudes de ambivalência política. A observância de tais fatores, apesar dos avanços em termos normativos, sobretudo, em relação aos direitos individuais e sociais, denota que a democratização foi resultado de extensas negociações entre os dirigentes do regime ditatorial e as lideranças democráticas, tendo seu primeiro presidente civil escolhido pelo Congresso Nacional sob à égide do Regime Militar. Além disso, a votação do ordenamento jurídico presente na Constituição Federal de 1988 sofreu fortes influências do presidente egresso do autoritarismo, por exemplo, os embates sobre o sistema de governo, o papel do Estado na economia, o período de duração dos mandatos presidenciais e as relações entre o Legislativo e o Executivo, bem como a limitação do Congresso Nacional na fiscalização e controle das ações do Poder Executivo e demais episódios correlatos (MOISÉS, 2008).

Feitas essas observações, Moisés (2008) realizou a construção de uma tipologia destinada a averiguar as orientações dos cidadãos a respeito da democracia, com base nos

seguintes indicadores: 1) “você concorda muito, concorda, discorda ou discorda muito que a democracia pode ter problemas, mas é o melhor o melhor sistema de governo”; e 2) “com qual das seguintes frases você concorda mais; a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo; em algumas circunstâncias um governo autoritário pode ser preferível; para pessoas como eu, dá no mesmo um regime democrático ou não democrático” (MOISÉS, 2008, p.23).

O perfil denominado “democratas” é composto por cidadãos que expressaram preferência à democracia até mesmo em situações-problema, como momentos de crise política, econômica e social. O perfil “autoritário” refere-se aos indivíduos afetos às alternativas autoritárias em circunstâncias específicas e que não consideravam a democracia como o melhor sistema de governo ou preferível em detrimento de outros. Por fim, os perfis considerados “ambivalentes” foram de cidadãos que, mesmo considerando o regime democrático como melhor forma de governo também se mostraram adeptos às alternativas autoritárias ou indiferentes à escolha do regime. Nessa conformidade, portanto, os dados de opinião pública demonstravam, naquele momento, a manutenção do estoque de legitimidade com base no apoio normativo (MOISÉS, 2005; 2008).

Acerca de tal período (entre 2002 e 2004), contemplando também os anos de 2006, Duarte e Souza (2015), por sua vez, denotam baixa preferência pela democracia entre os brasileiros, sendo 37% em 2002 e 41% em 2004, mas destaca um salto sobre a medida a partir de 2006, momento em que praticamente a metade da população (49%) apoiava o regime democrático. Esta tendência seguiu crescendo até 2010 e voltou a cair em 2012. Além disso, os índices de confiança sobre o regime, referentes ao período entre 2002 e 2006, denotam que a maioria dos cidadãos dizia satisfeita ou muito satisfeita com a democracia entre os anos de 2002 e 2004 (71%), havendo o declínio dessa medida entre 2006 e 2010, voltando a crescer entre 2011 e 2013. Conforme esses dados, portanto, a opinião pública demonstrava, no início dos anos 2000, a manutenção do estoque de legitimidade do regime democrático, com base no apoio normativo (MOISÉS, 2005; 2008; DUARTE; SOUZA, 2015).

Se, por um lado, as análises evidenciaram um “salto” nas medidas a partir de 2006, por outro lado, apresentaram nova queda em 2013. Esses resultados, por sua vez, apontam, em um primeiro momento, para um cenário otimista e promissor sobre evolução nas atitudes políticas dos brasileiros após a democratização, o que pode significar um reflexo direto do reconhecimento da legitimidade das políticas públicas ao longo dos mandatos de Lula (2002-2010), mas o declínio constatado em 2013 remete à ineficiência do desempenho institucional diante das demandas dos cidadãos, como à generalização de práticas de corrupção, fraude ou

desrespeito do Estado com relação aos interesses públicos (DUARTE; SOUZA, 2015; COUTO, 2020).

Por sua vez, Fuks *et al* (2016), com base no banco de dados do Barômetro das Américas de 2006, 2008, 2010 e 2012, organizados pelo *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP), buscaram responder se os democratas brasileiros são realmente democráticos. Inicialmente, os autores realizaram uma revisão teórica sobre a natureza problemática da adesão ao regime e, em um segundo momento, avançaram na construção analítica da pesquisa. Os autores chamam a atenção para a necessidade de ir além dos indicadores utilizados por Moisés (2008) na construção de suas tipologias “democratas”, “autoritários” e “ambivalentes”, para mensurar a legitimidade democrática. Além disso, destacam também a importância de captar as atitudes dos cidadãos em relação aos aspectos normativos do regime.

Além das questões metodológicas, Fuks *et al* (2016) endossaram uma visão multidimensional da adesão ao regime democrático e, para isso, tomaram como base pesquisas apresentadas por autores como Booth e Seligson (2006), Schedler e Sarsfiel (2007), Collier e Levitsky (1997) e Carlin e Singer (2011), os quais retomaram a definição de poliarquia de Dahl (1997) e analisaram a adesão à democracia dos cidadãos latino-americanos, mas não somente ao regime, mas também às suas diferentes dimensões, como a participação inclusiva, contestação pública, limites à autoridade executiva e a percepção dos indivíduos em relação às instituições políticas. Nesse sentido, partindo do pressuposto que tais dimensões possuem uma dinâmica própria em relação às variáveis econômicas, políticas e sociais, Fuks *et al* (2016), para suprir esta lacuna quanto ao caso brasileiro, analisaram os requisitos subjetivos para a manutenção do regime em seus diferentes princípios e dimensões.

Desse modo, para verificar os aspectos atitudinais do regime, retomaram as eleições livres e competitivas para a escolha de governantes como a primeira característica do regime, construindo a dimensão “adesão aos procedimentos de escolha”. Para mensurá-la, utilizaram variáveis que se referem indiretamente à possibilidade de um golpe militar em situações-problema, quais sejam: “Diante de desemprego muito alto, seria justificado que os militares tomassem o poder por um golpe de estado?”; “Quando há muito crime seria justificado que os militares tomassem o poder por um golpe de estado?” e “Diante de muita corrupção seria justificado que os militares tomassem o poder por um golpe de estado?” (FUKS *et al*, 2016, p. 206).

Na sequência, estruturaram a dimensão “adesão normativa ao voto”, para a compreenderem, em suma, o quanto o indivíduo atribui valor democrático ao voto popular. Para

mensurarem esse comportamento, utilizaram a pergunta “Existem pessoas que dizem que precisamos de um líder forte, que não seja eleito através do voto. Outros dizem que, ainda que as coisas não funcionem, a democracia eleitoral, ou seja, o voto popular é sempre o melhor. O que o(a) sr./sra. pensa?” (FUKS *et al*, 2016, p. 206).

Ademais, considerando que a adesão à democracia não se limita à esfera eleitoral, sendo tão relevante quanto o reconhecimento dos cidadãos sobre a legitimidade das diferentes formas de participação política, inseriram também a dimensão “adesão ao princípio de participação política”, com base nas variáveis

Quero que me diga o quanto o(a) sr./sra. aprovaria ou desaprovava as seguintes ações: a participação de pessoas em manifestações permitidas por lei. Até que ponto aprova ou desaprova? A participação de pessoas em uma organização ou grupo para resolver os problemas das comunidades. Até que ponto aprova ou desaprova? (FUKS *et al*, 2016, p. 207).

Por fim, a última dimensão introduzida refere-se à representação enquanto característica fundamental da democracia e ao apoio aos partidos políticos enquanto basilares para a manutenção do regime. Para medi-la, utilizaram a pergunta “Pode haver democracia sem que existam partidos políticos. Até que ponto concorda ou discorda desta frase?” (FUKS *et al*, 2016, p. 207).

A partir de tais definições, Fuks *et al* (2016) buscaram identificar o quão democráticos são os democratas brasileiros e, para isso, dedicaram-se à observação da adesão ao regime correlata às dimensões da legitimidade do regime democrático. Como resultado, constataram que a proporção de brasileiros que consideram a democracia como a melhor forma de governo é uma constante entre 2006 e 2012, o percentual de respondentes que concordam com essa afirmativa corresponde a 71,53% em 2006 e 65,97% em 2012. No entanto, uma parcela considerável de democratas não possui atitudes correlatas aos procedimentos de escolha e aos princípios da participação política, revelando fragilidades à manutenção do regime em momentos de crise econômica, política e social. Além disso, embora os democratas sejam adeptos do direito ao voto, há também a desvalorização dos partidos políticos enquanto basilares para a mediação das demandas coletivas frente ao Estado.

Os achados de Fuks *et al* (2016) indicam que a adesão à democracia, quando desmembrada em diferentes dimensões, elucida cenários distintos sobre as atitudes dos brasileiros. Nesse sentido, no que tange ao caso brasileiro, embora haja uma preferência pelo regime, uma parcela significativa da população é composta por democratas não democráticos em termos de atitudes e valores democráticos.

Por último, Fuks *et al* (2016) destacaram que os baixos níveis de legitimidade encontrados não são uma exclusividade do regime democrático brasileiro, tampouco das novas democracias. Em comparação - específica sobre o ano de 2012 - entre o Brasil e os Estados Unidos, embora o grau de adesão dos cidadãos estadunidenses seja ligeiramente maior em praticamente todas as dimensões democráticas, há também uma disparidade referente à média de rejeição a uma democracia sem partidos políticos. Em uma escala de 0 a 100, a média de discordância alcançada pelos estadunidenses correspondeu a 42,9, enquanto a dos brasileiros alcançou 57,5, demonstrando que os estadunidenses são mais adeptos a uma democracia sem partidos do que os brasileiros.

Ao avançarmos para o cenário da adesão democrática entre os anos de 2014 e 2016, Couto (2020), a partir da extensa análise do *survey* Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) de 2010, 2014 e 2018, realiza um balanço sobre os valores que compõem a adesão ao regime pelos brasileiros entre 2010 e 2018. Para a realização da pesquisa, a autora construiu um modelo de análise pautado em princípios e procedimentos democráticos a partir das diferentes dimensões do apoio ao regime. Assim, considerando esses aspectos, ela definiu três dimensões democráticas a serem utilizadas: eleitoral; participativa; e substantiva.

A primeira, refere-se à valorização do sistema representativo e das instituições representativas, como as eleições livres, competitivas e periódicas, para o cidadão, bem como o reconhecimento da importância do voto, sufrágio universal e eleições para os cargos dos poderes Executivos e Legislativos, com base nas variáveis “As manifestações de rua por melhoria dos serviços públicos são válidas, mesmo que utilizem alguma violência” e “Quando uma manifestação ou passeata passa dos limites, o governo deve ter o direito de acabar com ela, inclusive usando a polícia” (COUTO, 2020, p. 44).

A segunda dimensão, por sua vez, fundamenta-se nas variáveis “Em um país como o Brasil, é obrigação do governo diminuir as diferenças entre os muito ricos e os muito pobres” e “A democracia só será verdadeira quando acabar com a miséria” (COUTO, 2020, p. 44). Essa dimensão versa sobre os mecanismos de participação política e remete à importância das formas de participação para além do voto, como a participação em organizações políticas, da sociedade civil, manifestações, greves e outros correlatos.

Por fim, a terceira dimensão diz respeito aos aspectos intrínsecos do tecido social e mais substantivos do regime, por exemplo, a garantia e efetividade de direitos, igualdades e liberdades e o reconhecimento dos direitos civis, políticos e sociais. A intenção desta medida, com base na variável “As cotas reservadas para negros e índios prejudicam quem tem mais

competência” (COUTO, 2020, p. 44), é verificar a valorização da existência de direitos, liberdades e igualdades inerentes ao regime por parte do cidadão.

Couto (2020) realizou uma série de testes estatísticos e buscou verificar como os brasileiros aderem a cada uma dessas dimensões, entre os anos de 2010 e 2018. Com essa investigação, a autora buscou identificar se a desvalorização do apoio ao regime é ampla ou localizada em determinadas dimensões.

Nesta seção, consideramos os resultados referentes ao cenário político do ano de 2014, os quais refletem, em síntese, uma adesão multidimensional ao regime, composta por fatores relativos à valorização do voto, adesão às manifestações radicalizadas e, por um lado, a redução da desigualdade de renda, mas, por outro lado, uma visão meritocrática em relação às políticas públicas de cotas e baixa eficácia do voto como um instrumento para alternância de poder e canalização de preferências da população.

O cenário encontrado em 2014 demonstra a inexistência de um grupo coeso de democratas que aderem às dimensões propostas por Couto (2020). Desse modo, os ambivalentes somam 74,5% dos resultados. Isso significa que esses cidadãos demonstram-se favoráveis ao regime e, simultaneamente, assumem posturas negativas em relação às instituições políticas. Além disso, há um acentuado crescimento deste perfil quando esses dados são comparados aos dados de 2010, em que esses resultados não alcançaram 30%.

Esse cenário também apresenta um crescimento do número de brasileiros autoritários, o qual, em paralelo a 2010, aponta para uma grave disparidade em sua proporção, evidenciando um enfraquecimento do compromisso com valores e princípios democráticos. Por fim, seguindo para a descrição do último período apresentado em nossa linha do tempo (Figura 2), tomamos as contribuições de Hoffman e Santos (2016) como imprescindíveis para a compreensão do lapso temporal em questão. Nesse sentido, a partir da análise local de séries temporais (1995, 2000, 2005, 2011, 2015 e 2016) do consórcio Latinobarômetro e, com base no aporte teórico desenvolvido por Easton (1975), os autores investigaram, por um lado, a adesão à democracia pelos brasileiros e, por outro lado, a insatisfação e a desconfiança institucional.

Embora os resultados apontem, de forma geral, evidências para o crescimento da preferência pelo regime democrático entre os brasileiros, entre os anos de 1995 e 2005, corroborando com as análises empíricas anteriormente apresentadas nesta seção, os índices referentes ao período entre 2005 e 2015 indicam um acentuado declínio desta medida. Todavia, é importante ressaltarmos a gravidade deste quadro em 2016, uma vez que o índice sobre a preferência ao regime apresentou os piores resultados da história democrática brasileira:

somente 32% dos brasileiros consideram o regime democrático como a melhor forma de governo frente às alternativas autoritárias. Ademais, 87% expressaram insatisfação com o regime e 42% dos cidadãos foram considerados ambivalentes na medida em que são indiferentes a respeito de um regime democrático ou de natureza autoritária (HOFFMAN; SANTOS, 2016).

Tão relevantes quanto os resultados acima expostos são as evidências encontradas por Hoffman e Santos (2016) no que concerne à confiança nas instituições democráticas. Os resultados expressam um cenário pessimista. Os índices de confiança nos Partidos Políticos e no Congresso Nacional correspondem, respectivamente, a 6% e 13%. Com relação à confiança no Governo Federal, Estado e Justiça, com exceção deste último, os índices demonstraram resultados decrescentes em comparação com os anos anteriores.

De modo geral, entre 2006 e 2010, é possível verificar certa coerência e expressiva ascendência de valores democráticos entre os brasileiros (DUARTE; SOUZA, 2015; FUKS *et al*, 2016; HOFFMAN; SANTOS, 2016; COUTO, 2020). Todavia, nos cenários encontrados entre 2014 e 2016, embora haja adesão dos brasileiros ao regime democrático, identificamos uma necessidade da promoção de uma governância com alta qualidade, bem como o fortalecimento das instituições políticas. Esses resultados sobre o período levam em consideração o contexto pregresso, como os protestos de 2013, os quais pressionavam o sistema político e, concomitantemente, as demandas ambíguas em relação ao regime. Tais períodos apontam, em suma, para o crescimento de uma adesão democrática ambígua entre os brasileiros, a qual é composta por valores democráticos e não democráticos.

Os dados apresentados nesta seção ressaltam a desconfiança política e a persistência de atitudes autoritárias entre a população brasileira. Como expusemos no corpo da pesquisa, a confiança ou a desconfiança nas instituições é determinante para a adesão e a legitimidade da democracia (ALMOND; VERBA, 1963; EASTON, 1975; PUTNAM, 1995), de modo que cabe também considerar as dimensões do apoio da população ao regime

4 DO CONTEÚDO AO APOIO DOS CIDADÃOS, A DEMOCRACIA NO BRASIL

Nos capítulos anteriores, salientamos que o processo de questionamento sobre a consolidação das democracias está associado à elevada desconfiança dos cidadãos em relação ao regime democrático e à baixa percepção sobre os riscos que movimentos autoritários, políticos populistas e políticas restritivas de direitos representam para a manutenção do regime (FOA; MOUNK, 2017a; LEVITSKY; ZIBLATT, 2018). Além disso, aprofundamos o nosso olhar sobre a dimensão cultural enquanto aspecto essencial para o exame da legitimidade dos regimes democráticos, uma vez que os processos de socialização política e cultural se refletem na percepção dos indivíduos sobre o regime político e suas instituições (MOISÉS, 2005).

Em suma, evidenciamos que os avanços empíricos referentes à legitimidade do sistema político denotam que os apoios difuso e específico à democracia é fundamental para a manutenção do regime, bem como a percepção dos cidadãos sobre o desempenho institucional em consonância com os valores referentes à participação, reciprocidade e universalismo e o quanto um sistema político manifesta e mantém a aquiescência, preferência e confiança dos seus cidadãos, sendo um fenômeno subjetivo decorrente das suas experiências pessoais com as instituições políticas (EASTON, 1975; MOISÉS, 2005; RIBEIRO, 2007; HOFFMAN; SANTOS, 2016).

Por conseguinte, nos debruçamos sobre o cenário da adesão à democracia e a legitimidade democrática no Brasil, estabelecendo diálogo entre os elementos teóricos e gerais e as análises empíricas específicas sobre o caso brasileiro e expusemos os principais resultados das pesquisas que trataram da adesão à democracia entre os brasileiros nas últimas três décadas. No que diz respeito aos resultados encontrados, vale ressaltar a herança ditatorial presente no Brasil, pois, apesar do aumento da valorização da democracia entre os brasileiros, há também a persistência de atitudes autoritárias e uma desconfiança política entre a população brasileira ao longo dos anos, as quais apontam, em suma, uma adesão democrática ambígua entre os cidadãos brasileiros (MOISÉS, 1995; MENEGUELLO, 2010; DUARTE; SOUZA, 2015; SOUZA, 2016; FUKS *et al*, 2016; HOFFMAN; SANTOS, 2016; COUTO, 2020).

Ainda, conferimos atenção ao recente cenário nacional profundamente marcado pelos protestos ocorridos a partir do ano de 2013 e outros eventos correlatos, como o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, decisões polêmicas do Poder Judiciário, clamores de parcela da população pela tomada do governo pelos militares e a eleição do atual presidente Jair Bolsonaro (sem partido/RJ).

Neste capítulo, nos debruçamos empiricamente sobre o objetivo central de nossa dissertação, que é investigar o que os brasileiros entendem por democracia, em que medida apoiam o regime democrático e quais os perfis dos brasileiros convictos acerca de sua adesão ao referido regime. Utilizamos dados da onda de 2018 do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB).

Para tanto, nos valem da metodologia de pesquisa quantitativa, a partir da qual exploramos os resultados em quatro seções. Primeiramente, analisamos a questão “O que é democracia?” a fim de compreender os significados do referido regime para os brasileiros a partir da sistematização das respostas em uma tipologia relacionada ao referencial teórico abarcado nesta dissertação. Na sequência identificamos características sociodemográficas que são preditoras dos tipos de significados definidos. A terceira seção apresenta uma análise descritiva das dimensões do apoio à democracia no Brasil a partir de algumas variáveis, as quais são tomadas como dependentes nos modelos de regressão que apresentamos na quarta seção para identificar os determinantes da adesão à democracia no Brasil.

4.1 OS SIGNIFICADOS DA DEMOCRACIA

Como vimos, o movimento de questionamento sobre a consolidação democrática ou a respeito dos processos de crise nas democracias se manifesta como um fenômeno sociopolítico em curso, mobilizando a literatura política no que tange aos seus fatores determinantes. Isto posto, no capítulo anterior, nos dedicamos aos principais aspectos referentes à legitimidade democrática e à adesão à democracia, elencando suas dimensões procedimentais e valorativas, a partir de diferentes processos, normas e princípios implícitos e explícitos ao regime democrático e à exposição do contexto nacional a partir do qual propomos a construção analítica.

O Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) é um *survey* nacional pós-eleitoral de natureza acadêmica realizado desde 2002 pelo Centro de Estudos de Opinião Pública (ESEB/CESOP), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), sob a coordenação Prof^a. Dr^a. Rachel Meneguello, sendo um projeto vinculado ao *Comparative Study of Electoral Systems Project* (CSES), coordenado pela Universidade de Michigan, nos Estados Unidos, que conta com a participação de várias instituições de diversos países¹⁰. Conforme exposto no próprio site do CESOP (<https://www.cesop.unicamp.br/por/eseb>), o projeto CSES parte da premissa de que os

10 Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP). Sobre o CESOP. Página Inicial. Disponível em: <https://www.cesop.unicamp.br/por/o_cesop>. Acesso em: 02 de setembro de 2021.

contextos sóciopolíticos, em específico, os arranjos institucionais responsáveis pelas dinâmicas eleitorais, afetam a escolha democrática. Assim procuram identificar como as variáveis contextuais, em especial as instituições, moldam as crenças e os comportamentos políticos dos cidadãos e, através das eleições, indicam a capacidade e a qualidade do regime democrático. Além disso, buscam compreender como os cidadãos avaliam as instituições democráticas e os processos políticos.

Ademais, além de aplicar os questionários do projeto CSES, o ESEB também engloba questões elaboradas pelo CESOP em cooperação com diversos pesquisadores e universidades brasileiras e de outros países, com o objetivo de estabelecer, em âmbito acadêmico, uma tradição de estudos que analise longitudinalmente o comportamento político dos brasileiros e contribua com as demais medidas de *surveys*, para os estudos da democracia representativa e comportamento político¹¹, dando continuidade aos estudos de cultura política na área de comportamento eleitoral e político no Brasil, os quais tiveram seu início na década de 1970, em centros de pesquisa como o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC)¹².

Os dados que integram a quinta onda do *survey* nacional pós-eleitoral (ESEB/2018)¹³ foram coletados entre os dias 10 e 24 de novembro de 2018. As entrevistas contemplaram todas as regiões do país, sendo realizadas em 172 municípios dos 27 estados brasileiros, com eleitores acima dos 16 anos completos, correspondendo à aplicação de 2.506 questionários no total (ESEB, 2018). A seleção das amostras se deu através do método de probabilidade proporcional ao tamanho (PPT), seleção de setores censitários e de respondentes de acordo com cotas de sexo, idade, grau de escolaridade, ramo de atividade e número de banheiros no domicílio, em relação proporcional aos dados observados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) e Tribunal Superior Eleitoral (TSE) (ESEB, 2018).

Ao considerarmos o embasamento em vertentes teóricas culturalistas, as quais ressaltam os efeitos da história de vida do agente e de que modo esses fatores influenciam em seu posicionamento subjetivo sobre os elementos que compõem a política (ALMOND; VERBA,

11 Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP). Sobre o CESOP. Página Inicial. Disponível em: < https://www.cesop.unicamp.br/por/o_cesop >. Acesso em: 02 de setembro de 2021.

12 Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP). Sobre o CESOP. Página Inicial. Disponível em: < https://www.cesop.unicamp.br/por/o_cesop >. Acesso em: 02 de setembro de 2021.

13 Estudo Eleitoral Brasileiro. (ESEB-2018). Apresentação. Disponível em: https://www.cesop.unicamp.br/vw/11Mr7SKwwNQ_MDA_f0ae2_/met_04622.pdf>. Acesso em: 02 de setembro de 2021.

2016), bem como as observações realizadas por Moisés (2010) em relação às perguntas discursivas em pesquisas de opinião pública e em como tais questões possibilitam aos eleitores a exposição de conceitos e categorias com suas próprias palavras, fundamentados em suas experiências e conhecimentos, construímos a nossa variável central em torno da questão discursiva “P07. Para o(a) sr(a), o que é democracia?”, constante no questionário do ESEB do ano de 2018, a qual possibilita que os eleitores respondam livremente à questão, dentro do limite de uma linha.

Por se tratar de uma questão discursiva, o ESEB 2018 realizou a categorização das respostas em 17 (dezessete) categorias relativas aos conteúdos das respostas dos eleitores, incluídas as opções “não sabe” e “não respondeu”, conforme apresentados na tabela a seguir (Tabela 1).

Tabela 1 – Definição de Democracia para os brasileiros – 2018		
Categorias	Frequência	Porcentagem (%)
Direito de ir e vir	56	2,2
Liberdade de pensamento e expressão / opinião / debate	180	7,2
Escolha de políticos / direito ao voto / escolha com confiança	85	3,4
Igualdade de direitos / igualdade em geral	91	3,6
Cumprimento das leis / respeito às leis / direitos e deveres	47	1,9
governo do povo / forma de governo / poder e vontade da maioria	105	4,2
Liberdade e direito de escolha	68	2,7
Direitos em geral / menção a mais de um direito / direitos	217	8,7
Menção ao país com igualdade / ideia de nação / bem comum	24	1,0
Ser livre / liberdade / liberdades em geral	53	2,1
Resposta inconsistente / errada / vaga	147	5,9
Respostas críticas / negativas	62	2,5
Respeito / garantia e respeito aos direitos	115	4,6
Bom governo (sentido amplo)	38	1,5
Influência / participação na política / luta por direito	51	2,0
Não sabe	1063	42,4
Não respondeu	104	4,2
Total	2506	100,0

De acordo com o embasamento teórico que apresentamos, a democracia é um fenômeno multidimensional. As transformações que a democracia sofreu ao longo do tempo, como aduz Hoffmann e Santos (2016), ressaltando o avanço de termos minimalistas, como voto e

competição (SCHUMPETER, 1953), para procedimentalistas, como competição, participação, direito ao sufrágio, eleições livres, competitivas e regulares, fontes alternativas de informação política e liberdade de expressão (DAHL, 2012). Além disso, Fuks *et al* (2016) destacam a relevância central das garantias de manutenção das liberdades individuais e de direito de organização e associação da sociedade civil e dos partidos políticos, de modo que é por meio destas organizações que a pluralidade de concepções dos interesses em disputa é expressa nas arenas decisórias do Estado.

Com isso, de forma resumida, a democracia que pode ser vista tanto pelo prisma de seus valores e princípios, quanto de seus procedimentos institucionais. Por isso, em conjunto com a dificuldade de análise que muitas categorias proporcionam, organizamos as respostas em quatro categorias amplas: [1] Democracia Normativa; [2] Democracia Procedimental; [3] Respostas Críticas ou Negativas; e, por fim [4] Ausência de Resposta.

O quadro abaixo (Quadro 1) apresenta cada uma das novas categorias:

Quadro 1 – Dimensões da definição de democracia – Brasil, 2018	
Democracia Normativa	Direito de ir e vir; Direitos em geral / menção a mais de um direito / direitos; Respeito / garantia e respeito aos direitos; Liberdade de pensamento e expressão / opinião e debate; Ser livre / liberdade / liberdades em geral; Igualdade de direitos / igualdade em geral; Liberdade e direito de escolha.
Democracia Procedimental	Cumprimento das leis / respeito às leis / direitos e deveres; Governo do povo / forma de governo / poder e vontade da maioria; Menção ao país com igualdade / ideia de nação / bem comum; Bom governo (sentido amplo); Escolha de políticos / direito ao voto / escolha com confiança; Influência / participação na política / luta por direito.
Ausência de respostas	Não sabe; não respondeu e respostas inconsistentes, erradas ou vagas.
Respostas Críticas ou Negativas	Respostas críticas ou negativas

Diante de nossa pretensão de analisar a adesão à democracia pelos brasileiros para construir as tipologias apresentadas, no que diz respeito às primeiras categorias “Democracia Normativa” e “Democracia Procedimental”, nos valem das contribuições de Easton (1975) sobre o apoio político. Além disso, Moisés (2008), ao analisar as orientações dos brasileiros em relação às instituições democráticas e à própria democracia, em comparação com outros países latino-americanos, baliza sua análise sobre a adesão dos cidadãos ao regime buscando compreender em que medida a persistência de atitudes autoritárias e as experiências com o

regime democrático influem sobre as atitudes políticas dos brasileiros. Em relação a este, testa a influência de dois tipos de variáveis explicativas sobre a adesão à democracia: de um lado, uma perspectiva assentada em princípios, cultura e valores políticos; de outro lado, as avaliações dos procedimentos e o desenho do desempenho das instituições públicas.

Moisés (2008) retoma as contribuições de Easton (1975) ao tratar da legitimidade do regime democrático brasileiro sobre o fenômeno complexo e multidimensional do apoio político, o qual desdobra-se em dimensões normativas e práticas, associando as experiências políticas dos cidadãos ao juízo de valor decorrente desta experiência. Nesse sentido, o autor considera a junção das orientações valorativas e pragmáticas enquanto elementos que definem as atitudes e percepções intersubjetivas dos cidadãos quanto ao regime político e, por sua vez, reforçam a tendência da cultura política brasileira de desvalorização, por exemplo, das instituições democráticas representativas (MOISÉS, 2008). Além disso, ao analisar os significados atribuídos pelos brasileiros à democracia entre 1989 e 2006, Moisés (2010) codificou as respostas relativas à questão aberta em três perspectivas: princípios/liberdades; procedimentos/instituições; e dimensão social.

Em relação aos princípios e liberdades, foram contempladas respostas com menções a liberdades políticas, de organização e de expressão, participação, direito de ir e vir e outros correlatos. Já para a segunda perspectiva, os significados incluem referências a um governo do povo, direito de voto, eleições livres, direito de escolha dos cidadãos sobre os governos, governo da maioria, representação política, acesso à justiça e fiscalização/controle de governos. Por último, a dimensão social incluiu as respostas que mencionam o acesso a serviços de saúde e educacionais, empregos e salários justos.

Assim, a primeira categoria refere-se ao apoio difuso ou normativo, ou seja, à percepção abstrata dos indivíduos sobre a importância do regime e de sua persistência, representando um apoio aos valores democráticos independentemente de falhas ou problemas do regime (EASTON, 1975; MOISÉS, 2008; 2010). Por essa razão, foram selecionadas as seguintes respostas iniciais: direito de ir e vir; direitos em geral; menção a mais de um direito; direitos; respeito; garantia e respeito aos direitos; liberdade de pensamento e expressão, opinião e debate; ser livre; liberdades em geral; igualdade de direitos; igualdade em geral; liberdade; direito de escolha e outros correlatos.

Na mesma lógica, a segunda categoria, Democracia Procedimental, remete ao apoio específico, reporta-se aos aspectos procedimentais da democracia e ao desempenho das instituições e de seus mandatários (EASTON, 1975; MOISÉS, 2008; 2010) e foi construída

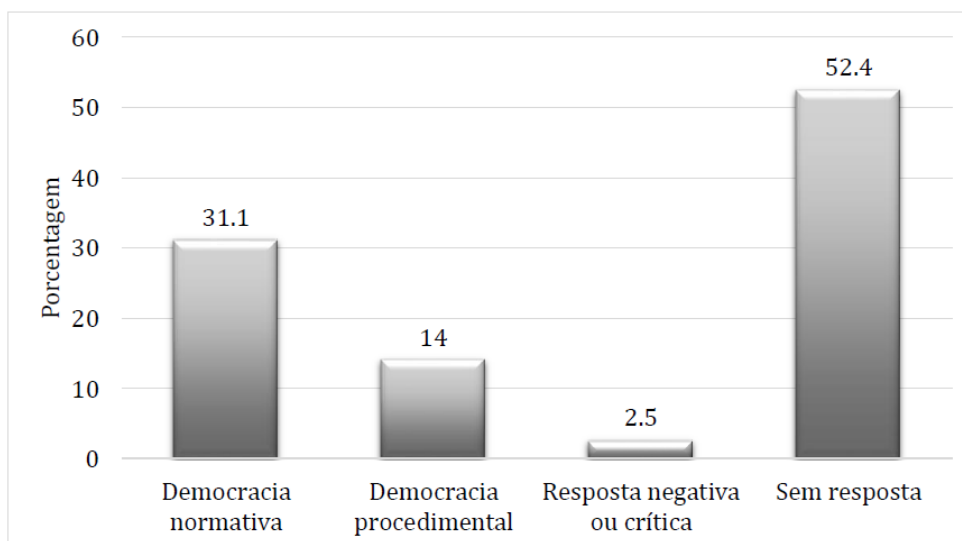
com as variáveis que mencionam tais aspectos: cumprimento das leis; respeito às leis; direitos e deveres; governo do povo; forma de governo; poder e vontade da maioria; menção a um país com igualdade; ideia de nação; bem comum; bom governo (sentido amplo); escolha de políticos; direito ao voto; escolha com confiança; influência e participação da política e luta por direito.

Na terceira categoria, foram consideradas as respostas críticas ou negativas da mesma forma estabelecida pelo ESEB 2018. Vale ressaltar a importância da separação dessas respostas, uma vez que a teoria da cultura cívica aponta para o crescimento de cidadãos críticos, que pode ser interpretado como um indicativo positivo para a sofisticação política ou como a presença de um maior “cinismo” relativo aos valores democráticos e à própria democracia enquanto sistema político (INGLEHART, 2016). Sendo assim, é relevante a observação desse tipo de categoria em conjunto com outros elementos de perfil individual.

Em relação à quarta e última categoria de resposta, sua construção foi fundamentada nas variáveis “não sabe”, “não respondeu” e “respostas inconsistentes, erradas ou vagas”. Em relação à última variável, justificamos a sua presença considerando que, apesar de os eleitores terem oferecido alguma respostas ao questionário, não ofereceram uma resposta pertinente à pergunta apresentada, conforme avaliação do ESEB.

Feitas tais considerações sobre o banco de dados utilizado e a construção analítica da variável central para captar os significados da democracia para os brasileiros, avançamos para análise descritiva da variável central para o presente estudo (Figura 3), que demonstra que um expressivo número de brasileiros deixou de responder ou não soube expor o que é democracia, uma vez que 52,4% dos respondentes foram situados na categoria “sem resposta”. Por conseguinte, a 2,5% dos indivíduos manifestaram respostas negativas ou críticas. Em seguida, verificamos que 14% dos eleitores ofereceram respostas contendo aspectos procedimentais do regime democrático, enquanto as respostas relativas à democracia normativa correspondem a 31,1%.

Figura 3 – Significado da democracia - Brasil



Fonte: ESEB (2018).

O número de pessoas que não soube ou não atribuiu um significado para democracia merece de atenção. O percentual encontrado na Figura 3 contrapõe-se aos resultados analisados por Moisés (2010) ao longo dos anos de 1989, 1993, 1997 e 2006, os quais evidenciaram o crescimento na capacidade de os brasileiros formularem respostas e atribuírem conceitos ao regime durante o período, com exceção do ano de 1997. O contingente de respondentes que atribuiu significado ao regime corresponde a 54%, em 1989, 65%, em 1993, 47%, em 1997, e quase 71% em 2006. Nesse sentido, os dados da Figura 3 demonstram, em alguma medida, um impacto negativo na cultura política dos brasileiros, que vinha apresentando um modesto cenário otimista até meados da primeira década deste século.

Acreditamos que seja válido ressaltar que os resultados encontrados podem decorrer de aspectos destacados por Moisés (2010) em pesquisas anteriores, de modo que os dados continuam a evidenciar duas questões importantes sobre a democracia no Brasil: i) demonstra a dificuldade que uma parcela das pessoas comuns enfrenta ao ser questionada sobre um conceito complexo, como é o caso da democracia; ii) indica que algumas pessoas, seja por formação educacional, ou por experiência, hesitam em responder, mencionam aspectos parciais, respondem equivocadamente ou simplesmente não sabem como responder (MOISÉS, 2010).

A partir da categorização exposta para captar os significados da democracia para os brasileiros, delimitamos as variáveis sociodemográficas como controles com a expectativa de identificar os perfis daqueles que se posicionam em relação à democracia em termos de procedimentos e valores, ou os que deixam de fazê-lo. Nesse intuito, avançamos para a segunda

seção deste capítulo.

4.2 PREDITORES SOCIODEMOGRÁFICOS DOS SIGNIFICADOS DA DEMOCRACIA

Expostos os caminhos para a construção da variável central e a descrição dos seus resultados, buscamos compreender quem são os indivíduos que compõem as categorias em análise. Para tanto, foram utilizados modelos de regressão logística, tomando como variáveis independentes alguns atributos sociodemográficos, como sexo, faixa etária, escolaridade e maioria étnica.

A variável sexo foi codificada para a identificação da ausência ou presença do atributo masculino, pois, conforme ressaltado por Borba *et al* (2015), os estudos mais recentes vêm demonstrando indicativos de desigualdade política entre homens e mulheres nas democracias contemporâneas, com sobreposição da representação masculina nos meios políticos (RIBEIRO, 2011; *apud* BORBA *et al*, 2015). Por conseguinte, a variável “faixa etária” foi inserida para identificar os possíveis efeitos geracionais e de ciclos de vida nos significados da democracia para os brasileiros (BORBA *et al*, 2015; FOA; MOUNK, 2017b). Nesse sentido, um dos fatores explicativos para os diagnósticos de crises na legitimidade das democracias seriam as faixas etárias dos cidadãos, haja vista que os mais jovens, que não vivenciaram experiências antidemocráticas ou autoritárias, seriam a maioria dos cidadãos críticos, enquanto os mais velhos manifestariam maior apoio ao regime. Contudo, o afastamento das pessoas mais jovens das instituições políticas pode ser considerado prejudicial à educação política dos cidadãos, de modo que esse afastamento poderia contribuir para que os indivíduos se tornem alheios ou alienados em relação ao funcionamento do regime (RENNÓ, 1998). Nesse sentido, podemos constatar que o comportamento político das diferentes gerações não é linear, uma vez que a socialização em períodos autoritários/democráticos e as diferentes experiências com o regime, são relevantes para a adesão normativa da democracia (MOISÉS, 2005).

Em relação às variáveis escolaridade e maioria étnica, essas foram consideradas enquanto *proxys* de recursos materiais e cognitivos (BORBA *et al*, 2015). Nesse sentido, vale ressaltarmos a considerável associação entre renda e etnia/raça (BORBA *et al*, 2015), como a relevância da educação para a adesão normativa ao regime ao longo do tempo, a qual foi demonstrada no recente estudo de Borba e Ribeiro (2021). Ademais, como destacado por Faeti (2019) “[...] trata-se de um grupo restrito da população, com elevados recursos sociais, políticos e econômicos, dentre estes, a escolaridade” (FAETI, 2019. p. 64).

Assim, a próxima tabela está organizada da seguinte maneira: em linhas, contempla os dados descritivos das variáveis sociodemográficas selecionadas; enquanto nas colunas menciona a sua distribuição.

Tabela 2 – Perfil sociodemográfico – Brasil, 2018			
		Frequencia	Porcentagem (%)
Sexo [masculino]	Masculino	1190	47,5 %
Faixas etárias	16-29 anos	689	27,5 %
	30-59 anos	1418	56,6 %
	60 anos ou mais	399	15,9 %
Escolaridade	Baixa	1115	45,8 %
	Média	1044	42,9 %
	Alta	274	11,3 %
Maioria étnica [branca]	Branco	1672	68,4 %

Fonte: ESEB, 2018.

*Categoria de referência foi sexo masculino. Feminino = 52,5%.

**Categoria de referência foi a maioria étnica branca. Não branco = 31,6%.

Quanto à variável sexo, a Tabela 2 indica que o percentual de respondentes do sexo masculino corresponde a 47,5%, demonstrando ligeira diferença entre homens e mulheres sobre o entendimento do regime. Em relação às faixas etárias, o perfil dominante é composto por pessoas acima dos 30 anos, 72,5%. Ao passo que os demais perfis, 27,5%, correspondem às pessoas mais jovens, entre 16 e 29 anos. Quanto à variável escolaridade, a Tabela 2 demonstra que eleitores com melhores condições educacionais (88,7%) atribuíram mais significados à democracia em relação às pessoas menos escolarizadas.

Na continuidade do percurso analítico, após a apresentação da construção da variável central, buscamos compreender o perfil sociodemográfico dos cidadãos que compõem as categorias de respostas elencadas por meio de modelos de regressão logística. Diante da tabela supra, o modelo de análise adotado supõe que o perfil sociodemográfico das categorias de respostas definidas é formado, em sua maioria, por pessoas brancas (68,4%), do sexo feminino (52,5%), acima de 30 anos (72,5%) e com boas condições de escolaridade (88,7%). Esse diagnóstico demonstra uma distribuição assimétrica entre as variáveis, com exceção da variável sexo, o que poderia significar, em alguma medida, uma educação política desigual entre os

brasileiros.

Nesse sentido, para testar os preditores sociodemográficos presentes em cada categoria de respostas, realizamos uma análise multivariada, mobilizando os atributos sociodemográficos - sexo; faixa etária; escolaridade; e etnia/raça - como variáveis independentes dicotômicas, bem como as categorias de respostas - Ausência de Respostas; Resposta crítica ou negativa; Democracia Procedimental; e Democracia Normativa - como variáveis dependentes categóricas.

A tabela a seguir apresenta os coeficientes da regressão logística, para verificar os efeitos das variáveis sociodemográficas em cada uma das categorias de respostas elencadas, relacionando as variáveis independentes (sexo; faixa etária; escolaridade; e etnia/raça), com as variáveis dependentes categóricas (Ausência de Respostas; Resposta crítica ou negativa; Democracia Procedimental; e Democracia Normativa). A referida tabela encontra-se organizada da seguinte maneira: em linhas, expõe os preditores sociodemográficos (variáveis independentes) e a constante; em colunas, demonstra os perfis (variáveis dependentes categóricas).

Perfis/ preditores	Ausência de respostas		Resposta crítica ou negativa		Democracia Procedimental		Democracia Normativa	
	B	Exp(B) S.E	B	Exp(B) S.E	B	Exp(B) S.E	B	Exp(B) S.E
Sexo [masculino]	-,691	,501* (,090)	,307	1,359 (,261)	,432	1,541* (,120)	,438	1,550* (,091)
Faixa Etária	-,349	,705* (,071)	,423	1,526* (,208)	,192	1,212* (,096)	,159	1,172* (,072)
Escolaridade	-1,224	,294* (,075)	,400	1,492* (,184)	,763	2,145* (,086)	,716	2,046* (,068)
Etnia/raça [maioria branca]	-,069	,933 (,096)	,095	1,100 (,273)	,208	1,231 (,124)	-,072	,930 (,098)
Constante	3,042	20,951* (,216)	5,335	,005* (,606)	-3,778	,023* (,276)	-2,452	,086* (,208)
% de acertos	14%		4%		4%		5%	

Fonte: elaboração da autora, com base no ESEB 2018.

*Sig. < 0,05.

Em se tratando dos preditores sociodemográficos, verificamos que os atributos sociais e demográficos testados são bastante expressivos sobre os perfis que compõem as quatro categorias de respostas. Nos importa ainda ressaltar que há ainda uma exceção no que diz respeito à variável “etnia/raça”, a qual não apresentou significância estatística em nenhuma das categorias analisadas, permitindo inferir baixa relevância entre brancos e não brancos em

relação à presença ou ausência respostas atribuídas ao regime.

Quanto à variável “sexo”, verificamos a sua significância em três categorias, mas impacto positivo na razão de chances em apenas duas categorias, havendo relevante diferença entre o comportamento de homens e mulheres com relação aos significados atribuídos ao regime. Nesse sentido, os homens tendem a integrar mais as categorias “democracia procedimental” e “democracia normativa” em relação às mulheres, enquanto as mulheres aproximam-se da categoria “ausência de respostas” em relação aos homens.

Quanto à variável “faixa etária”, a Tabela 3 expõe resultados significativos em todas as categorias elencadas, havendo impactos positivos na razão de chances em três delas. Assim, pessoas mais velhas atribuem mais significados críticos ou negativos à democracia e apresentam mais respostas com menção aos aspectos procedimentais ou normativos do regime democrático, enquanto a categoria “ausência de respostas” tende a ser composta, majoritariamente, por pessoas mais jovens.

Com relação à variável “escolaridade”, os resultados são semelhantes aos da categoria faixa etária. Todavia, no que tange às categorias “democracia procedimental” e “democracia valorativa”, o impacto positivo na razão de chance é duas vezes maior. De modo que as probabilidades de compreensão sobre a democracia entre os eleitores com melhores condições de escolaridade elevam-se em 2.046 vezes em relação à compreensão do regime com referência aos aspectos normativos e 2.145 vezes em seus aspectos procedimentais em cada nível de escolaridade. Nesse sentido, a diferença geracional e as condições educacionais são fatores importantes para as categorias em apreço, à medida que, quanto maior a idade e a escolaridade, maior a probabilidade de atribuíram significados ao regime.

A partir dos resultados encontrados nas tabelas expostas anteriormente, embora um contingente significativo da população (52%) não soubesse ou não quisesse responder “o que é democracia”, as respostas que se reportam aos aspectos valorativos e procedimentais da democracia e correspondem a 14% em relação ao primeiro e a um pouco mais que o dobro em relação ao segundo (31,1%). Com efeito, pessoas mais velhas, do sexo masculino e com maior escolaridade atribuíram mais significado ao regime comparadas às demais.

Dessa maneira, verificamos que os dados disponíveis no *survey* nacional pós-eleitoral de 2018 denotam que parte dos brasileiros compreende a democracia em seus diferentes processos, normas e princípios implícitos, mencionando: direitos em geral, liberdade de expressão e pensamento, igualdade, direito de escolha, voto, respeito às leis, governo do povo, participação política e outros correlatos às dimensões supraditas.

Por sua vez, como já destacado por outros autores, como Moisés (2005), as pessoas podem demonstrar uma lealdade abstrata às dimensões da democracia, enquanto simultaneamente rejeitam normas e instituições fundamentais, consideradas como ingredientes necessários da governança democrática. Portanto, nossa intenção na próxima seção é verificar se os comportamentos políticos apresentados pelos cidadãos indicam coerência ou não quando questionados sobre outros aspectos que fazem referência às instituições e aos valores democráticos em meio a situações-problema.

4.3 DIMENSÕES DA ADESÃO À DEMOCRACIA

Para avançarmos no percurso analítico, após a apresentação dos preditores sociodemográficos das categorias em análise, buscamos compreender em que medida os eleitores manifestaram comportamentos pró-democracia, quando questionados por meio de perguntas que sugerem princípios e normas democráticas. Conforme aduz Moisés (2008):

A vantagem do uso de perguntas abertas em pesquisas de opinião é conhecida: elas solicitam e garantem, ao mesmo tempo, que os respondentes definam conceitos, categorias e situações de vida em seus próprios termos, ou seja, mobilizando a sua familiaridade e seu repertório verbal a respeito do assunto com base em sua experiência e cognição políticas. Trata-se de um teste rigoroso de captação da opinião dos entrevistados, que é complementar e confirmatório da metodologia usual baseada em perguntas fechadas ou estruturada sobre termos como democracia e outros (MOISÉS, 2010. p. 70).

Para melhor compreendermos os caminhos da adesão à democracia entre os brasileiros, apresentamos a análise descritiva da distribuição do percentual de eleitores que manifestaram comportamentos que atendam, ou não, a expectativa teórica de um posicionamento democrático. Como demonstrado por Moisés (2008), é significativo o contingente de brasileiros que manifestam atitudes ambivalentes em relação ao regime democrático, demonstrando comportamentos contraditórios quando questionados sobre outros aspectos relativos à democracia. Com efeito, Fuks *et al* (2016) destacam que a adesão à democracia é multidimensional e deve ser mensurada a partir de um conjunto mais amplo de questões, sobretudo aquelas que denotam valores e princípios democráticos.

Ao considerarmos esse horizonte, propomos duas dimensões a partir das diferentes normas e princípios que subjazem à democracia, com base nas contribuições dos estudos realizados por Moisés (2008) e Fuks *et al* (2016), a fim de avançar na compreensão sobre as

atitudes e valores democráticos entre os brasileiros. Nesse sentido, a metodologia de pesquisa contou com a seleção de questões objetivas da quinta onda do *survey* pós-eleitoral (ESEB 2018) como variáveis correspondentes às dimensões procedimentais e normativas em diálogo com a literatura política para evidenciar comportamentos pró-democracia.

Em primeiro lugar, esta seção expõe a construção das dimensões procedimentais e valorativas do regime democrático. Em seguida, apresentamos a análise explicativa das questões objetivas correspondentes à cada dimensão. Por fim, analisaremos os comportamentos dos cidadãos e a expectativa teórica de um posicionamento democrático.

As variáveis “dimensão procedimental” e “dimensão valorativa” foram conceituadas a partir do arcabouço teórico explanado nos capítulos anteriores. Desse modo, buscamos evidenciar que o regime democrático deve garantir critérios mínimos que justifiquem a sua classificação. Para Dahl (2005), esses critérios referem-se ao sufrágio universal, educação política, controle da agenda política e institucional e inclusividade política. Pitkin (1967) e Pateman (1992), por sua vez, destacam as competições eleitorais, participação, liberdade de contestação e autonomia de valores.

Ainda, ressaltamos as discussões elencadas por Moisés (2008) sobre a indispensabilidade das eleições, bem como a impossibilidade de o regime democrático ser definido estritamente como relativo aos processos eleitorais, ainda que submetido ao princípio da soberania popular. Com efeito, os mecanismos eleitorais *per se* não são capazes de assegurar princípios democráticos como o primado da lei, o respeito aos direitos dos cidadãos, o controle e a fiscalização dos governos (MOISÉS, 2008).

Em suma, o regime democrático deve prezar pela manutenção das garantias e liberdades individuais, direito de organização e associação da sociedade civil, especialmente dos partidos políticos, como ressaltado no corpo do texto, sendo por meio dessas organizações que a pluralidade de concepções e interesses em disputa é expressada nas arenas decisórias do Estado (PITKIN, 1967; PATEMAN, 1992; DAHL, 2005; MOISÉS; 2008).

Neste debate, retomamos as contribuições de Easton (1975) sobre o apoio político e os elementos que orientam o apoio normativo, isto é, a percepção subjetiva dos indivíduos sobre os valores do regime democrático e a sua persistência, independentemente de falhas ou problemas, enquanto o apoio específico refere-se ao desempenho das instituições públicas e das lideranças políticas (EASTON, 1975). Nessa perspectiva, Moisés (2008) menciona que tais condições apontam não somente as contraposições entre regimes democráticos e ditatoriais, mas, sobretudo, a qualidade da própria democracia.

Ademais, espera-se que o regime democrático satisfaça as expectativas dos cidadãos, assegurando-lhes direitos individuais, liberdades e igualdade política, os quais devem ser realizados pelas instituições democráticas. (DAHL, 2005; MOISÉS; 2008). Diante disso, a “dimensão procedimental” é construída a partir do que Fuks *et al* (2016) denominam como “adesão aos procedimentos de escolha”, por meio de aspectos procedimentais indispensáveis do regime democrático, como as eleições livres, competitivas e regulares para a escolha dos governantes (DAHL, 2005; MOISÉS, 2008; FUKS *et al*, 2016), de modo a investigar até que ponto os eleitores posicionam-se em defesa da manutenção dos procedimentos competitivos para a escolha dos governantes frente às alternativas autoritárias, e até mesmo em situações-problema, como crises econômicas, políticas e sociais. A dimensão normativa, por sua vez, refere-se à adesão abstrata dos cidadãos às atitudes e aos valores fundamentais do regime democrático, como os direitos civis, políticos e sociais, liberdade e igualdade, tolerância, confiança interpessoal e institucional, orgulho nacional, respeito mútuo, participação e interesse por política (PUTNAM, 1995; CASALECCHI, 2016; FOA; MOUNK, 2017b).

Ainda, ressaltamos que nossa dissertação não tem a pretensão, tampouco poderia, esgotar as inúmeras possibilidades de análises empíricas. Além disso, as variáveis foram organizadas em classificações didáticas e não desconsideramos que algumas variáveis, por vezes, estão presentes em ambas as dimensões.

Diante disso, selecionamos em nosso banco de dados, questões fechadas como variáveis correspondentes às nossas categorias de respostas, que vão de encontro ao entendimento da literatura sobre um comportamento democrático. Por isso, utilizamos como critério de seleção, a escolha das questões mais precisas e com menor possibilidade de respostas dúbias.

Desta maneira, para mensurar a dimensão “democracia procedimental” foram selecionadas as seguintes variáveis: Q04. e) Ter um líder forte no governo é bom para o Brasil mesmo que o líder não cumpra as regras para fazer as coisas; P05. De forma geral, você acredita que as eleições no Brasil são confiáveis ou são objeto de fraude?; Q05.b) A vontade da maioria deveria sempre prevalecer, mesmo que prejudique os direitos das minorias; e Q21. De uma maneira geral, o(a) sr(a) está muito satisfeito(a), satisfeito(a), pouco satisfeito(a) ou nada satisfeito(a) com o funcionamento da democracia no Brasil?.

Destarte, justificamos a exclusão de questões relacionadas aos partidos políticos e à divisão de poderes nesta dimensão diante da impossibilidade de verificarmos um posicionamento favorável à sentença completa ou somente parte dela, uma vez que a pergunta, constante no questionário do ESEB de 2018, menciona de forma conjunta os partidos políticos

e o poder legislativo. Portanto, diante do seu caráter dúbio, optamos pela não inserção da questão P.09¹⁴.

Ademais disso, para mensurar a dimensão “democracia valorativa”, destacamos as seguintes variáveis: Q08. O governo deveria tomar medidas para reduzir as diferenças entre os níveis de renda; Q05.a) As minorias deveriam se adaptar aos costumes e tradições do Brasil; e P11.e) As cotas reservadas para negros e índios prejudicam quem tem mais competência.

Para realização dos testes de regressão relativos à adesão dos brasileiros às dimensões procedimentais e valorativas do regime democrático, tendo como finalidade verificar a presença ou ausência de comportamentos pró democracia, as variáveis quantitativas encontradas nas questões “Q.04 e); P.05 b); Q.21; Q.05 a); Q.08; P.11 e)”¹⁵ foram decodificadas, convertendo-se em variáveis binárias. Não obstante, as alternativas “nem concorda e nem discorda” permaneceram na categoria 0, considerada como ausência de manifestação no sentido que a literatura aponta como um comportamento democrático.

Em relação aos posicionamentos encontrados, não foram realizadas divisões dicotômicas entre “democratas” e “autoritários/antidemocráticos”. Esses foram apenas divididos em dois modelos: 1) Sim, correspondeu à expectativa teórica de posicionamento democrático; 2) Não correspondeu à expectativa teórica de posicionamento democrático. Para esta divisão, consideramos o arcabouço teórico elencado nos capítulos anteriores sobre o apoio dos cidadãos aos aspectos substanciais do regime democrático. Feitas tais considerações sobre a construção das dimensões em apreço, avançamos para a descrição da tabela frequencial (Tabela 4).

Com o objetivo de testar a efetividade da adesão à democracia, os *surveys* incluíram perguntas objetivas em relação à preferência de um líder forte, mesmo que ele não cumpra as regras para conseguir seus objetivos, indicando a quebra da legalidade democrática. O propósito foi estimular os cidadãos para oferecerem respostas mais consistentes sobre suas convicções. Quanto à referida variável, a Tabela 4 evidencia uma pequena diferença (3,6%) entre aqueles que atenderam, ou não, à expectativa teórica de um posicionamento democrático.

A maioria dos brasileiros correspondeu à expectativa teórica de um comportamento democrático. Todavia, com relação à pergunta “De forma geral, você acredita que as eleições

14 P.09 Algumas pessoas pensam que a democracia pode funcionar sem os partidos políticos ou o Congresso Nacional. Outras pessoas pensam que sem os partidos ou o Congresso a democracia não pode funcionar. Qual é a sua opinião? (ESEB, 2018)

no Brasil são confiáveis ou são objeto de fraude?”, segunda variável da dimensão procedimental, verificamos que a maioria das respostas não atende à expectativa teórica de um posicionamento democrático, de modo que 57% dos respondentes não confiam na instituição eleitoral e consideram que as eleições são objeto de fraude.

Nesse sentido, as eleições livres e competitivas para os cargos de liderança são a principal característica encontrada nas democracias contemporâneas. Quando um indivíduo aceita outros meios que não eleições livres e competitivas para a escolha dos governantes, ele fere uma das dimensões mais elementares do regime democrático, a da adesão aos procedimentos de escolha (FUKS; CASALECCHI; GONÇALVES; DAVID, 2016). Naturalmente, resgatamos as discussões desenvolvidas nos capítulos anteriores, que comentam a respeito de os processos de crise ou desconsolidação dos regimes democráticos terem se iniciado nas urnas, com a eleição de líderes populistas e autoritários, a partir dos próprios instrumentos democráticos (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018). Além disso, como ressaltam Foa e Mounk (2017a) e Levitsky e Ziblatt (2018), a preferência por políticos demagogos e extremistas pode resultar em alianças políticas fatídicas, as quais colocam em xeque o regime democrático, resultando na eleição de líderes autoritários que não aderem aos valores democráticos e desconstroem a democracia e as instituições públicas em etapas quase imperceptíveis para parcela da população.

Tabela 4 – Dimensão procedimental e valorativa			
Dimensões / variáveis		Frequência	Porcentagem (%)
Dimensão Procedimental	Ter um líder forte no governo é bom para o Brasil mesmo que o líder não cumpra as regras para fazer as coisas*	1266	51,8 %
	As eleições no Brasil são confiáveis ou são objeto de fraude?	991	43%
	A vontade da maioria deveria sempre prevalecer, mesmo que prejudique os direitos das minorias*	1303	54,1%
	Satisfação com o funcionamento da democracia no Brasil*	2011	82,4%
Dimensão Valorativa	Governo deveria tomar medidas para reduzir diferença de renda*	2029	82,9%
	Minorias deveriam se adaptar aos costumes e tradições do Brasil	865	36%
	As cotas reservadas para negros e índios prejudicam quem tem mais competência*	1368	57,5%

Fonte: ESEB (2018).

Quanto à terceira variável “a vontade da maioria deveria sempre prevalecer, mesmo que prejudique os direitos das minorias”, a Tabela 4 indica que 54,1% das respostas corresponderam

à expectativa teórica de um posicionamento democrático. Nesta variável, retomamos a corrente teórica contemporânea do multiculturalismo ou da política da diferença (MIGUEL, 2005), a qual diz respeito às questões relacionados aos padrões culturais marginalizados, sendo a inclusão a preocupação central desta teoria (MIGUEL, 2005; ALBRECHT, 2019). O multiculturalismo conduz uma reflexão sobre o significado da democracia, a qual é constantemente associada à maioria, enquanto a democracia multiculturalista passa a ser vista como um regime protetor de minorias, não pelo seu aspecto numérico, mas pela posição que esses grupos ocupam na sociedade, contrapondo-se assim à ideia de que a democracia é um governo da maioria, por meio da afirmação de que é, antes, um governo da inclusão das minorias em situações em que tenham as mesmas oportunidades dos demais (ALBRECHT, 2019).

Em relação à variável “Satisfação com o funcionamento da democracia no Brasil”, a Tabela 4 denota que 82,4% das respostas atenderam à expectativa teórica de um posicionamento democrático. Ou seja, embora mais da metade dos eleitores não tenha respondido à questão “o que é democracia?”, um massivo contingente de cidadãos afirmou estar satisfeito com o regime.

Por conseguinte, no que concerne à dimensão valorativa quanto à variável “o governo deveria tomar medidas para reduzir as diferenças entre os níveis de renda”, verificamos uma expressiva adesão dos cidadãos. Nesse sentido, 82,9% dos respondentes atenderam às expectativas teóricas de um posicionamento democrático.

Quando questionados sobre as minorias, a maioria dos respondentes não atendeu às expectativas teóricas de um posicionamento democrático. Enquanto isso, 64% dos eleitores defendem que as minorias deveriam se adaptar aos costumes e tradições do Brasil. Por fim, no que se refere-se à adesão à variável “as cotas reservadas para negros e índios prejudicam quem tem mais competência”, quase 60% dos brasileiros - a maioria dos brasileiros - atendeu à expectativa teórica de um posicionamento democrático.

De forma geral, os dados demonstram baixa adesão dos brasileiros às dimensões procedimentais e valorativas da democracia. Uma segunda observação que merece nossa atenção diz respeito a um contingente importante de pessoas que não soube ou não quis atribuir significado à democracia. A expressiva maioria dos eleitores demonstraram satisfação com o regime democrático.

4.4 DETERMINANTES DA ADESÃO À DEMOCRACIA

Após a apresentação da construção das dimensões valorativas e procedimentais e, em seguida, das análises descritivas sobre a distribuição percentual dos eleitores que manifestaram comportamentos pró-democracia, apresentamos os resultados das análises de seis modelos de regressão. Assim, buscamos identificar possíveis relacionamentos entre as quatro categorias anteriormente elencadas e a manifestação desses comportamentos conforme as medidas propostas na seção anterior. Isto significa, portanto, que verificamos a capacidade preditiva das categorias elencadas sobre medidas que podem ser consideradas como um posicionamento em prol da democracia.

Diante da tabela supra (Tabela 4), o modelo de análise adotado supõe que as dimensões procedimentais e valorativas definidas apresentam, em sua maioria, cidadãos satisfeitos com o regime democrático e com as afirmativas para redução das diferenças de renda, mas pouco adeptos a atitudes pró democracia nas demais variáveis. Nesse sentido, para testar a relação dos comportamentos que atenderam à expectativa teórica de um posicionamento democrático com cada uma das três categorias de respostas, realizamos sete modelos de análise multivariada, a saber: Primeiramente, relacionamos cada uma das variáveis que compõem a medida “dimensão procedimental”, como variáveis independentes, com as três categorias de respostas elencadas enquanto variáveis dependentes categóricas. Em seguida, mobilizamos as três variáveis que compõem a medida “dimensão valorativa”, como variáveis independentes, com cada uma das quatro categorias de respostas anteriormente definidas enquanto variáveis categóricas. Ademais, haja vista a nossa intenção analítica, as variáveis sociodemográficas (sexo; idade; escolaridade; e etnia/raça) foram inseridas como controle em ambos os modelos.

Com esse propósito, os resultados foram subdivididos em duas tabelas. Em primeiro lugar, a tabela a seguir apresenta os coeficientes da regressão logística, a fim de verificar os efeitos das variáveis procedimentais em cada uma das categorias de respostas elencadas, relacionando as variáveis independentes da dimensão procedimental (Ter um líder forte no governo é bom para o Brasil mesmo que o líder não cumpra as regras para fazer as coisas; As eleições no Brasil são confiáveis ou são objeto de fraude?; A vontade da maioria deveria sempre prevalecer, mesmo que prejudique os direitos das minorias; e Satisfação com o funcionamento da democracia no Brasil), com as variáveis dependentes categóricas (Resposta crítica ou negativa; Democracia Procedimental; Democracia Normativa).

Tabela 5 – Modelos de regressão para dimensão procedimental								
Perfis / preditores	Líder forte		Confiança nas eleições		Vontade da maioria		Satisfação com a democracia	
Preditores	B	Exp(B) S.E	B	Exp(B) S.E	B	Exp(B) S.E	B	Exp(B) S.E
Perfil								
Resposta crítica ou negativa	,339	1,403 (,268)	-,146	,864 (,285)	,217	1,243 (,269)	,175	1,191 (,375)
Democracia Procedimental	,471	1,601* (,131)	,750	2,116* (,135)	,328	1,388* (,131)	-,002	,998 (,175)
Democracia Normativa	,348	1,416* (,100)	,709	2,031* (,103)	,348	1,416* (,100)	-,284	,753* (,129)
Sexo [masculino]	-,103	,902 (,085)	,377	1,457* (,089)	-,115	,891 (,086)	-,565	,568* (,113)
Faixa Etária	-,191	,826* (,067)	,148	1,159* (,071)	-,252	,778* (,068)	-,220	,803 (,089)
Escolaridade	,211	1,235* (,068)	,157	1,170* (,071)	,066	1,068* (,068)	-,005	,995 (,089)
Etnia/raça [maioria branca]	,020	1,020 (,091)	,116	1,123* (,096)	,046	1,047 (,091)	-,219	,803 (,117)
Constante	-,060	,941 (,187)	-1,382	,251 (,199)	,413	1,512 (,188)	2,447	11,552* (,254)
% de acertos	2%		5%		1%		1%	

Fonte: elaboração da autora com base no ESEB, 2018.

Nesse sentido, quanto à variável “ter um líder forte no governo é bom para o Brasil mesmo que o líder não cumpra as regras para fazer as coisas”, os resultados constantes na Tabela 5 demonstram que as variáveis sociodemográficas “sexo” e “etnia/raça”, bem como o perfil “Respostas Críticas ou Negativas” não apresentaram significância estatística nessa variável. Todavia, os perfis “democracia procedimental” e “democracia normativa” apresentaram importante significância estatística e impactaram positivamente na razão de chance desta variável. Assim, consideramos que os eleitores que atribuíram significado à democracia em termos procedimentais e normativos, também aderiram à afirmativa “um líder forte é importante para o Brasil, mesmo que não cumpra as regras para fazer as coisas”. Ademais, as variáveis sociodemográficas “faixa etária” e “escolaridade” apresentam significância estatística. A partir delas, constatamos que os cidadãos mais escolarizados atribuíram respostas críticas ou negativas ao regime e posicionaram-se favoráveis a um líder forte.

Por conseguinte, com relação à variável “de forma geral, você acredita que as eleições

no Brasil são confiáveis ou são objeto de fraude?”, os resultados encontrados na Tabela demonstram, desde logo, significâncias estatísticas e impactos positivos na razão de chances praticamente todas as variáveis, com exceção dos perfis “Respostas Críticas ou Negativas” e “etnia/raça”. Ainda, a variável “idade” indica que pessoas mais velhas, as quais vivenciaram a transição para o regime democrático, tendem a manifestar maior confiança nas instituições eleitorais. Além disso, os cidadãos com melhores condições de educação demonstram maior adesão aos procedimentos de escolha.

Ademais disso, nos chamam a atenção os perfis “democracia procedimental” e “democracia normativa”. Isso porque, embora os cidadãos que atribuíram significados ao regime a partir de aspectos procedimentais ou normativos tenham apresentado inclinação à defesa de um líder forte para o Brasil, também manifestaram confiança nos processos eleitorais, de modo que o apoio às eleições é duas vezes maior entre tais variáveis.

Quanto à questão “a vontade da maioria deveria sempre prevalecer, mesmo que prejudique os direitos das minorias”, os perfis “respostas críticas ou negativas” e as variáveis “etnia/raça”, “sexo” e “escolaridade” não possuem significância estatística sobre o comportamento em questão. De outro lado, verificamos que os perfis “democracia procedimental” e “democracia normativa” não só apresentam significância estatística nesta variável como também impactam positivamente na razão de chance, isto é, os cidadãos que empreenderam definições ao regime, em termos procedimentais ou valorativos, também aderem à vontade da maioria, ainda que prejudiquem as minorias.

Destarte, embora 82,4% dos eleitores tenham manifestado satisfação com o regime, somente as variáveis “idade”, “sexo” e “democracia valorativa” apresentaram resultados estatisticamente significativos e, de modo igual, verificamos impactos negativos na razão de chance dessa variável. Isto significa que pessoas do sexo feminino e aqueles que compreendem a democracia em seus aspectos valorativos tendem a não manifestar satisfação com o regime.

Na sequência, a fim de verificarmos os efeitos das variáveis valorativas em cada uma das categorias de respostas elencadas, apresentamos os coeficientes da regressão logística, relacionando as variáveis independentes da dimensão valorativa (Governo deveria tomar medidas para reduzir diferença de renda; Minorias deveriam se adaptar aos costumes e tradições do Brasil; e As cotas reservadas para negros e índios prejudicam quem tem mais competência), com as variáveis dependentes categóricas (Resposta crítica ou negativa; Democracia Procedimental; Democracia Normativa).

Desse modo, a Tabela 6 encontra-se organizada da seguinte maneira: em linhas, expõe

inicialmente as medidas da dimensão valorativa (variáveis independentes), os atributos sociodemográficos como controles e a constante; logo depois, em colunas, demonstra as categorias de respostas (variáveis dependentes categóricas).

Tabela 6 – Modelos de regressão para dimensão valorativa						
Perfis / preditores	Diferenças de renda		Minorias		Cotas para negros e índios	
Preditores	B	Exp(B) S.E	B	Exp(B) S.E	B	Exp(B) S.E
Perfil						
Resposta crítica ou negativa	,533	1,705 (,390)	,055	1,057 (,289)	-,160	,852 (,269)
Democracia Procedimental	,314	1,369 (,173)	,300	1,349* (,135)	,046	1,047 (,132)
Democracia Normativa	,637	1,891* (,139)	,450	1,569* (,103)	,078	1,081 (,101)
Sexo [masculino]	-,346	,707* (,113)	-,130	,878 (,089)	-,310*	,734* (,087)
Idade	,086	1,090 (0,89)	-,335	,715* (,072)	-,240*	,786* (,069)
Escolaridade	,154	1,167 (,094)	,106	1,112 (,071)	,002	1,002 (,069)
Etnia/raça [maioria branca]	,167	1,182 (,124)	,099	1,104 (,095)	-,150	,861 (,092)
Constante	1,054	2,868* (,248)	-,304	,738 (,193)	,927*	2,528* (,192)
% de acertos	1%		2%		1%	

Fonte: Elaboração da autora com base no ESEB 2018.

Com relação ao apoio às medidas que visam a redução das diferenças de renda, somente o perfil “democracia valorativa” apresentou resultados significativamente estatísticos e impacto positivo na razão de chances desta variável. De modo que os cidadãos que atribuíram significado à democracia em termos valorativos demonstraram apoio à redução das diferenças entre os níveis de renda, havendo coerência em seu posicionamento. Os resultados também demonstraram significância estatística na variável sexo. No entanto, o impacto na razão de chances demonstra-se negativo, ou seja, os cidadãos do sexo masculino demonstraram menor adesão nesta variável.

Em relação à variável “as minorias deveriam se adaptar aos costumes e tradições do Brasil”, a Tabela 6 evidencia que a variável idade apresenta sig. acima de 0,05, mas seu impacto é negativo, demonstrando que as pessoas mais velhas tendem a discordar desta afirmativa. Além disso, os perfis de respostas procedimental e valorativa apresentam significância estatística e

possuem impacto na razão de chance, indicando a adesão à variável. Isto posto, aqueles que conceituaram a democracia relacionando o seu significado com aspectos procedimentais e valorativos também apoiam que as minorias deveriam se adaptar aos costumes e às tradições do Brasil.

Quanto à variável “as cotas reservadas para negros e índios prejudicam quem tem mais competência”, 57% das respostas atendeu à expectativa teórica de um posicionamento democrático. A Tabela 6 ainda demonstra que as pessoas mais velhas e do sexo masculino não consideram que as cotas reservadas para negros e índios prejudicam aqueles com mais competência. Portanto, em que pese o apoio à redução das diferenças de renda, a maioria dos cidadãos considera que as cotas reservadas para negros e índios tendem a prejudicar quem tem mais competência, demonstrando baixa adesão aos princípios democráticos.

Diante da análise de dados proposta, verificamos alguns resultados importantes no que tange aos questionamentos de nossa dissertação. Nesse sentido, retomando os nossos objetivos de pesquisa, buscamos compreender como os brasileiros se relacionam com as dimensões normativas e procedimentais da democracia, se há apoio a esses aspectos e como entendem o que é um regime democrático. Para tanto, realizamos uma análise sobre os significados da democracia entre população, com base nos dados disponíveis na quinta onda do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB 2018) e procuramos identificar aspectos relevantes sobre a adesão ao regime a partir do modelo de regressão multivariada. De modo geral, não encontramos evidências de um fortalecimento no apoio ao regime.

Logo no início da análise, os resultados evidenciaram que mais da metade dos brasileiros não foi capaz de responder o que é democracia e um percentual ínfimo atribuiu respostas críticas ou negativas ao regime. Além disso, nas demais respostas à pergunta aberta “P07. Para o(a) sr(a) o que é democracia?”, os conteúdos relativos à democracia normativa se sobressaíram aos aspectos procedimentais.

Nessa perspectiva, no que diz respeito à definição do regime, de um lado, pesquisas anteriores demonstraram um crescente refinamento cognitivo entre os brasileiros, com aumento progressivo na capacidade de conceituar a democracia ao longo de duas décadas (MOISÉS, 2010). Por outro lado, com base nos dados disponíveis no *survey* nacional pós-eleitoral de 2018, não constatamos o mesmo cenário otimista. Diante do emblemático contexto político e social, a grande maioria dos brasileiros não soube ou não quis conceituar a democracia.

Ao levarmos em conta os significados atribuídos à democracia pelos brasileiros, os resultados demonstram que a menção aos princípios e valores democráticos, como direitos e

garantias individuais, igualdade, liberdades de expressão e pensamento, destacaram-se frente aos aspectos procedimentais. Todavia, não verificamos notável adesão à dimensão valorativa do regime quanto às perguntas objetivas. Embora haja um manifesto apoio à tomada de medidas que visam reduzir a desigualdade de renda, os cidadãos também consideram que as minorias deveriam se adaptar aos costumes e às tradições do Brasil, e quase a metade dos brasileiros não concorda com as políticas de cotas raciais e indígenas.

No que concerne à dimensão procedimental, com exceção da satisfação com a democracia, encontramos uma sutil diferença entre aqueles que atenderam, ou não, à expectativa teórica de um posicionamento democrático, demonstrando predisposições negativas com relação às instituições públicas e uma baixa valorização dos procedimentos de escolha dos governantes. Ainda, identificamos que há preferência por um líder forte com atitudes extra legais e elevada desconfiança com relação ao sistema eleitoral brasileiro.

Ademais, quanto ao apoio avaliativo, mais de 80% das pessoas disseram estar satisfeitas com o regime democrático. Nesse contexto ainda, os resultados evidenciam que as pessoas do sexo masculino e os brasileiros que compreendem a democracia em seu caráter normativo tendem a não manifestar satisfação com o regime.

Borba e Ribeiro (2021) enfatizam que fatores a curto prazo também manifestam interferência nas medidas de apoio e satisfação com a democracia. Nesse perspectiva, considerando o expressivo contexto brasileiro marcado por apropriações multifacetadas do termo “democracia”, retratado entre os anos de 2013 e 2018, que resultou na eleição de um político da extrema direita, com notório comportamento autoritário e demasiado apoio popular, a coexistência de um alto nível de satisfação com baixos níveis de adesão às dimensões normativas e procedimentais da democracia, para nós, reafirma o que é apontado por autores como Moisés (2005; 2008; 2010) Meneguello (2013) Fuks *et al* (2016) e Couto (2020) ao longo dos últimos vinte anos, ou seja, que há a presença de uma cultura política híbrida, norteadas por comportamentos pró-democracia e, ao mesmo tempo, orientações destoantes aos princípios democráticos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo de nossa dissertação foi investigar a adesão dos brasileiros ao regime democrático no ano de 2018. A relevância, acreditamos, se dá pelo recente contexto social e político, com emergentes protestos ocorridos a partir de 2013, o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, as polêmicas decisões do Poder Judiciário e as reivindicações pela retomada dos militares ao poder, as quais tiveram como desfecho a vitória eleitoral do atual presidente Jair Messias Bolsonaro em 2018, um candidato com posturas autoritárias e imenso desprezo às instituições democráticas.

Primeiramente, ponderamos que nossa dissertação não esgota a totalidade de análises possíveis sobre o tema proposto para estudo. Reconhecemos que a pesquisa exprime lacunas, as quais deverão ser preenchidas através de outras reflexões relativas à própria temática, mas consideramos que os objetivos e as questões norteadoras do trabalho foram contemplados.

Nossa pesquisa, portanto, buscou compreender o que os brasileiros entendem por democracia no cenário atual, como apoiam o regime democrático e quais seriam os preditores dos perfis que manifestaram adesão ao regime. Para tanto, aborsamos na discussão teórica o fenômeno sociopolítico dos processos de questionamento à continuidade do regime democrático, discutimos os estudos da Cultura Política para apreendermos os seus elementos e examinarmos os determinantes que refletem como os cidadãos orientam-se de forma subjetiva e avaliativa em relação ao regime político para melhor compreendermos a legitimidade democrática e a natureza multidimensional do apoio ao regime.

No terceiro capítulo, conferimos atenção ao cenário nacional, de modo a expor aspectos sobre a conformação do apoio dos brasileiros à democracia e ao relacionamento amplo dos cidadãos com o regime desde o início do Brasil república, porém enfatizando majoritariamente o período democrático atual e a conjuntura de instabilidade a partir de 2013.

No quarto capítulo, apresentamos a construção e os resultados da análise empírica. Nesse sentido, nos valem da metodologia de pesquisa quantitativa com base no banco de dados Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) referente ao ano de 2018. A partir dos conjuntos sistematizados de respostas em relação à questão discursiva “P07. Para o(a) Sr(a), o que é democracia?”, construímos categorias de respostas e expusemos as variáveis sociodemográficas e os modelos de regressão.

Como mencionado no capítulo analítico, o ESEB 2018 disponibilizou três conjuntos de categorização das respostas relativas à questão discursiva mencionada, dentre as quais

analisamos uma variável com múltiplas categorias de respostas, as quais foram recodificadas e organizadas em quatro categorias amplas de respostas, quais sejam: Democracia Normativa; Democracia Procedimental; Respostas Críticas ou Negativas; e, por fim, Ausência de Resposta. Para defini-las como variáveis centrais das análises de regressão, bem como para precisar a composição de cada uma das categorias, relembramos as transformações dos regimes democráticos ao longo do tempo, ressaltando os avanços de termos minimalistas, como voto e competição, para procedimentalistas, como competição, participação, direito ao sufrágio, eleições livres, competitivas e regulares, fontes alternativas de informação política e liberdade de expressão (SCHUMPETER, 1975; DAHL, 2012; HOFFMANN; SANTOS, 2016). Além disso, ressaltamos a relevância central das garantias de manutenção das liberdades individuais e de direito de organização e associação da sociedade civil e dos partidos políticos (FUKS *et al*, 2016) e resgatamos o debate teórico sobre o apoio político (EASTON, 1975).

Constatamos que 52,4% dos brasileiros não souberam ou não quiseram atribuir significados ao regime democrático. Entre os demais, 47,6% apresentaram respostas em relação à questão aberta. Assim, verificamos que somente 2,5% dos eleitores manifestaram respostas negativas ou críticas, 14% ofereceram respostas com menção aos aspectos procedimentais do regime democrático e 31,1% aos aspectos normativos.

Todavia, conforme apontamos no corpo do trabalho, Moisés (2005) já indicou que os cidadãos podem demonstrar uma lealdade abstrata às dimensões da democracia, enquanto rejeitam normas e instituições fundamentais para o regime democrático. Nesse sentido, as demais análises estatísticas realizadas apontaram alta porcentagem de brasileiros satisfeitos com o regime democrático, mas quase 60% não confiam nas eleições para cargos de liderança no governo e preferem um líder forte, mesmo que este atue com meios extralegais. Além disso, mais da metade dos brasileiros entende que a vontade da maioria deve prevalecer, ainda que prejudique as minorias e que esses grupos devem se adaptar aos costumes e tradições do Brasil.

Avançando às dimensões do apoio ao regime, expusemos as dimensões procedimental e valorativa, que apresentam, em sua maioria, cidadãos satisfeitos com o regime democrático e favoráveis à redução das diferenças de renda, mas pouco adeptos a atitudes pró democracia nas demais variáveis. Posto isso, os eleitores que atribuíram significado à democracia em termos procedimentais e normativos, mesmo os mais escolarizados, consideram que um líder forte é importante para o Brasil. Do mesmo modo, as pessoas mais escolarizadas tendem a manifestar o dobro de confiança nos procedimentos eleitorais.

Ademais, embora 82,4% dos eleitores tenham manifestado satisfação com o regime,

peças do sexo feminino e aqueles que compreendem a democracia em seus aspectos valorativos tendem a não manifestar satisfação com o regime e apoiam a redução das diferenças entre os níveis de renda, mas também sustentam que as minorias deveriam se adaptar aos costumes e tradições do Brasil. Ainda, a maioria dos brasileiros apoia que as cotas reservadas para negros e índios prejudicam aqueles com mais competência.

O fato é que os dados não demonstraram um fortalecimento da adesão dos brasileiros aos princípios democráticos e a seus procedimentos em 2018. Para além dos resultados apresentados em nossa dissertação, há também um potencial conteúdo sobre a legitimidade da democracia no Brasil para o estabelecimento de uma agenda de pesquisas futuras, com a inclusão de variáveis sociodemográficas não tangenciadas em nossa análise empírica, por exemplo, a participação, o interesse por política, acesso à informação e a religião.

Por fim, apoiados nisso, para uma agenda de pesquisas, consideramos pertinente explorar analiticamente se realmente há indícios de um caminho de desconsolidação democrática ou sintomas de crise no funcionamento desse regime no Brasil, derivados dos importantes episódios sociais e políticos que o país vivenciou desde 2013, como a tomada das ruas pelos movimentos populares, o golpe jurídico-parlamentar de 2016 contra a presidente Dilma Rousseff e até decisões polêmicas do Poder Judiciário.

REFERÊNCIAS

- ABERS, R. SERAFIM, L. e TATAGIBA, L. **Repertórios de interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: a experiência na era Lula.** DADOS. Revista ciência Sociais. Rio de Janeiro. 2014. Vol. 58, n. 2, pp 325-357.
- ALBRECHT, N. F. M. M. Teorias da Democracia: caminhos para uma nova proposta de mapeamento. **BIB**, n. 88, p. 1-24, 2019.
- ALMOND, G. A.; VERBA, S. **The civic culture: Political attitudes and democracy in five nations.** Princeton: Princeton University, 1963.
- ALONSO, A. A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. **Novos Estudos**, n. 107, p. 49-58, jun. 2017.
- AQUINO, Jackson. A. **Do democratic institutions forge a demand for democracy?** An investigation of Latin American citizens attitudes. Presented at the 73rd Annual Midwest Political Science Association Conference. Chicago, 2015.
- ARRETCHE, M. T. S. Emergência e Desenvolvimento do Welfare State: Teorias Explicativas. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 39, p. 3-40, 1.º semestre de 1995.
- AVRITZER, L. **Impasses da democracia no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- AVRITZER, L. **O pêndulo da democracia.** São Paulo: Todavia, 2019.
- BAQUERO, M. **Cultura Política Participativa e Desconsolidação Democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo.** São Paulo: São Paulo em Perspectiva, 2001.
- BOBBIO, N. **O futuro da democracia.** Uma defesa das regras do jogo. 15ª Edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Paz&Terra, 1994.
- BORBA, J.; GIMENES, E. R.; RIBEIRO, E. A. **Bases sociais, atitudinais e comportamentais do apartidarismo brasileiro.** Novos Estudos: CEBRAP, 2015.
- BOTELHO, J. C. A.; OKADO, L. T. A.; BONIFÁCIO, R. O declínio da democracia na América Latina: diagnóstico e fatores explicativos. **Revista de Estudios Sociales**, n. 74, p. 41-57, 2020.
- CARLIN, R. E.; SINGER, M. M. Support for Polyarchy in the Americas. **Comparative Political Studies**. v. 44, 2011.
- CARREIRÃO, Y. S. Representação política como congruência entre as preferências dos cidadãos e as políticas públicas: uma revisão da literatura internacional. **Opinião Pública**,

v.21, n.2, p.393-428, 2015.

CASALECCHI, G. Á. **Legado democrático e atitudes democráticas na América Latina: efeitos diretos, indiretos e condicionais**. 2013. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

CERVI, E. U. **Manual de métodos quantitativos para iniciantes na ciência política**. Curitiba: CEPOP/UFPR, 2017.

CHEIBUB, J. A.; PRZERWORSKI, A. Democracia, eleições e responsabilidade política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 12, n. 35, 1997.

COLLIER, D.; LEVISTKY, S. **Research Note: Democracy with Adjectives: Conceptual Innovation in Comparative Research**. New York: Cambridge University Press. v. 49, n. 3, 1997.

COUTO, L. F. **Adesão à democracia no Brasil: uma análise de desvalorização do regime e dos princípios democráticos de 2010 a 2018**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2020.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DAHL, R. A. **Poliarquia**. Participação e Oposição. São Paulo: Ed. USP, 2005.

DAHL, R. A. **Sobre a democracia**. Brasília: UNB, 2001.

DIAMOND, L. Enfrentando a recessão democrática. **Journal of democracy**, v. 26, n. 1, p. 141-155, 2015.

DOWBOR, M. SZWAKO, J. Performance e organização dos movimentos antes de 2013. **Novos Estudos**, p. 43-55, 2013.

DUARTE, J. SOUZA, B. M. Os valores democráticos no Brasil: revisitando a bibliográfica e analisando o cenário atual. **Diálogo**, n.30, p.73-91, 2015.

EASTON, D. A re-assessment of the concept of political support. **British Journal of Political Science**, v. 5, n. 4, p. 435-457, 1975

EASTON, D. **A system analysis of political life**. New York: Wiley, 1965.

FAETI, F. V. **Como atuam os filiados ao Partido dos Trabalhadores (PT): Um estudo exploratório**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá, Paraná, 2019.

FOA, R. S.; MOUNK, Y. The signs of deconsolidation. **Journal Of Democracy**, v. 6, n. 1, p. 1-16 2017a.

FOA, R. S.; MOUNK, Y. The democratic disconnect. **Journal Of Democracy**, v. 27, n. 3, p.

5-17, 2016.

FOA, R. S; MOUNK, Y. The end of the consolidation paradigma. A response to our critics. **Journal of Democracy**, p. 2-27, 2017b.

FUKS, M.; CASALECCHI, G. Á.; GONÇALVES, G. Q.; DAVID, F. F. Qualificando a adesão à democracia: quão democráticos são os democratas brasileiros? **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 19, p.199-219, 2016.

FUKUYAMA, F. Por que a democracia está tendo um desempenho tão ruim? **Journal of Democracy**, v. 26, n. 1, p. 11-20, 2015.

GIMENES, É. R. **Eleitores e partidos políticos na América Latina**. Curitiba: Appris, 2017.

GIMENES, É. R. **Estado e políticas públicas**. Maringá: Unicesumar, 2019.

GOHN, M.G. A sociedade brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais. **Caderno CRH**, v.27, n.71, p.431-441, 2014.

HELD, D. **Modelos de Democracia**. Belo Horizonte: Paidéia LTDA. 1987.

HUNTINGTON, S. P. **A ordem política nas sociedades em mudança**. Rio de Janeiro: São Paulo: Forense-universitária. Edusp, 1975 [1968].

INGLEHART, R. F. The danger of deconsolidation. how much should we worry? **Journal of Democracy**, v. 27, n. 3, p. 18-23, 2016.

INGLEHART, R; WELZEL, C. **Modernização, mudança cultural e democracia e sequência do desenvolvimento humano**. São Paulo: Francis, 2009

KAGAN, R. O peso da geopolítica. **Journal of Democracy**, v. 26, n. 1, p. 21-31, 2015.

LAVAREDA, A. A. **Democracia nas Urnas: O Processo Partidário Eleitoral Brasileiro**. Rio de Janeiro, Rio Fundo/IUPERJ. 1991.

LEVITSKY, S., WAY, L. A. The myth of Democratic Recession. **Journal of Democracy**, v. 26, n.1, p. 45-58, 2015.

LEVITSKY, S., ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. São Paulo: Zahar, 2018.

LINZ, J. Democracy, presidential or parliamentary: Does it make a difference? The perfils of presidencialism. **Journal of Democracy**, n. 1, v. 1, p. 51-69, 1990

LIPSET, S. M. **Political man: the social bases of politics**. Reed. Garden City: anchor books, 1963 [1960].

MARICATO, H. *et al.* **Cidades Rebeldes**. Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.

MENEGUELLO, R. **Alguns aspectos da lógica de coalizões partidárias, cidadãos e política: diagnóstico da adesão democrática, comportamento e valores**. Brasília, DF: CEPAL.

Escritório no Brasil/ IPEA, 2010.

MIGUEL, L. F. **Democracia e representação**: Territórios em disputa. 1ª Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

MIGUEL, L. F. **O colapso da Democracia no Brasil**: da constituição ao golpe de 2016. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo/Expressão Popular, 2019.

MIGUEL, L. F. **O nascimento da Política Moderna**: Maquiavel, utopia, reforma. Brasília: UnB, 2007.

MIGUEL, L. F. “A reemergência da direita brasileira”. *In*: GALLEGOS, S. G. (org.). **O ódio como política**. São Paulo: Editora Boitempo, 2019, pp. 17-26.

MILL, J. S. **Considerations on Representative Government**. Nova York: Liberal Arts Press, 1958 [1861].

MOISÉS, J. A. A desconfiança nas instituições democráticas. **Opinião Pública**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 35-42, 2005.

MOISÉS, J. A. Cultura Política, Instituições e Democracia: Lições da experiência brasileira. **RBCS**, v. 23, n. 66, 2008.

MOISÉS, J. A. Cultura Política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. *In*: MOISÉS, J. Á. (org.). **Democracia e confiança**: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas? São Paulo: Edusp, 2010, p.77-122.

MOISÉS, J. A. MENEGUELLO, R. Os significados da democracia segundo os brasileiros. *In*: MOISÉS, J. Á. MENEGUELLO, R. (org.). **O papel da confiança para a democracia e suas perspectivas**. São Paulo: Edusp, 2013, p.361-389.

MOISÉS, J. A. **Os brasileiros e a Democracia**. São Paulo: Ed. Ática, 2006 [1995].

MOISÉS, J. A. Os significados da democracia segundo os brasileiros. *In*: MOISÉS, J. Á. MENEGUELLO, R. (org.). **A desconfiança política e seus impactos na qualidade da democracia**. São Paulo: Edusp, 2013, p.51-93.

MORLINO, L. Qualidades da democracia: como analisá-las? **Sociedade e Cultura**, v. 18, n. 2, p. 177-194, 2015.

MOUNK, Y. **O povo contra a democracia**: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

NORRIS, P. **Democratic deficit**: Critical citizens revisited. Spring: Cambridge University, 2011

NORRIS, P. Political Activism: new challenges, new opportunities. *In*: BOIX, C.; STOKES, S. (Org.). **The Oxford handbook of comparative politics**. Oxford University Press, 2007,

pp. 628-652.

O'DONNELL, Guillermo. Democracia, agência e estado: teoria com intenção comparativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

OLIVEIRA, P. S. **Metodologia das Ciências Humanas**. São Paulo: UNESP, 1998.

OLIVEIRA, R. A. de. A era da democracia confusa: análise das medidas de adesão à democracia nas pesquisas sobre comportamento político. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 8, n. 2, p. 4-24, 2017.

OLIVEIRA, R. A. de; AYRES, C. S.; GIMENES, É. R. Democratismo entre legisladores municipais catarinenses: determinantes individuais da adesão procedimental e valorativa ao regime. GIMENES, E.; BORBA, J. (Org.) **Poder Legislativo e Cultura Política: valores, atitudes, trajetória e comportamento político dos vereadores e vereadoras do Estado de Santa Catarina**. Curitiba: Grupo CPOP, 2018.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PIRES, R. R. C.; GOMIDE, A. de A. **Burocracia, Democracia e Políticas Públicas: Arranjos institucionais de políticas de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2014

PITKIN, H. F. Political representation. In: PITKIN, H. F (Org.) **The concept of representation**. London: University of California Press, 1967, p. 209-240.

PLATTNER, M. F. A democracia está em declínio? **Journal of Democracy**. v. 26, n. 1, p. 5-10, 2015.

PUTNAM, R. D. Boliche sozinho: o capital social em declínio na América. **Journal of Democracy**, v. 6, n. 1, p. 65-78, 1995.

RENNÓ, L. Teoria da Cultura Política: Vícios e Virtudes. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 45, p. 71-92, 1998.

RIBEIRO, E. A. Bases da legitimidade democrática no Brasil: adesão a valores e avaliação de desempenho. **Opinião Pública**, Campinas, v.13, n.1, p. 74-96, 2007.

RIBEIRO, E. A. **Valores pós-materialistas e Cultura Política no Brasil**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

RIBEIRO, E.A. Confiança política na América Latina: evolução recente e determinantes individuais. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, p. 167-182, 2011.

RIBEIRO, L. M. L.; SILVA, G. F. Confiança nas instituições democráticas e vitimização por crime: qual a relação? **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 24, n. 58, p. 59-84, 2016.

- SANTOS, E. R.; HOFFMANN, F. Apoio ao sistema político brasileiro e a qualidade da democracia. Canoas: **Direito e Democracia**. v.17, n.1, p. 64–81, 2016.
- SANTOS, E. R.; HOFFMANN, F. Qualidade da Democracia no Brasil e Confiança nas Instituições Políticas. Rio Grande do Sul: **Revista Latino-Americana de Relações Internacionais**, v. 1, n. 1, p. 46–69, 2021.
- SANTOS, W. G. **A democracia impedida: o Brasil no século XXI**. Rio de Janeiro: FGV, 2017.
- SANTOS, W. G. **Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro, Ed. Campos, 1979.
- SARTORI, G. **A teoria da democracia revisitada**. São Paulo. Ática, 1994.
- SCHEDLER, A.; SARFIELD, R. Democrats with adjectives: Linking direct and indirect measures of democratic support. **European Journal of Political Research**, v. 46, p. 637-659, 2007.
- SCHMITTER, P. C. Crisis and transition, but not decline. **Journal of Democracy**, v. 26, n. 1, p. 32-44, 2015.
- SCHUMPETER, J. A. **Capitalism, socialism e democracy**. New York: Harper Torchbooks, 1975.
- SELIGSON, M. A. BOOTH, J. A. GÓMEZ, M. B. **Os contornos da democracia crítica: explorando a legitimidade democrática**. **Opinião Pública**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 02-06, 2006.
- SELIGSON, M. A.; MULLER, E. N. Inequality and insurgency. **The American Political Science Review**. v. 81, n. 2, p. 425-452, 1987.
- SINGER, A. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. **Novos Estudos**, n.97, p. 23-40, nov. 2013.
- SOARES, G. A. D. **A Democracia Interrompida**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2001.
- SOUZA, B. M. Transições à democracia, cultura política e capital social no Brasil e na Argentina. **Cadernos de Pesquisa em Ciência Política.**, v.5, n. 4, 2016.
- STEPAN, A.; SKACH, C. Constitutional Frameworks and Democratic Consolidation: Parliamentarianism versus Presidentialism. **World Politics**, Princeton, v. 46, n. 1, p. 1-22, 1993.
- TATAGIBA, L. 1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. **Política e Sociedade**, Florianópolis v.13, n. 28, p. 35-62, 2014.

TATAGIBA, L. Entre as ruas e as instituições: os protestos e o impeachment de Dilma Rousseff, **Lusotopie**, v. 17, n.01, p. 112-135, 2018.

TILLY, C. **Democracia**. Petrópoles: Ed. Vozes, 2007.